

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO

IURY ERCOLANI MORAES

**A CONFIGURAÇÃO DA NARRATIVA HISTÓRICA SEGUNDO PAUL
RICOEUR (1913 – 2005)**

GOIÂNIA
2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

☒ Dissertação ☐ Tese

2. Nome completo do autor

Iury Ercolani Moraes

3. Título do trabalho

A configuração da narrativa histórica segundo Paul Ricoeur (1913 - 2005)

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **IURY ERCOLANI MORAES, Discente**, em 15/12/2020, às 14:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ulisses Do Valle, Professor do Magistério Superior**, em 17/12/2020, às 10:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1753061** e o código CRC **52EB044B**.

Referência: Processo nº 23070.057403/2020-54

SEI nº 1753061

IURY ERCOLANI MORAES

**A CONFIGURAÇÃO DA NARRATIVA HISTÓRICA SEGUNDO PAUL
RICOEUR (1913 – 2005)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás para banca de defesa como pré-requisito para obtenção do título de mestre em História.

Linha de Pesquisa: Ideias, Saberes e Escrita da (e na) História

Orientador: Dr. Ulisses do Valle

GOIÂNIA
2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Moraes , Iury Ercolani

A configuração da narrativa histórica segundo Paul Ricoeur (1913 -
2005) [manuscrito] / Iury Ercolani Moraes . - 2020.
CXIII, 113 f.

Orientador: Prof. Ulisses do Valle.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História,
Goiânia, 2020.

Bibliografia.

1. Paul Ricoeur . 2. Hermenêutica . 3. Narrativa histórica . 4. Ficção .
5. Tempo histórico . I. do Valle, Ulisses, orient. II. Título.

CDU 94



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 28 da sessão de Defesa de Dissertação de **Iury Ercolani Moraes**, que confere o título de Mestre(a) em **História**, na área de concentração em **Culturas, Fronteiras e Identidades**.

Ao/s **vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte**, a partir da(s) **14h00**, via **videoconferência**, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada “ **A configuração da narrativa histórica segundo Paul Ricoeur (1913 - 2005)**”. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **Ulisses do Valle (PPGH/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **Philippe Delfino Sartin (IFG)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Carlos Oiti Berbert Júnior (FH/UFG)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Breno Mendes (FH/UFG)**. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovado(a)** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **Ulisses do Valle**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Ulisses Do Valle, Professor do Magistério Superior**, em 26/08/2020, às 17:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jiani Fernando Langaro, Coordenador de Pós-graduação**, em 27/08/2020, às 13:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Breno Mendes, Professor do Magistério Superior**, em 27/08/2020, às 14:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Oiti Berbert Junior, Professor do Magistério Superior**, em 27/08/2020, às 14:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0,



informando o código verificador **1500842** e o código CRC **A284CEB6**.

Referência: Processo nº 23070.036570/2020-61

SEI nº 1500842

AGRADECIMENTOS

Agradeço à CAPES pela bolsa de pesquisa que recebi. Gostaria de deixar registrada a importância desse tipo de política pública. Sinto-me honrado em fazer parte dos milhares de pesquisadores formados, todos os anos, nos quatro cantos do país. Que outros jovens possam receber as mesmas bolsas que contribuíram para minha formação. Tenho certeza da eficiência dessa política pública.

Agradeço à minha família: aos meus pais Mauro e Sandra, por me apresentarem os livros e me incentivarem desde a mais tenra idade a estudar. Sem o dispêndio e a preocupação de vocês com minha formação este trabalho não se realizaria de maneira alguma. Agradeço ainda à minha irmã Mauren por todo carinho a mim dispensado. Tenho certeza de que o amor que recebi dos três durante minha vida foi fundamental nas escolhas que fiz.

Agradeço de maneira geral aos meus amigos. Não citarei nomes para não correr o risco do esquecimento. Todavia, agradeço àqueles que me escutaram e participaram dos diversos momentos de reflexão ocasionados pela pesquisa contínua. Vocês foram bons ouvintes. Ainda nesse sentido, agradeço à Larissa pelo companheirismo, carinho e apoio nos momentos mais complicados desse trajeto.

Não poderia deixar de mencionar os professores com quem tive contato. Em especial, agradeço aos professores que na Faculdade de História me inspiraram a seguir o caminho da pesquisa. Os professores Luis Sergio Duarte e Carlos Oiti foram importantes influências desde meu primeiro contato com Teoria da História. Ao Meu orientador, Professor Ulisses do Valle, agradeço pela confiança e pela cobrança, e, principalmente, pelo desafio de estudar a obra de Paul Ricoeur. Eu estava então em meu primeiro ano de graduação e o contato com uma obra de tal magnitude muito me inspirou e desafiou. O “desafio” foi fundamental para minha entrada nesse percurso.

Por fim, agradeço aos professores membros da banca, professores Breno Mendes, Philippe Sartin e Carlos Oiti. Muito me honra os senhores aceitarem o convite para ler o texto e participar da banca.

RESUMO

O trabalho que se segue opera uma seleção conceitual na obra do filósofo Paul Ricoeur. A intenção é debater conceitos importantes para reflexões internas à historiografia no campo da teoria e epistemologia da História. A hermenêutica descrita como *tripla mimesis* e apresentada no primeiro capítulo é ponto central no texto. Com ela apresentaremos a construção narrativa sob a luz de uma teoria da comunicação. Nosso segundo capítulo trata de dois desdobramentos epistemológicos da atividade mimética: o *entrecruzamento* entre História e ficção e o conceito de identidade narrativa. No primeiro caso argumentamos que a imaginação tem função importante na operação historiográfica e no segundo apresentamos o conceito de identidade narrativa como uma consequência da atividade mimética. Em nosso terceiro capítulo abordamos instrumentos de leitura do tempo histórico. Por um lado, os *operadores do tempo histórico*: o calendário, o conceito de gerações, a institucionalização dos arquivos e a construção da prova histórica através dos vestígios. Por outro lado, abordamos outras possibilidades de leitura do tempo através do espaço e o testemunho como mais uma alternativa para a narração da experiência histórica. Por fim, apontamos limites da narrativa historiográfica identificando usos e abusos no agenciamento da memória por meio da configuração narrativa. Em nosso último item, identificamos um caso de controvérsia narrativa no Brasil.

Palavras-chave: Paul Ricoeur; hermenêutica; tripla mimesis; narrativa; temporalidade; ficção; historiografia; tempo histórico; memória.

ABSTRACT

The following paper operates a conceptual selection in the works of philosopher Paul Ricoeur. The intention is to debate concepts that are important for reflections inherent to historiography, in specific to the fields of 'theory of history' and epistemology. The hermeneutic described as triple mimesis presented in the first chapter is central to the text. Our second chapter deals with two epistemological developments of mimetic activity: the intersection between history and fiction and the concept of narrative identity. In the first case, we argue that imagination plays an important role in the historiographic operation, and in the second we present the concept of narrative identity as a consequence of mimetic activity. In our third chapter we deal with instruments for reading historical time. On the one hand, the operators of historical time: the calendar, the concept of generations, the institutionalization of archives and the construction of historical evidence through traces. On the other hand, we approach other possibilities of reading time through space, and testimony as another alternative for narrating historical experience. Finally, we point out limits of the historiographical narrative by identifying uses and misuses abuses in the agency of memory through the narrative configuration. In our last item, we identify a case of narrative controversy in Brazil.

Keywords: Paul Ricoeur; hermeneutics; narrative; temporality; fiction; historiography; historical time; memory.

Sumário

Introdução.....	p.7
 Capítulo 1: Operação mimética: ação interpretada, temporalidade configurada.....	 p.11
1.1 A poética e uma teoria da ação.....	p.14
1.2 Três estágios de uma hermenêutica.....	p.20
1.2.1 Mímesis I: o antes do texto.....	p.21
1.2.2 Mímesis II: a configuração.....	p.26
1.2.3 Mímesis III: a refiguração.....	p.30
 Capítulo 2: Desdobramentos epistemológicos da operação mimética.....	 p.34
2.1 Entrecruzamento história e ficção.....	p.35
2.1.1 A ficcionalização da história.....	p.37
2.1.2 A historicização da ficção.....	p.43
2.2 O conceito de identidade narrativa.....	p.46
 Capítulo 3: Instrumentos epistemológicos de refiguração do tempo.....	 p.53
3.1 Os operadores do tempo histórico.....	p.53
3.1.1 O tempo do calendário.....	p.54
3.1.2 Um conceito de gerações.....	p.59
3.1.3 A noção de arquivo.....	p.62
3.1.4 A construção narrativa da prova documental através dos vestígios.....	p.65
3.2 Outra leitura sobre tempo e espaço.....	p.71
3.3 Apontamentos sobre o testemunho.....	p.76
 Capítulo 4: Os abusos em torno da memória.....	 p.81
4.1 Usos e abusos da configuração narrativa.....	p.81

4.2	Um caso brasileiro.....	p.94
	Conclusão.....	p.103
		p.107
	Bibliografia.....	

Introdução

“O vento varria as folhas,
 O vento varria os frutos,
 O vento varria as flores...
 E a minha vida ficava
 Cada vez mais cheia
 De frutos, de flores, de folhas.
 O vento varria as luzes,
 O vento varria as músicas,
 O vento varria os aromas...
 E a minha vida ficava
 Cada vez mais cheia
 De aromas, de estrelas, de cânticos.
 O vento varria os sonhos
 E varria as amizades...
 O vento varria as mulheres...
 E a minha vida ficava
 Cada vez mais cheia
 De afetos e de mulheres.
 O vento varria os meses
 E varria os teus sorrisos...
 O vento varria tudo!
 E a minha vida ficava
 Cada vez mais cheia
 De tudo.”

Canção do vento e da minha vida,
Manuel Bandeira.

O poema *Canção do vento e da minha vida*, escrito por Manuel Bandeira¹, reflete parte dos assuntos debatidos durante o texto que se segue. Isso porque a nossa investigação gira em torno das teses defendidas pelo filósofo Paul Ricoeur nos livros *Tempo e Narrativa*². Das teses desenvolvidas pelo autor nesta obra, a principal diz respeito à relação umbilical entre narrativa e temporalidade. Amparado em um amplo debate, o filósofo defende que a configuração narrativa oferece uma resposta *poética* à discordante passagem do tempo.

¹ BANDEIRA, Manuel. *Canção do vento e da minha vida*. Disponível em: <<https://www.viveraprenderfalar.com.br/2019/03/postagens-domingo-cancao-vento-minha-vida-manuel-bandeira.html>> Acesso em: 15.jul.2020.

²RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Vol. 1, 2, 3. São Paulo: WMF Martins Fontes. 2010. p. 59.

Paul Ricoeur entende que, como um problema filosófico, a *temporalidade* é uma aporia, isto é, uma pergunta para a qual os filósofos não conseguem dar respostas definitivas. Por mais que os tratados sobre a temporalidade sejam complexos e toquem em temas cada vez mais profundos, a resposta filosófica à pergunta “*o que é o tempo?*” não consegue alcançar uma versão final. Por outro lado, Manuel Bandeira, usando da liberdade que a poesia lhe proporcionava e de sua sensibilidade de grande poeta, consegue criar uma imagem sobre o tempo, sobre a passagem do tempo e seu impacto na experiência humana. Ora, o “vento” (como uma figura metafórica para o *tempo*) varria todas as coisas de sua vida. Enquanto isso a vida do poeta ia ficando cada vez mais cheia das experiências “varridas” pelo vento. “O vento varria tudo” diz o poeta, enquanto a vida dele “ficava cada vez mais cheia de tudo”. Entendemos que Paul Ricoeur desenvolve, ao longo dos três tomos de *Tempo e Narrativa*, uma visão semelhante à criada pelo poeta em *Canção do vento e da minha vida*.

O filósofo entende que a experiência hermenêutica da narrativa só se torna completa com o momento final da leitura (nós abordaremos este momento junto com Ricoeur a partir do conceito de mimesis III). Com a leitura, a experiência relatada por meio da narrativa pode ser refigurada e aproveitada na vida do agente leitor. Podemos nesse momento provocar o poema de Bandeira e dizer que a vida do poeta ficava “cheia” das experiências que o tempo “varria” conforme essas experiências eram configuradas em narrativa. É a articulação narrativa que permite a interpretação e a reinserção das experiências passadas na realidade presente. Ao longo das próximas páginas buscaremos descrever em detalhes como Ricoeur desenvolve conceitualmente esta tese, que culmina em uma hermenêutica da narrativa e da consciência histórica.

Ao abordar o trabalho de Ricoeur, poderemos tocar em problemáticas diretamente ligadas ao fazer dos historiadores. A obra do filósofo legou vastas discussões sobre temas que estão relacionados à historiografia. Diante do desafio que a obra do filósofo impõe, se mostrou inevitável operar uma seleção conceitual, buscando identificar e debater com paciência os conceitos que nos interessam. Nesse sentido, nossa ênfase está em três grandes obras: *Tempo e Narrativa*, *O si mesmo como outro*³ e *A memória, a história, o esquecimento*⁴.

A seleção conceitual que operamos é visível na divisão dos capítulos que estruturam este texto. Caminharemos junto com Ricoeur, buscando compreender a *narrativa* como um ponto fundamental para a prática histórica. Nesse sentido, trataremos tanto de temas ligados

³RICOEUR, Paul. *O si mesmo como outro*. São Paulo: WMF Martins Fontes. 2014.

⁴RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP. 2014.

diretamente à ciência da História quanto de temas que estão relacionados à experiência humana com a temporalidade. A obra de Paul Ricoeur impõe a seus leitores estes saltos: por um lado, a abordagem é ontológica (no caso, a experiência humana no tempo e a relação fundamental entre narrativa e temporalidade); por outro lado, o debate é epistemológico (a relação entre narrativa histórica e ficção; as possibilidades de manipulação e abusos em torno das memórias; as especificidades da historiografia etc.).

Desta maneira, em nosso primeiro capítulo abordaremos a constituição de uma estrutura fundamental na obra de Paul Ricoeur: a operação de tripla mimesis. Esse capítulo está dividido em dois itens. No primeiro buscaremos identificar como Paul Ricoeur pensa em conjunto a *Poética* de Aristóteles e as *Confissões* de Santo Agostinho, para criar a relação entre tempo e narrativa que estrutura toda a investigação da obra. O filósofo entende que a análise do *mythos* presente na *Poética* pode ser vista como um oposto complementar da teoria do *triplo presente* de Agostinho. Esse debate é de fundamental importância para entendermos a relação da narrativa com o tempo e com as ações. No segundo item veremos como Ricoeur desenvolve a operação hermenêutica de tripla mimesis, entendendo-a como uma estrutura fundamental da narrativa, seja ela historiográfica ou ficcional. O *mythos* aristotélico será “liberado” da tragédia para figurar como um elemento presente em todas as narrativas.

Abordaremos a operação mimética de tripla mimesis como uma estrutura hermenêutica que descreve conceitualmente a configuração de composição e recepção das narrativas. O entendimento dos três estágios de mimesis é importante para a sequência deste texto, visto que buscaremos identificá-los nos outros capítulos, na prática histórica e no agenciamento das experiências passadas. Através de *triplo mimesis* poderemos compreender alguns estágios do fazer dos historiadores e da relação entre narrativa e temporalidade.

Em consequência, nosso segundo capítulo abordará dois desdobramentos da hermenêutica de *triplo mimesis*. Por um lado, o entrecruzamento entre história e ficção que se mostra necessário para que as duas grandes formas narrativas completem seus objetivos. Este tema, que já foi motivo de grande controvérsia entre historiadores, é entendido por nós como ponto fundamental para se investigar as operações e os procedimentos que constituem a operação historiográfica. Por outro lado, abordaremos o conceito de identidade narrativa tal como proposto por Ricoeur como um desdobramento da atividade de tripla mimesis. Nesse caso também buscaremos estabelecer relações entre o conceito e a prática historiográfica.

Já em nosso terceiro capítulo, a investigação gira em torno dos *operadores do tempo histórico*. Estes são instrumentos legados pela prática histórica para as leituras humanas da experiência temporal. Nesse item, abordaremos a constituição dos calendários, o conceito de

gerações, a constituição dos arquivos como um lugar social e a construção da prova documental através da noção de vestígio. Os operadores do tempo histórico são essenciais para a produção de narrativas. No caso da historiografia eles cumprem papel ainda mais importante, pois demarcam a referencialidade da narrativa historiográfica ao passado e destacam as diferenças entre historiografia e ficção. Finalizaremos o terceiro capítulo debatendo possibilidades de leitura do espaço e de constituição do *tempo histórico*.

Em nosso último capítulo, abordaremos os chamados *abusos da memória*. Intencionamos identificar algumas formas de usos e abusos em torno das experiências passadas. Tendo a operação mimética como ponto de referência, buscaremos compreender como as memórias são agenciadas por meio da construção narrativa. Poderemos então diferenciar a atividade do historiador de outras formas de agenciamento de memórias por meio da narrativa. O último item é uma “pré-conclusão” de nosso texto. Identificaremos no contexto brasileiro exemplos de agenciamento das experiências passadas, de usos e abusos da memória.

Por fim, ao longo do texto abordaremos parte da obra de Paul Ricoeur para aprofundar nossa investigação a respeito da teoria e da prática dos historiadores na produção de historiografias. Destacamos ainda nossa intenção de reafirmar a obra de Paul Ricoeur como importante instrumento para a historiografia contemporânea. Os temas discutidos pelo filósofo estão vivos e se fazem presentes em problemáticas que devem ser enfrentadas pelos historiadores contemporâneos, como pretendemos provar em sequência.

Capítulo 1: Operação mimética: ação interpretada, temporalidade configurada

“E se lançamos a questão sobre a possibilidade de narrar o tempo, foi só para confessar que, com a presente história, é isso mesmo que temos em mente.”

A montanha mágica, Thomas Mann.

Poucas citações poderiam refletir tão bem a tese central de Paul Ricoeur em *Tempo e Narrativa* como a de Thomas Mann que escolhemos para compor a epígrafe deste capítulo. *A montanha mágica* pode ser considerada uma narrativa sobre o tempo, ou melhor, a passagem do tempo e suas variáveis são exploradas por Mann no romance. Aquilo que aqui chamamos de tese central de Ricoeur em *Tempo e Narrativa*, ou seja, a ideia de que as aporias da temporalidade recebem uma resposta poética através da narração, é comprovada pela prática poética de Thomas Mann.

No romance de Mann, o protagonista Hans Castorp é um jovem que decide visitar seu primo em um sanatório nos Alpes. A intenção de Castorp é permanecer no local por duas semanas, mas o tempo vai passando e ele não vai embora. O jovem é advertido por hóspedes de que o tempo lá “em cima” passa diferente, mas demora para acreditar. Com o passar das páginas, o tempo que Castorp permanece no local é muito maior do que o previsto. No caso de *A montanha mágica*, o tempo é um objeto de reflexão na narração. Em determinado momento do livro o narrador pergunta “É possível narrar o tempo?”. Essa é a questão que em parte já avançada do livro é respondida com a citação presente nesta epígrafe.

Ricoeur coloca frente a frente as filosofias especulativas sobre o tempo. A pergunta “o que é o tempo?” na filosofia ecoa desde a antiguidade. Ao entrar em contato com as principais filosofias especulativas da temporalidade, o filósofo entende que o tempo é uma *aporia*, ou seja, a pergunta a respeito do tempo não chega a uma resposta definitiva, por mais que os filósofos criem tratados cada vez mais complexos sobre o tema. Por outro lado, ao abordar a construção narrativa a partir do *mythos* aristotélico, o filósofo entende que o ato de narrar histórias representa experiências que se desenrolam na temporalidade e por isso tem a capacidade de refletir sobre o tempo.

A primeira filosofia especulativa a respeito do tempo abordada por Ricoeur é a de Santo Agostinho de Hipona, presente no livro *Confissões*. No capítulo XI deste livro o filósofo de Hipona reflete e desenvolve um profundo tratado sobre a temporalidade. O autor confessa que não consegue colocar o tempo em palavras, por mais que o entenda quase intuitivamente. Ao desenvolver a teoria do *triplo presente*, Agostinho vê o tempo como distensão e discordância. Distensão pois só é possível acessar o passado e o futuro a partir de um presente que recorda ou vislumbra perspectivas, por isso o passado para ele é na verdade um presente passado e o futuro, um presente futuro. Esse presente que pela distensão consegue acessar passado e futuro é um presente que continua em movimento, por conseguinte o que é discordante é a própria experiência temporal enquanto movimento contínuo.

Se a reflexão agostiniana em torno do tempo é vista como um modelo de discordância, a construção narrativa através da elucidação proposta pelo *mythos* que Aristóteles expõe na *Poética* é entendida como um modelo de concordância. Na *Poética*, o filósofo grego descreve a construção da tragédia a partir do conceito de agenciamento dos fatos, isto é, a tragédia consegue representar a experiência humana ao colocar ações em um mesmo enredo, em uma mesma história. O *mythos* aristotélico é visto como um modelo de concordância, pois as ações colocadas juntas em uma mesma história não se apresentam desta maneira na realidade.

Paul Ricoeur defende que o modelo aristotélico do *mythos* pode ser visto como um modelo invertido do problema agostiniano da discordância da experiência temporal. Isto porque o agenciamento das ações em um enredo acaba por representar a experiência temporal discordante como uma experiência concordante. Desta maneira, as ações que são colocadas juntas em narrativa representam a experiência temporal. Levando em consideração que as histórias são narradas para serem lidas e/ou escutadas, a experiência temporal narrada pode ser refigurada por aquele que a lê e/ou a escuta. Esse processo de refiguração da narrativa é uma consequência muito importante, pois através dele o leitor pode se apropriar da experiência temporal narrada.

No capítulo a seguir buscaremos abordar como este processo é descrito por Paul Ricoeur em *Tempo e Narrativa*. Começaremos abordando detalhadamente o conceito de *mythos* e a sua profunda relação com as ações. Nesse sentido, o que é desenvolvido por Ricoeur e refletido por nós nas próximas páginas também é uma teoria da ação. Em um segundo momento abordaremos o conceito de *mimesis*, sem o qual o modelo do *mythos* se torna incompleto. A operação mimética descrita pelo autor sob o título de *tripla mimesis* descreve o processo hermenêutico da comunicação em três estágios: a pré-figuração, a configuração e a refiguração. Através desse

processo é possível ver detalhadamente as estruturas das representações narrativas - tanto as historiográficas quanto as ficcionais.

Abordaremos as descrições e reflexões propostas por Ricoeur, entendendo que a narrativa e a temporalidade são vistas a partir de diferentes perspectivas. Na obra supracitada a temporalidade e a narrativa são refletidas em um nível ontológico, qual seja, o de que a construção narrativa consegue representar e refletir a experiência temporal discordante, porém, também são refletidas em nível epistemológico, pois a hermenêutica descrita envolve a construção historiográfica de narrativas. A historiografia é uma narrativa que busca representar o passado, por conseguinte as concepções defendidas por Ricoeur também têm consequências para esta ciência. Por fim, a descrição do autor também tem um caráter ético político ao relacionar a construção narrativa e as disputas em torno da memória.

Uma das principais consequências da operação mimética para a historiografia é o uso da imaginação no momento da construção narrativa. A imaginação é um ponto central para essa construção. Nesse sentido, buscaremos entender, a partir das reflexões propostas por Ricoeur, quais as implicações para a historiografia do uso da imaginação. Como ele acontece? É preciso destacar desde já que a imaginação é indissociável da construção narrativa e por isso ponto crucial também para a historiografia. Entendemos que esse debate é importante para os historiadores, pois reflete diretamente sobre a prática histórica.

Por outro lado, a tese segundo a qual através da leitura de narrativas é possível incorporar a experiência temporal representada também tem implicações importantes para a historiografia. Considerando que a afirmação seja verdadeira e que a historiografia seja uma narrativa que busca representar o passado, podemos afirmar que as experiências representadas e debatidas na historiografia também podem e são incorporadas por aqueles que as leem. Entendemos que esta também é uma consequência da hermenêutica descrita por Ricoeur com implicações para a historiografia.

Por fim, depois de descrevermos o *mythos*, a *mimesis* e a operação mimética de tripla mimesis poderemos refletir a respeito de outras consequências desta hermenêutica. Uma delas é descrita pelo autor com o título de operadores do tempo histórico. Estes seriam mediadores da leitura humana do tempo: o calendário, os vestígios, a constituição de arquivos. A outra é o conceito de identidade narrativa. No tomo 3 de *Tempo e Narrativa*, Ricoeur aborda a identidade narrativa como uma das principais consequências da operação mimética. O autor entende que a “identidade”, por estar sempre em mudança, apesar de continuar representando a mesma pessoa, só pode ser devidamente descrita na forma de narrativa. Se relacionarmos o conceito de

identidade narrativa com as memórias em disputa também poderemos encontrar consequências para a reflexão a respeito da historiografia.

Antes de nós adentrarmos nas consequências descritas no parágrafo acima, abordaremos detalhadamente a construção do conceito de *mythos*. No segundo momento entraremos no debate sobre a operação mimética tendo em vista suas implicações para a nossa concepção de construção narrativa. Em ambos encontraremos momentos oportunos para refletir sobre a operação historiográfica.

1.1 A Poética e uma teoria da ação

Ricoeur aborda a *Poética* de Aristóteles no segundo capítulo de *Tempo e Narrativa I*. Como dito, o autor considera a concordância encontrada pelo filósofo grego na construção da tragédia um correspondente invertido da discordância encontrada por Santo Agostinho em seu tratado sobre o tempo. No capítulo XI das *Confissões*, Agostinho não pensa especificamente sobre a narrativa, assim como Aristóteles não desenvolveu uma percepção sobre o tempo na *Poética*. Paul Ricoeur faz essa ligação por sua própria conta e risco: o autor entende que a discordância apontada por Agostinho na temporalidade corresponde à concordância que Aristóteles identifica na construção da tragédia.

Afirmamos acima que não é possível abordar *mythos* e *mimesis* separadamente. É a partir do *mythos* como agenciamento das ações em enredo e da *mimesis* como representação destas ações que se torna possível, para Paul Ricoeur, pensar juntos temporalidade e narrativa. O pesquisador brasileiro Fernando Nicollazi entende que é com a reflexão a respeito de *mimesis* e *mythos* que o filósofo consegue colocar, uma diante da outra, a discordância apontada por Agostinho e a concordância vista por Aristóteles. Desta maneira, Ricoeur pensa juntos tempo e narrativa.

Em consonância com o termo *mimesis*, considerada a imitação ou a representação da ação, assumida por Ricoeur como o conceito englobante da *Poética*, a narrativa é pensada pelo filósofo através do par *mimesis* e *mythos*, isto é, a representação da ação e o agenciamento dos fatos em uma intriga. Assim, diante da discordância apontada na experiência de tempo agostiniana, Ricoeur coloca a atividade poética de produção narrativa como forma de dar sentido e coerência a tal aporia. [...] É, portanto, o filósofo

francês em sua análise própria quem estabelece a relação entre tempo (Agostinho) e narrativa (Aristóteles).⁵

Como bem demonstrado por Nicollazi, os principais conceitos abordados nesse capítulo de *Tempo e Narrativa* são o par *mimesis* e *mythos*. Traduzidos literalmente, *mimesis* significaria imitação ou representação, enquanto *mythos* seria o agenciamento dos fatos em intriga, trama, articulação ou enredo. Para além da tradução literal, o autor busca conservar nesses conceitos um caráter de processo, entendendo que eles representam uma atividade produtora de sentido; não um sentido replicado, puramente imitado ou representado, mas sentidos novos que surgem da própria articulação narrativa. Ao longo de *Tempo e Narrativa* o autor chega à conclusão de que o melhor é falar em *representância* para conservar o caráter dinâmico da construção narrativa. Cito o autor, sobre a querela da tradução do termo *mimesis*:

A mesma marca deve ser conservada na tradução de *mimesis*: quer se diga imitação ou representação [...], o que se deve entender é a atividade mimética, o processo ativo de imitar ou de representar. Portanto, deve-se entender imitação ou representação em seu sentido dinâmico de composição da representação, de transposição em obras representativas.⁶

Dito isso, vale lançar uma pergunta, juntamente com Aristóteles e Ricoeur: se a atividade de narrar tem como objetivo compor representações, seriam representações de que? Ao longo do desenvolvimento dos conceitos, entende-se que a representação é de ações e não simplesmente de personagens. A *Poética* é a representação de homens que agem ou de homens em ação. Aristóteles já dava precedência às ações sobre os personagens: são as ações que nos dizem quem os personagens são e não o inverso. O *mythos* é o agenciamento (a articulação, a configuração) das ações em histórias (intriga, trama, enredo). Na *Poética*⁷, Aristóteles divide a tragédia em seis partes⁸ e considera que “A mais importante dessas partes é a trama dos fatos”⁹, pois,

A tragédia é a mimese não de homens, mas das ações e da vida [a felicidade e a infelicidade se constituem na ação, e o objetivo visado é uma ação, não uma qualidade; pois, segundo os caracteres os homens possuem determinadas qualidades, mas, segundo as ações, eles são felizes ou o contrário]. Então, não é para constituir caracteres que aqueles que atuam se dedicam à mimese, os caracteres é que são introduzidos pelas ações. Assim

⁵ PARADA, Maurício (org). Os historiadores: clássicos da história, volume 3: de Ricoeur a Chartier. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes e PUC Rio. p.16

⁶ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa I*. São Paulo: WMF Martins Fontes. 2010. p.59.

⁷ ARISTÓTELES *Poética*. São Paulo: Editora 34. 2015.

⁸ “É necessário que, como um todo, a tragédia seja constituída de seis partes – por meio das quais possui tal ou tal qualidade – a saber, enredo, caracteres, elocução, pensamento, espetáculo e melopeia” (ARISTÓTELES. *Poética*. São Paulo: Editora 34. 2015. p. 77.)

⁹ *Ibid.* p.79.

sendo, os fatos e o enredo constituem a finalidade da tragédia, e a finalidade é, de tudo, o que mais importa.¹⁰

No conceito de *mythos* fica clara a precedência das ações em sobre as características dos personagens. O *mythos* é o agenciamento dos fatos em intriga, das ações em uma história que forme sentido em conjunto. Desta maneira, também podemos falar da preferência pelo todo sobre as partes. É quando vista como um todo que a narrativa faz sentido, é na articulação das partes que surge o enredo. Sendo assim, o agenciamento dos fatos também é uma atividade dinâmica que visa a construção da representação mimética; é articulando ações que se cria a representação.

Na *Poética*, Aristóteles diferencia comédia e tragédia. A definição clássica da comédia como a representação de homens piores e a tragédia como a representação de homens melhores é amplamente conhecida. Destaca-se aqui que é por meio das ações dos personagens que o leitor/espectador conhece suas respectivas qualidades morais. São suas ações que os fazem vilões ou heróis, dignos de pena ou de admiração. A precedência das ações sobre os personagens, do todo em relação às partes e do agenciamento dos fatos (*mythos*) como criador da atividade de representação abrem espaço para Ricoeur pensar as possibilidades do desenvolvimento de uma teoria da ação compreendida em analogia a um texto.

Ricoeur seguirá trabalhando com essa possibilidade ao longo de *Tempo e Narrativa*, especificamente quando desenvolve o conceito de *mimesis* I. Discutindo a noção de um quase texto advindo da própria experiência cotidiana, as ações da realidade parecem impulsionar a articulação narrativa. É possível dizer, junto com Ricoeur, que elas pedem para ser narradas, assim como as narrativas já configuradas clamam por leitura.¹¹ Por qual motivo podemos dizer que as ações “pedem” por narração? A motivação principal é que na realidade as ações estão dispersas; colocá-las juntas em uma narrativa é uma maneira de interpretá-las, de dar sentido a elas, de criar relações lógico-causais entre ações.

Da discussão com a *Poética* de Aristóteles¹², conservaremos para nosso trabalho a noção de *mimesis* e *mythos* como atividades produtoras de sentido. Buscamos defender a noção de que as narrativas não imitam ou representam a realidade tal como ela é, mas articulam ações em texto, produzindo novos sentidos e interpretações para a realidade humana, para o “mundo

¹⁰ *Ibid.* p. 79-81.

¹¹ Discutiremos isso mais detalhadamente no debate sobre a atividade mimética de *tripla mimesis*.

¹² Aristóteles diferencia a tragédia da comédia pelas qualidades éticas das ações que constroem os personagens. Dito isso, entende-se que os personagens são melhores ou piores que os homens do presente a partir do que? Ora, essa visão ética já está presente na realidade do leitor e do narrador, o que permite a partir das ações dos personagens qualificá-los como melhores ou piores do que os homens do presente.

da ação”. A construção narrativa será vista como um exercício hermenêutico do início ao fim: do narrador que interpreta as ações na realidade (presente ou passada; no caso o historiador é um narrador que se dedica à interpretação de ações passadas) e do leitor que interpreta as ações articuladas em texto, das ações que pedem por narração e do texto articulado que clama por leitura. Cito o autor ao pensar como entender o par representação (*mimesis*) e agenciamento dos fatos (*mythos*):

Esse texto será doravante nosso guia. Ele nos impõe pensar juntos e definir um pelo outro a imitação ou a representação da ação e o agenciamento dos fatos. Essa equivalência exclui em primeiro lugar qualquer interpretação da *mimesis* de Aristóteles em termos de cópia, de réplica ao idêntico. A imitação ou a representação é uma atividade mimética na medida em que produz algo, ou seja, precisamente o agenciamento dos fatos pela composição da intriga.¹³

Conservaremos a proposta de Ricoeur para entender o par *mimesis* e *mythos* como uma atividade produtora de sentido. Além disso, é preciso destacar que o filósofo busca, ao longo da obra aqui citada, expandir o conceito de *mythos* para além das características que Aristóteles subordinou à tragédia grega. É certo que o filósofo grego estava pensando na *Poética* em específico a construção trágica, todavia Ricoeur entende que o conceito pode se estender para toda a produção narrativa. Desta maneira, fala-se em *mythos* como agenciamento dos fatos, libertando o conceito das características específicas da tragédia.

Outro ponto conservado desse debate com Aristóteles é a precedência do todo sobre as partes. Das ações singulares que articuladas em conjunto constituem o enredo, justamente o agenciamento dos fatos: o tomar juntamente ações, circunstâncias, características éticas, temporalidades, reviravoltas etc. É nesse sentido que a construção da intriga é um modelo de concordância: ela faz ações antes dispersas concordarem em uma ordem lógica de sentido, criando até mesmo temporalidades próprias ao ritmo das ações narradas.

O *mythos* como agenciamento dos fatos e a *mimesis* como representação de homens que agem são entendidos como processos produtores de sentido. Sentido que não tinham nem os fatos antes do *mythos* nem as ações antes da *mimesis*. Segundo Aristóteles, “A tragédia é a mimese de uma ação e, sobretudo por causa da ação, a mimese de homens que agem.”¹⁴. Narrar é articular ações em conjunto, é fazer ações dispersas concordarem, é construir sentidos. Fazer as ações “concordarem” é criar vínculos de coerência entre ações antes dispersas no tempo e no espaço. Esta coerência ou concordância é um efeito da construção narrativa.

¹³ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa I*. São Paulo: WMF. Martins Fontes. 2010. p. 61.

¹⁴ ARISTÓTELES. *Poética*. São Paulo: Editora 34. 2015. p.85.

Por fim, a atividade mimética que será descrita a seguir deve ser entendida como uma hermenêutica que articula ação e texto, que lê as ações da realidade, configura narrativas a partir de ações tomadas juntamente, ações originalmente separadas no tempo e no espaço, permitindo a refiguração¹⁵ no momento da leitura. É uma atividade de leitura, de interpretação, em seus três estágios: o poeta lê ações da experiência (mímesis I) e as configura em narrativa (mímesis II), o leitor lê e refigura (mímesis III), podendo aproveitar as experiências lidas em sua vida. Pensando em específico na historiografia, a operação mimética descrita por Ricoeur ilustra em parte o trabalho do historiador. O agente historiador busca fazer a leitura da experiência passada (mímesis I) para então conseguir colocá-la em narrativa, refletindo sobre ela (mímesis II) e, por fim, a narrativa historiográfica também tem a recepção pelo público leitor (mímesis III), momento no qual ela pode ser criticada, aceita ou rejeitada, mas, em todo caso, refigurada. Discutiremos em mais detalhes essa relação no próximo item deste texto.

Sobre o *mythos* ainda resta destacar um último aspecto importante: Aristóteles pensou o conceito de *mythos* para a construção poética da tragédia grega. Ricoeur pretendeu libertar o conceito da tragédia, transformando o que era *mythos trágico* simplesmente em *mythos*. O autor entende que o agenciamento dos fatos engloba um campo mais amplo, podendo então representar a construção narrativa em geral, tanto que nesse momento o autor não diferencia historiografia e literatura: o agenciamento dos fatos e a representância estão presentes em ambas as formas de construção narrativa, conseguindo incluir até mesmo suas diferenças. Ricoeur entende que a narrativa tem uma capacidade de metamorfose, oriunda da necessidade de construir novos tipos e modos de representação temporal. “Podemos formular a hipótese de que as metamorfoses da intriga consistem em investimentos sempre novos do princípio formal de *configuração temporal* em gêneros, tipos e obras singulares inéditos.”¹⁶

Afirmou-se acima que Ricoeur olha para a *Poética* de Aristóteles e vê um modelo de concordância para a discordância encontrada por Agostinho nas *Confissões*. Ora, o dilema de Agostinho é não conseguir colocar em palavras o tempo e, por isso, a experiência temporal expressa a discordância do tempo que não cessa de passar. Por outro lado, Ricoeur lê na exposição do filósofo grego sobre a tragédia um modelo de concordância. Desta maneira, a narrativa consegue dar ordem à dissonância da experiência temporal no momento em que coloca juntas ações antes dispersas. A hipótese que Ricoeur desenvolve ao longo de *Tempo e Narrativa* é que *a construção narrativa é uma resposta poética às aporias da temporalidade*

¹⁵ A interpretação, a decodificação, a leitura.

¹⁶ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa 2: A configuração do tempo na narrativa de ficção*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. 2010. p.13

suscitadas pela fenomenologia. Os textos de Agostinho e Aristóteles são um ponto de partida para o autor, tanto no que diz respeito à reflexão sobre a temporalidade quanto às teorias narrativas.

Em *Tempo e Narrativa*, Paul Ricoeur consegue aliar a problemática da temporalidade com a da narrativa, temas que já eram caros ao filósofo em obras anteriores. Segundo Jean Grondin,

O interesse manifestado pela narrativa e pelo tempo é antigo em Ricoeur. Seus primeiros tratados haviam se interessado vivamente pelos mitos, pelos símbolos e pelas obras através das quais se exclama e se escreve o esforço humano para existir, que é o de um ser temporal e finito, mas cujas aspirações talvez não se limitem ao finito. A genialidade de *Tempo e Narrativa* é pensar conjuntamente estes dois focos de sua obra que são a experiência visceral, trágica de nossa temporalidade e a réplica da atividade narrativa que reconhece um sentido à nossa epopeia no tempo.¹⁷

A construção narrativa se torna um modelo de concordância discordante. Ela consegue expressar a discordância do passar do tempo e a concordância das ações. Além disso, ela consegue englobar as reviravoltas interna das ações do texto. A narrativa expressa a passagem discordante do tempo concordando ações em um mesmo enredo. Mas o que é mesmo concordar ações? Entendemos que é o ato de dar coerência às ações através de relações criadas entre elas pela configuração narrativa. Pode-se entender que a resposta poética construída por Ricoeur gira em torno de ao menos dois pontos: 1º, a configuração narrativa acaba produzindo uma temporalidade interna ao texto, podendo inclusive representar percepções de tempo variadas; e, 2º, as ações configuradas em narrativa expressam temporalidades e tornam o tempo inteligível para o ser humano. Pode-se dizer, narram-se ações, mas interpreta-se o desenrolar delas, suas motivações e consequências. A narrativa se torna uma forma de pensar a passagem do tempo. Escreve Ricoeur: a narrativa transforma o tempo da natureza em *tempo humano*. A narrativa é capaz de expressar o tempo humano pois torna a experiência temporal passível de reflexão para os seres humanos. Retomamos a pergunta do narrador de *A montanha mágica*: “é possível narrar o tempo?”, mas nossa resposta é mais radical que a dele: narramos não o tempo, mas as experiências que se desenrolarem no tempo. Criar concordância entre estas experiências é uma maneira de refletir e significar diretamente a passagem do tempo.

Neste item acompanhamos a abordagem de Ricoeur aos conceitos de *mythos* (agenciamento dos fatos) e *mimesis* (a representação das ações; representância). Abordados juntos, estes conceitos conseguem refletir a construção narrativa como o ato de dar coerência

¹⁷ GRONDIN, Jean. Paul Ricoeur. São Paulo: Edições Loyola. 2015. p.94.

e/ou sentido a ações que antes se apresentavam dispersas. Este ato é capaz de criar a representação das experiências temporais e é através dele que se torna possível refletir sobre esta experiência a princípio dissonante. Seguimos agora com o que foi projetado antes, e adentraremos na reflexão de Ricoeur sobre a operação mimética.

1.2 Três estágios de uma hermenêutica

Descreveremos agora a operação mimética que Paul Ricoeur expõe analisando três estágios de mimesis. O objeto desta descrição dos estágios de mimesis é uma estrutura da interpretação e da comunicação. É esta operação mimética que cria a representância. É na descrição de *tripla mimesis* que conseguimos perceber como se dá o ordenamento da experiência temporal através da articulação narrativa, que culmina na possibilidade dessa experiência ser lida e compreendida por outros. A leitura proporciona a compreensão a respeito dos acontecimentos narrados. O leitor não experimenta a ação, mas pela leitura é capaz de compreendê-la. Se radicalizarmos a tese proposta pelo autor, podemos afirmar que o leitor é capaz de fazer uso das experiências lidas.

Tripla mimesis é uma descrição ampla da atividade hermenêutica. Nesse trajeto conceitual é possível refletir sobre alguns aspectos da historiografia, pois o filósofo descreve as estruturas da comunicação desde um momento anterior ao texto até outro posterior (a leitura; a recepção), sem deixar de elucidar o estágio da construção do texto nesse percurso. Nesse sentido, poderemos olhar para a historiografia também nesses três estágios. Além disso, mais à frente ainda será possível nos questionarmos, junto com Ricoeur, a respeito do papel da imaginação para a operação do historiador.

A partir da operação mimética de tripla mimesis poderemos olhar de perto o processo que transforma a experiência temporal desordenada em experiência temporal ordenada através da narrativa. É nesse processo que a tese defendida pelo autor é fundamentada e pode ser mais bem entendida. A resposta *poética* às aporias da temporalidade se dá justamente nesse processo de transformar as ações e eventos em artefatos verbais, processo do ato de narrar. Processo este, podemos dizer, que é produto da narrativa.

A operação hermenêutica é exposta no primeiro tomo de *Tempo e Narrativa* sob o título de *tripla mimesis*. A operação caminha do antes ao depois da configuração narrativa, isto é, do que antecede a composição ao ato de leitura que acaba por completar o processo. Tripla mimesis é um processo hermenêutico que visa elucidar a construção e a interpretação de representações;

o ato de configurar ações em narrativa acaba por construir novas temporalidades. O entendimento da construção conceitual de tripla mimesis é importante para entender o desenrolar das teses de Paul Ricoeur sobre o tempo e a narrativa. Nos parágrafos que se seguem ela será descrita detalhadamente como um processo de interpretação do início ao fim.

1.2.1 Mimesis I: o antes do texto.

A primeira parte da atividade mimética refere-se ao pré-texto. Sob o título de mimesis I, Ricoeur desenvolve um debate a respeito do antes da construção textual. Pode-se afirmar que a discussão gira em torno da pré-compreensão em termos de uma hermenêutica da textualidade.¹⁸ O autor parte do pressuposto de que para representar uma ação é necessário um pré-entendimento da realidade comum tanto àquele que escreve o texto quanto àquele que o lê. A mimesis I é um estágio crucial do entendimento: a partilha de um aparato simbólico.

Entendemos que a citação a seguir sintetiza a reflexão a respeito do primeiro estágio da atividade mimética:

Percebe-se, em toda a sua riqueza, qual o sentido de *mimesis* I: imitar ou representar a ação é, em primeiro lugar, pré-compreender o que é o agir humano: sua semântica, sua simbólica, sua temporalidade. É nessa pré-compreensão, comum ao poeta e a seu leitor, que se delineia a construção da intriga e, com ela, a mimética textual e literária.¹⁹

A pré-compreensão do mundo da ação refere-se a três aspectos bem definidos: a inteligibilidade estrutural das ações, seus aspectos simbólicos e, por fim, suas características temporais. Primeiramente, o autor parte de uma relação entre teoria narrativa e teoria da ação. As próprias ações de que os seres humanos participam como agentes, pacientes ou leitores já exigem uma série de questionamentos que serão transpostos para a ordem narrativa no momento da configuração, fazendo assim a representação das ações. Ou seja, o mundo que cerca o leitor é transposto para o momento da leitura, do mesmo modo que o mundo que cerca o autor também o é. *Mimesis* I representa não só o antes do texto, mas a partilha de um aparato simbólico entre autores e leitores. Entendemos que como as ações na realidade se encontram desordenadas, de certa maneira, precisamos buscar ordená-las, dar sentido a elas.

¹⁸ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa I*. São Paulo: WMF Martins Fontes. 2010.

¹⁹ *Ibid.* p. 112.

O mundo da ação exige aquilo que o autor chama de compreensão prática. Questionamentos referentes a autoria, participação, motivação, espacialidade, databilidade etc. já estão presentes em uma leitura prática do mundo. O que aqui chamamos leitura prática do mundo, o autor desenvolve sob o conceito de *semântica da ação*, isto é, antes mesmo de figurarem em uma narrativa as ações já são dotadas de sentido e encadeadas a sentidos. Isto não acontece por acaso: as ações são dotadas de sentido antes de serem encadeadas em narrativa, pois esta é uma forma de compreendê-las, de ordená-las.

Para transformar as ações em narrativas não basta a capacidade de dotá-las de sentido: é preciso levar em consideração os aspectos sintáticos que estruturam cada idioma. Pode-se afirmar, na esteira do autor, que um texto transpõe as ações de uma ordem paradigmática para uma ordem sintagmática²⁰. Desta maneira, o domínio das estruturas que formam cada idioma também é uma competência exigida para a configuração e recepção de narrativas e, por isso, analisada pelo filósofo no estágio referente ao antes do texto.²¹

Paul Ricoeur entende que a inteligência narrativa atualiza e integra a inteligência prática. Atualiza por colocar os sentidos que interpretam as ações na própria narração. Integra pois a própria composição do enredo exige que as ações antes dispersas sejam tomadas juntamente, em um encadeamento lógico que dê forma às narrativas. Essa capacidade das narrativas de *tomar juntamente* e fazer uma *síntese do heterogêneo* com as ações e significados será tratada na nossa leitura da segunda parte da atividade mimética. Vale destacar que o *tomar juntamente* tem íntima relação com o que comentamos acima a respeito do *mythos* aristotélico. O tomar juntamente é colocar juntas ações dispersas.

O segundo aspecto do pré-texto é àquele relativo aos caracteres simbólicos das ações. Nesse ponto, o filósofo pressupõe que para os textos serem lidos é preciso que autor e leitor partilhem de determinados símbolos, ou melhor, os símbolos aqui operam como códigos criados culturalmente que intermedeiam as relações e a comunicação humana. Podemos ir mais longe: a própria possibilidade de as ações serem encadeadas em narrativas já indica que elas estão simbolicamente intermediadas de antemão. Para uma ação ser lida/interpretada/compreendida, o observador/receptor precisa partilhar e conhecer o código utilizado pelo agente/autor. Mesmo um gesto, para ser compreendido, exige partilha de aparatos simbólicos.

²⁰ Entendemos aqui como *ordem paradigmática* o mundo da ação, a realidade que nos cerca. Por outro lado, entendemos *ordem sintagmática* os artefatos da linguagem que usamos para compreender e dotar o mundo de sentido. Afirmamos junto com Ricoeur que a narrativa transpõe as ações de uma ordem paradigmática para uma ordem sintagmática, ou seja, o mundo da ação é transposto para artefatos verbais através da narrativa.

²¹ *Ibid.*

Um sistema simbólico fornece assim um *contexto de descrição* para ações particulares. Em outras palavras, é ‘em função de...’ tal convenção simbólica que podemos interpretar tal gesto *como* significando isso ou aquilo: o mesmo gesto de levantar o braço pode, segundo o contexto, ser entendido *como* maneira de saudar, de chamar um táxi ou de votar. Antes de serem submetidos à interpretação, os símbolos são interpretantes internos à ação.²²

Segundo esses pressupostos, pode-se falar, na esteira de Ricoeur, da ação como um quase texto, como indutora do texto, ou como veremos adiante, na ação como um tipo de texto, tal como a leitura que David Carr²³ propõe. O que é preciso ficar claro nesse estágio da reflexão é que os caracteres simbólicos que medeiam as ações no mundo prático funcionam como códigos que, quando partilhados, permitem a comunicação e a interpretação. A composição e a recepção de narrativas pressupõem o domínio desses códigos por parte de autores e leitores.

se podemos falar da ação como um quase texto é na medida em que os símbolos, entendidos como interpretantes, fornecem as regras de significação em função das quais determinada conduta pode ser interpretada.²⁴

Na *Poética* a composição da intriga está intimamente ligada aos caracteres simbólicos das ações. O que difere a comédia da tragédia são as qualidades éticas e morais das ações, que seguindo o raciocínio aqui exposto já existem na própria cultura como norma antes de figurarem em textos. As determinações sobre as qualidades éticas das ações advêm da própria cultura: se tal ação é imoral ou moral, se tal personagem é mocinho ou vilão; o narrador faz uso desses símbolos disponibilizados culturalmente para configurar ações em texto. A possibilidade de configuração do texto e de leitura do texto é derivada das mediações simbólicas já existentes no mundo da ação. Nesse sentido, sobre a relação entre mimesis I e o texto, Jean Grondin entende que “A intriga nunca é totalmente inventada, ela remete, antes, a uma intriga que é a de nossas próprias vidas: nossa compreensão da vida já mostra uma estrutura narrativa, uma vez que ela articula desde sempre seu agir de maneira simbólica e que ela jamais cessa de narrá-

²² *Ibid.* p.102.

²³ Carr vê a narrativa estruturada com a nossa interpretação da realidade, ou seja, usamos para construir narrativas a mesma estrutura que usamos para interpretar as ações cotidianas de nossas vidas. Pode-se dizer que ele é um pouco mais radical que Ricoeur nesse sentido, apesar de entendermos que tal leitura já é possível na descrição do primeiro estágio de mimesis em Paul Ricoeur. “*If Ricoeur has correctly characterized what literary narratives do, then it seems that their accomplishment is but a recapitulation of the structure of everyday experience and action.*”[“Se Ricoeur tiver caracterizado corretamente o que a narrativa literária faz, então aparenta que sua realização não é mais que uma recapitulação da estrutura da experiência cotidiana e da ação.”] CARR, David. *Time, narrative and history*. Bloomington, Indianapolis. Indiana University Press. 1991. p.65. (tradução nossa)

²⁴ Ricoeur, Paul. *Tempo e Narrativa I*. São Paulo. WMF Martins Fontes. 2010. p. 103.

lo.”²⁵ Grondin segue a mesma interpretação de Carr, ou seja, ver a ação já como um tipo de texto.

O último aspecto que Ricoeur analisa sob o título de mimesis I é aquele que se refere às características temporais das ações. Da mesma maneira que os pressupostos estruturais e simbólicos, os temporais também já estão presentes e impulsionam a composição narrativa. A passagem do tempo e das ações pelas vidas humanas é ligada à necessidade de interpretar e dotar de sentido essas ações com as quais o ser humano se depara. As ações clamam por interpretação e, portanto, por narração, ao mesmo tempo que a própria narrativa cria outras temporalidades. Ricoeur escreve que “A compreensão da ação não se limita, com efeito, a uma familiaridade com a rede conceitual da ação e com suas mediações simbólicas; chega até a reconhecer na ação estruturas temporais que pedem a narração.”²⁶ No caso, não é que as ações peçam por narração, mas a estrutura da narração proporciona a possibilidade de organização temporal das ações.

As ações e a própria relação do ser humano com a temporalidade pedem por narração. Na medida em que vivem implicados no tempo e em ações, os seres humanos precisam lidar com experiências e expectativas, necessitam interpretar as ações e a passagem do tempo que se desenrolam em suas existências. Nesse ponto, Ricoeur entende que a análise de Heidegger sobre a intratemporalidade²⁷ consegue compreender e descrever essa necessidade de narração.

Na análise da intratemporalidade o ser conta com o tempo para agir; além disso, a própria temporalidade se mostra para o ser como momento de ação. A ideia de agir com o tempo, de “tornar presente” agrada o filósofo ao romper com a representação linear do tempo em agoras que se sucedem, “O benefício da análise da intratemporalidade reside na ruptura que essa análise opera com a representação linear do tempo, entendida como simples sucessão de agoras.”²⁸. O mundo da ação exige uma interpretação temporal que rompa com a linearidade absoluta de sucessões. Cito o autor ao analisar como isso acontece na economia da obra de Heidegger:

É dessa maneira que a intratemporalidade ou ser-‘dentro’-do-tempo revela aspectos irreduzíveis à representação do tempo linear. Ser-‘dentro’-do-tempo já é algo diferente de medir intervalos instantes-limite. Ser- ‘dentro’-do-

²⁵ GRONDIN, Jean. Paul Ricoeur. São Paulo: Edições Loyola. 2015. p. 96.

²⁶ Ricoeur, Paul. *Tempo e Narrativa I*. São Paulo. WMF Martins Fontes. 2010. p. 105.

²⁷ Acima afirmamos que a primeira filosofia especulativa sobre tempo debatida por Paul Ricoeur em *Tempo e Narrativa* foi a de Santo Agostinho. Nesse momento da reflexão sobre o primeiro estágio de mimesis o autor entra em contato com a segunda, a investigação de Heidegger a respeito do tempo.

²⁸ *Ibid.* p.111.

tempo é antes de mais nada contar com o tempo e em consequência disso calcular.²⁹

Nesse caso, o cálculo temporal sobre as ações já as coloca na consciência humana em forma narrativa. Na *Poética*, as ações acontecem uma por causa da outra/uma por conta da outra. É preciso considerar ainda que a tese central do autor se refere às narrativas como portadoras de uma resposta poética às aporias da temporalidade e, por isso, a análise de Heidegger é interessante tanto para entender como determinadas narrativas subvertem uma concepção tradicional de tempo quanto para compreender como as narrativas em geral criam outros tempos. Esses assuntos serão discutidos no decorrer deste texto.

Resta ainda refletir sobre a relação entre mimesis I e historiografia. A atividade do historiador envolve um grande pré-texto; talvez a maior parte da operação historiográfica seja realizada antes do texto, da formação do pesquisador às historiografias que leu, à documentação com a qual entrou em contato, os procedimentos usados para interpretar os documentos em arquivos, os filósofos que estudou etc. Todavia, a experiência passada também se encontra desordenada antes da construção narrativa. Dessa maneira, o heterogêneo das ações passadas fazem parte do pré-texto da historiografia. O papel da configuração é justamente dar ordem a essa massa de informações desordenadas.

Na citação a seguir, Fernando Nicolazzi relaciona mimesis I e historiografia.

A mimesis I trata do campo da pré-compreensão, da capacidade de identificar ações e suas mediações simbólicas e também da possibilidade de se narrar uma ação. *É aqui que se encontram as questões relativas aos motivos que levaram determinados agentes a agir de maneira particular num momento específico e também os procedimentos próprios, no caso da historiografia, da pesquisa documental.* O tempo prefigurado da mimesis I está localizado no âmbito da compreensão prática, fornecendo à ação narrada um primeiro critério de entendimento ou 'legibilidade'.³⁰

Em *mimesis* I são analisados os aspectos que envolvem o antes do texto. Os momentos estruturais, simbólicos e temporais do pré-texto já revelam a ligação umbilical entre ação e narrativa. A análise do filósofo permite a leitura da própria ação como um tipo de texto. Quando colocadas em termos de intenções e cálculos, as ações fazem uso da organização poética e temporal oferecida pela narrativa. É essa analogia entre texto e ação que reforça a necessidade de as ações serem narradas. Narra-se para compreender. Mais uma vez podemos fazer uma relação com a historiografia: os historiadores investigam o passado partindo dessa necessidade

²⁹ *Ibid.* p.109.

³⁰ PARADA, Maurício (org). Os historiadores: clássicos da história, volume 3: de Ricoeur a Chartier. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes e PUC Rio. p.16, 17. (grifo nosso).

presente de compreender ações passadas. Para tanto, fazem uso de documentações, modelos de interpretação, criam relações logico-causais entre os acontecimentos. Todas essas ferramentas dominadas pelos historiadores podem ser entendidas como o momento pré-texto da produção historiográfica, a *mímesis I*.

1.2.2 Mímesis II: a configuração

Parte-se agora para o segundo estágio da atividade mimética: a configuração³¹. Nesse momento acontece a composição narrativa, o ato de transformar ações antes dispersas em histórias. Alguma história que faça sentido em conjunto, isto é, que as ações ali encadeadas sejam ligadas de tal modo que possam ser observadas juntas. Narrativas tratam sobre ações, o ato de configuração é o momento que transforma as ações em narrativas.

Para falar da configuração o autor poderia ter utilizado o termo ficção referindo-se ao *como se* da atividade criativa – *como se* a realidade fosse tal como narrada. Todavia, ele prefere evitar o termo nesse momento da discussão para não adentrar na divisão que se estabelece entre narrativa de ficção e narrativa histórica, assunto que o filósofo enfrenta em outros estágios de *Tempo e Narrativa*. Como já afirmamos acima, o *como se*, o uso da imaginação é crucial também para a atividade historiadora. O autor trata a configuração como um ato, o *ato configurante*.

O ato configurante é colocado em um lugar de mediação. Isso acontece por causa de no mínimo três características próprias a essa atividade: 1ª, a função de mediação entre o antes e o depois do texto, ou para usar os termos colocados pelo autor, entre a pré-configuração da intriga (*mímesis I*) e a reconfiguração da intriga (*mímesis III*); 2ª, a mediação entre ações singulares e a narrativa como um todo; entre a realidade e a narrativa; entre objetos, personagens, intenções, acontecimentos etc.; 3ª, entre o tempo como fenômeno da natureza e o tempo refigurado pela narrativa.

Fazendo uma *síntese do heterogêneo* de ações episódicas em temporalidades diferentes, o ato configurante cria outro tempo, um *tempo narrado*.³² É com a síntese de ações singulares (individualizadas; em tempos e espaços distintos; com consequências e causas diversas; praticadas por diferentes agentes) que o ato configurante cria o enredo e a noção da narrativa como uma unidade de sentido, um todo. A narrativa pode ser vista pelo todo (título, resumo,

³¹ Ricoeur, Paul. *Tempo e Narrativa I*. São Paulo. WMF Martins Fontes. 2010.

³² Ricoeur, Paul. *Tempo e Narrativa I*. São Paulo. WMF Martins Fontes. 2010.

comentário etc.) e pode ser vista pelas partes (os episódios, as relações causais entre as ações etc.). Sobre o ato configurante, o tomar juntamente, a criação de um todo e, através deles, o surgimento de um terceiro tempo, o historiador norte-americano David Carr pontua o seguinte:

*Ao se tratar do caráter temporal da narrativa, Ricoeur caracteriza o “tecer da intriga” como mediação entre eventos e narrativas (estória), unificando a cronológica com a não-cronológica. Os eventos constituem a dimensão episódica, um sucedendo o outro em disposição linear. Isso dá à sequência de eventos uma completude e seu “ponto” de “tema”.*³³

Seguindo Paul Ricoeur e David Carr, podemos olhar para a configuração como o momento da composição do enredo. O ato configurante toma juntamente ações dispersas e individualizadas, transformando-as em uma história que tenha sentido em conjunto. Em narrativa as ações se encadeiam de tal maneira que se pode descrevê-las por um tema. O ato configurante é a própria criação da narrativa, é a transformação das ações em texto. Pensando especificamente na historiografia, o momento da configuração é aquele no qual o historiador escreve a narrativa: nesse momento, são “tomados juntamente” documentações diversas, modelos interpretativos e outras historiografias que já debateram o mesmo tema. Radicalizando o argumento, o que é “tomado juntamente” na operação historiográfica é a experiência passada. Sem a configuração narrativa, estas experiências permaneceriam dispersas.

Na citação abaixo, Fernando Nicolazzi comenta as funções mediadoras de mimesis II, a mediação entre os acontecimentos isolados e a história como um todo, entre as dimensões temporais cronológicas e não cronológicas e entre o autor e o leitor da narrativa. Segundo Nicolazzi,

*A mimesis II, ou o ato configurante, trata propriamente do agenciamento dos fatos que compreendem a ação; é nela que se localiza o eixo central da operação de configuração mimética. A função mediadora da intriga aparece aqui estabelecendo a relação do acontecimento isolado no interior de uma história narrada como um todo, servindo como ponto de encontro entre fatores díspares, mas também realizando a chamada ‘síntese do heterogêneo’, combinando dimensões temporais variadas, tanto cronológicas (tempo da ação) quanto não cronológicas (tempo cósmico). O tempo configurado em uma narrativa institui a ponte que vai do autor para o leitor, tornando este apto para ‘seguir a história’.*³⁴

³³ “Speaking of the temporal character of narrative, Ricoeur characterizes ‘emplotment’ (*mise en intrigue*) as mediating between events and story, unifying the chronological with the nonchronological. The events constitute the episodic dimension, succeeding one another in linear fashion. Emplotment is a ‘configurational act’ which transforms the events into a story by ‘grasping them together’ and directing them toward a conclusion or an ending. This gives to the sequence of events its wholeness and its ‘point’ of ‘theme’” CARR, David. *Time, narrative and history*. Bloomington, Indianapolis. Indiana University Press. 1991. p.64. (tradução nossa).

³⁴ PARADA, Maurício (org). Os historiadores: clássicos da história, volume 3: de Ricoeur a Chartier. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes e PUC Rio. p. 17.

A capacidade de ‘seguir a história’, que Nicolazzi pontua, é um aspecto muito importante do ato configurante. Aristóteles pensava na *Poética*³⁵ em termos de *concordância* e *discordância*. Por um lado, as ações dispersas passam a concordar e aparecer em conjunto no enredo. Por outro lado, as adversidades próprias à tragédia fazem com que elas discorram, criando motivos para as mudanças presentes do enredo. Paul Ricoeur entende que a narrativa engloba um movimento de *concordância* e *discordância*, por isso, adota o termo *concordância discordante* para pensar a configuração.³⁶

Em *O si-mesmo como outro*³⁷ Ricoeur explicita e recapitula a discussão de *Tempo e Narrativa* sobre a *concordância discordante* e o ato da configuração afirmando que “Por concordância entendo o princípio de ordem que preside aquilo que Aristóteles chama de ‘organização dos fatos’. Por discordância entendo os reveses que fazem do enredo uma transformação regrada, desde uma situação inicial até uma situação final.”³⁸, e segue dizendo:

Aplico o termo configuração a essa arte da composição que serve de mediação entre concordância e discordância. Para entender a validade desse conceito de configuração narrativa para além do exemplo privilegiado de Aristóteles – a tragédia grega e, em menor grau, a epopeia –, proponho definir a concordância discordante, característica de toda composição narrativa, pela noção de síntese do heterogêneo. Com isso, tento explicar as diversas mediações que o enredo opera – entre o diverso dos acontecimentos e a unidade temporal da história contada; entre os componentes díspares de ação, intenções, causas e acasos e o encadeamento da história; entre a pura sucessão e a unidade da forma temporal.³⁹

Entende-se que essa citação resume muito bem o raciocínio que o autor desenvolveu exaustivamente cerca de 20 anos antes. A configuração exposta em *Tempo e Narrativa* revela a narrativa como um encadeamento lógico de ações em que o diferente, o diverso, os díspares são costurados juntos pelo narrador, são configurados em uma mesma representação que lhes confere um ordenamento significativo e, então, passam a fazer sentido em conjunto, operando a denominada *concordância discordante*. Essas ações que concordam e discordam, quando colocadas em narrativa, tornam-se disponíveis para outras pessoas: a temporalidade ali criada se torna disponível para outro ser.⁴⁰

³⁵ ARISTÓTELES. *Poética*. São Paulo. Editora 34, 2015.

³⁶ Ricoeur, Paul. *Tempo e Narrativa I*. São Paulo. Editora WMF Martins Fontes. 2010.

³⁷ Ricoeur, Paul. *O si-mesmo como outro*. São Paulo. Editora WMF Martins Fontes.

³⁸ *Ibid.* p.147.

³⁹ *Ibid.* p. 147.

⁴⁰ Ricoeur, Paul. *Tempo e Narrativa I*. São Paulo. Editora WMF Martins Fontes. 2010.

Seguindo o raciocínio, entende-se que as ações configuradas em narrativas poderão ser interpretadas *novamente* no momento da leitura. Dizemos *novamente* levando em consideração que as ações já são interpretadas desde o primeiro estágio, aqui descrito por *pré-configuração*. Todavia, quando configuradas em narrativas as ações estarão disponíveis à leitura de outros; é nesse momento que se completa o processo, pois uma narrativa só ganha vida quando lida e refigurada. Nesse sentido, a configuração faz a mediação entre o mundo do autor e o mundo do leitor a partir da criação do mundo do texto.

O mundo do texto cria uma temporalidade própria através do encadeamento das ações. A capacidade de seguir as ações reflete a criação de um tempo que é narrado a partir delas – tempo criado através do encadeamento cronológico ou não das ações, a partir das relações causais criadas entre elas. Do desenrolar das ações. Da concordância e da discordância. Parte da literatura do século XX deu grandes exemplos sobre as possibilidades de se narrar o tempo a partir de perspectivas diferentes, revelando a capacidade do ato narrativo de representar as percepções humanas sobre o tempo.⁴¹

Por fim, a configuração da intriga, ou o ato configurante, é o momento da composição narrativa. Estágio no qual ações, incidentes, objetivos, personagens etc. são tomados juntamente, criando narrativas em que o próprio encadeamento cria uma temporalidade intrínseca a ele mesmo. David Carr resume muito bem essa parte do pensamento de Ricoeur na seguinte citação:

De um estudo das Confissões de Agostinho, ele conclui que a experiência com o tempo é caracterizada essencialmente pela discordância. Literatura, em formato narrativo, traz concordância para essa ‘aporia’ por meio da invenção do enredo. Narrativa é uma ‘síntese do heterogêneo’, no qual elementos discrepantes do mundo humano são reunidos e harmonizados. Assim como a metáfora, à qual Ricoeur também dedicou um importante estudo, a narrativa é uma ‘inovação semântica’ na qual algo novo é levado para dentro do mundo pela linguagem. Ao invés de descrever o mundo ele o (re)descreve. Metáfora, ele pontua, é a capacidade de ‘olhar como’. A narrativa abre o “o reino do ‘como se’”.⁴²

⁴¹ Em *Tempo e Narrativa* (2010) Ricoeur discute com as obras *A montanha mágica* de Thomas Mann, *Em busca do tempo perdido* de Marcel Proust e *Miss Dalloway* de Virginia Wolf. Poderíamos citar outros exemplos que infelizmente não foram discutidos pelo filósofo tal como a obra de Jorge Luis Borges, Gabriel Garcia Marques e James Joyce que também tem a percepção temporal como tema privilegiado.

⁴² “From a study of Augustine’s *Confessions*, he concludes that the experience of time is characterized essentially by ‘discordance’. Literature, in narrative form, brings concord to this ‘aporia’ by means of the invention of a plot. Narrative is a ‘synthesis of the heterogeneous’ in which disparate elements of the human word are brought together and harmonized. Like metaphor, to which Ricoeur has also devoted an important study, narrative is a ‘semantic innovation’ in which something new is brought into the word by means of language. Instead of describing the world it *redescribes* it. Metaphor, he says, is the capacity of ‘seeing-as’. Narrative opens us to ‘the realm of the ‘as if’.” CARR, David. *Time, narrative and history*. Bloomington, Indianapolis. Indiana University Press. 1991. p.15. (tradução nossa).

Assim como Ricoeur, David Carr entende que a narrativa, por operar uma síntese do heterogêneo, tem a capacidade de oferecer uma leitura coerente da experiência temporal, que é essencialmente incoerente – nas palavras de Ricoeur – discordante.⁴³ É essa coerência oferecida pela narrativa que é a concordância. O encadeamento das ações feito pelo ato de configuração (a mimesis II) é o momento no qual a concordância é criada. Ela é um feito da configuração, um produto da narrativa.

Em mimesis II o paralelo com o trabalho do historiador mais uma vez se mostra possível. É no momento do *como se*, operando uma síntese do heterogêneo, que a historiografia é composta. O ato configurante está presente na historiografia em ao menos três aspectos: 1º, ao configurar em uma mesma narrativa documentações, testemunhos, imagens, historiografias, modelos interpretativos etc. 2º, ao estabelecer relações logico-causais entre acontecimentos do passado. As relações entre os acontecimentos do passado são um produto do ato configurante, da narrativa. 3º, ao fazer uso da imaginação, do *como se*. A operação historiográfica faz uso de uma certa ficcionalização tanto para preencher lacunas quanto para imaginar situações, como veremos no próximo capítulo. Pensando agora juntas as mimesis I e II, podemos perceber como o historiador se volta para um mundo de ações pré-codificadas, porém dispersas, e a partir da narrativa histórica consegue dar a elas uma nova configuração. Com mimesis III, veremos como este ato de configuração se dirige a um público leitor.

1.2.3 Mimesis III: a refiguração

Segue-se agora para o terceiro estágio da atividade mimética: a refiguração. Busca-se compreender como, para Ricoeur, o leitor pode se apropriar do mundo exposto pelo autor no texto.⁴⁴ A atividade mimética iniciada na pré-configuração só é efetivada no terceiro estágio de mimesis. Em mimesis III fala-se de refiguração da intriga, de efetivação do texto e de apropriação por parte do leitor. Entendemos que é no momento da leitura, e somente através dele, que a narrativa ganha vida. É com a leitura que às ações configuradas em narrativa serão ressignificadas, voltarão para o mundo da ação através do agente leitor. Se com mimesis I falou-

⁴³ A diferença entre o pensamento de Carr e Ricoeur fica evidente no livro intitulado *Time, Narrative and History*. Para David Carr, a narrativa é marcada por uma continuidade com o “mundo real” já para Paul Ricoeur, a narrativa faz a mediação entre o mundo e interpretação dele articulada em texto. Para o estadunidense essa diferenciação é fundamental colocando Paul Ricoeur mais próximo das teses apresentadas por Hayden White sobre a narrativa na historiografia.

⁴⁴ Ricoeur, Paul. *Tempo e Narrativa I*. São Paulo. WMF Martins Fontes. 2010.

se que às ações pedem por narração, em *mimesis* III afirma-se que as às narrativas clamam por leitura. Nesse sentido, Jean Grondin afirma que

O sentido da configuração narrativa (*mimesis* 2) só se concluirá, portanto, com uma nova configuração (*mimesis* 3), aquela pela qual o leitor se apropria do mundo da obra literária e faz dele um mundo em que ele pode habitar.⁴⁵

No contato do leitor com o texto, a refiguração acontece em ao menos três níveis: simbólico, temporal e paradigmático. O que é refigurado pelo ato da leitura foi configurado na composição. A aparente circularidade da atividade mimética é confirmada pelo autor⁴⁶ e negada sob o argumento de que o círculo não é vicioso. O argumento é que o resultado hermenêutico do processo de leitura nunca é previsto pelo autor. Desta maneira, Ricoeur prefere falar que a atividade mimética se assemelha a uma “espiral sem fim que faz a meditação passar várias vezes pelo mesmo ponto, mas numa atitude diferente.”⁴⁷

A configuração das ações em narrativa tem a capacidade de fazer a síntese do heterogêneo entre as ações antes dispersas. O mundo do texto é desconhecido pelo leitor que o refigura. Tudo o que foi *configurado* é *desfigurado* e *refigurado* de acordo com as experiências e expectativas do agente leitor. Devemos lembrar que o narrador não está presente para reafirmar suas intenções. A configuração efetuada em *mimesis* II é apenas um caminho que permite interpretações possíveis. O leitor encontra as instruções no texto, mas as segue junto com o seu aparato simbólico, suas experiências, seu contexto, os livros que leu etc.

Por conseguinte, a refiguração é um processo dialógico que coloca em choque a pré-compreensão (*mimesis* I) do autor com a do leitor, isto é, o autor configura o texto munido de todo o mundo simbólico que o rodeia, enquanto o leitor efetiva o texto através da leitura armado de outro mundo simbólico. No contato do mundo do texto que foi configurado pelo autor - e não pertence mais a ele - com o mundo do leitor é que o texto é refigurado. Refiguração é: ato de leitura, recepção, interpretação.

Sobre a relação fundamental entre *mimesis* III e os outros estágios da operação mimética, o historiador brasileiro Fernando Nicolazzi afirma o que se segue:

Chega-se a *mimesis* III, ponto de interseção entre o mundo do texto e o do leitor e prolongamento fundamental do círculo mimético e não vicioso que vai da ação ao texto e do texto à ação. É aqui que se privilegia a esfera do leitor e a prática da leitura. Assim, tal prática é encarada como uma atualização do texto narrativo, cujo sentido só é possível de se vislumbrar quando completada

⁴⁵ GRONDIN, Jean. Paul Ricoeur. São Paulo: Edições Loyola. 2015. p. 96.

⁴⁶ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa I*. São Paulo: WMF Martins Fontes. 2010.

⁴⁷ *Ibid.* p.124.

a tarefa mimética em três tempos: prefiguração (tempo do autor), configuração (tempo do texto) e refiguração (tempo do leitor).⁴⁸

Concordamos com a leitura proposta por Nicolazzi. O mundo do texto com seu encadeamento de ações configuradas forja um novo tempo, um tempo que é narrado. Sabe-se o quanto a ligação entre tempo e narrativa é cara para Ricoeur nesse livro: as aporias suscitadas pela fenomenologia do tempo só encontram resposta em uma réplica poética oferecida pela configuração narrativa. Essa réplica poética é configurada pela narrativa e efetivada pela leitura. O mundo do texto tem a capacidade de representar uma experiência temporal específica e a leitura do texto tem a capacidade de se apropriar da experiência relatada. A temporalidade forjada pela narrativa é apropriada pelo leitor, que a refigura. A experiência contada na narrativa pode ser aproveitada no mundo da ação por agentes leitores. Esta é a principal consequência de mimesis III.

Anteriormente afirmamos que a refiguração também acontece em uma ordem paradigmática. O autor entende que as ações configuradas na narrativa têm a possibilidade de voltar para o mundo da ação a partir da refiguração. A configuração (mimesis II) acontece a partir do mundo da ação/da vida (mimesis I) e com a refiguração (mimesis III) volta para o mundo da ação através do leitor, - ou pelo menos para o aparato interpretativo deste. Aquele que compreendeu a culpa de Raskolnikov ou a fome de Pedro Bala se apropria destas experiências através da compreensão. Aqui temos mais um ponto de conexão com a historiografia. Aquele que lê uma narrativa historiográfica consegue se apropriar da experiência narrada; por conseguinte, o passado configurado em narrativa pode ser apropriado pelo leitor como se fosse seu próprio passado. Radicalizando esta tese, podemos afirmar que a experiência narrada e lida pode ser usada pelo agente leitor em forma de ação. Com a refiguração, as ações narradas, no “mundo” do texto, são apropriadas pelo leitor e podem então voltar para o mundo da ação por meio do agente leitor.

Não podemos deixar de estabelecer uma última relação entre mimesis III e a operação historiográfica. A narrativa historiográfica pode ser rejeitada pelo público leitor. Essa possibilidade de rejeição é um importante aspecto de controle interno para a historiografia. Uma narrativa historiográfica, quando feita em ambiente acadêmico, terá que passar pelo reconhecimento dos pares do autor ou autora. Nesse caso, os leitores são historiadores e podem concordar ou não com a configuração estabelecida. Porém, mesmo quando uma narrativa

⁴⁸ PARADA, Maurício (org). Os historiadores: clássicos da história, volume 3: de Ricoeur a Chartier. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes e PUC Rio. p. 17.

historiográfica é feita para ser comercializada fora do ambiente acadêmico, estará passível de rejeição.

Mímesis III é: refiguração, leitura, recepção. É no contato dialógico do mundo do texto com o mundo do leitor que surge o produto da narrativa: a apropriação por parte dos agentes leitores. Refigura-se a simbólica das ações, a temporalidade própria ao encadeamento, a experiência dos personagens e tudo que foi “tomado juntamente” na configuração.

*

Por fim, partimos de um mundo pré-configurado, passamos pela criação de um mundo configurado e chegamos a um mundo refigurado, que é produto da mistura das instruções do autor com as referências do leitor. A atividade mimética de tripla mímesis é um processo dinâmico de interpretação, configuração e interpretação. O processo é produtor de sentido e de temporalidade interna ao texto. O mundo da vida e dos acontecimentos que aqui se denominou mundo da ação é exposto por mímesis I. Mímesis II é a ordenação verbal das ações (da experiência) através da configuração destas, que tem como produto a narrativa. Mímesis III é a refiguração, a decodificação do texto narrado, a leitura, a recepção.

No próximo capítulo entraremos em contato com alguns desdobramentos da teoria de tripla mímesis. Primeiramente veremos um ponto necessário para que ocorra a configuração: o entrecruzamento entre história e ficção. Neste item já falamos brevemente sobre o uso da imaginação e a importância do *como se* para a operação historiográfica; no próximo item veremos mais de perto como isso acontece. Em um segundo momento, discutiremos outro importante desdobramento da atividade mimética: o conceito de identidade narrativa. Com os dois próximos itens teremos, mais uma vez, a oportunidade de estabelecer relações diretas com a prática historiográfica.

Capítulo 2: Desdobramentos epistemológicos da operação mimética

Neste capítulo veremos dois desdobramentos da operação mimética descrita acima. Por um lado, entraremos em contato com o que autor chama de entrecruzamento da história e da ficção, isto é, a *ficcionalização da história* e a *historicização da ficção*. Estes são processos considerados necessários para a configuração narrativa. Veremos que tanto a narrativa historiográfica precisa de aspectos relacionados à ficção quanto esta precisa de aspectos mais próximos da historiografia. Este será o assunto do primeiro item deste capítulo. Nele poderemos compreender melhor a importância da imaginação para a prática histórica. Consideramos que esse debate é de extrema importância no tocante a ajudar a historiografia no trabalho de reflexão sobre a sua própria operação.

No segundo item, veremos outro desdobramento da operação mimética: o conceito de identidade narrativa. A identidade, por englobar mudanças, só pode ser expressa de maneira narrativa. Como vimos, a narrativa opera oferecendo um modelo de concordância para a experiência humana no tempo. O ato configurante precisa tecer em um mesmo enredo objetos, fenômenos e entidades diferentes. Ações distintas. O que vale é o nexo de coesão criado pelo ato configurante. A coesão criada pelo ato configurante permite que a identidade de um sujeito englobe as mudanças pelas quais este passou ao longo de sua vida. A *identidade narrativa* permite que essas mudanças façam parte da identidade sem deixar de lado as continuidades. Adiante veremos isso em detalhes.

Aqui também a relação com a historiografia é fecunda. Falamos no capítulo anterior que o leitor de uma historiografia pode se apropriar do passado ali narrado como se fosse seu próprio passado. Nesse sentido, o passado apropriado passa a fazer parte da identidade do agente leitor. Para além disso, essa apropriação pode ser motivo de disputa entre narrativas. Ao assumir uma narrativa sobre o passado, assumimos também mais uma faceta de nossa identidade coletiva. A disputa pela identidade gera *guerra entre narrativas*.

Começaremos o próximo item fazendo um breve panorama da aproximação entre história e ficção, buscando compreender o quanto a imaginação foi um tema importante e polêmico para os historiadores durante boa parte da segunda metade do século XX. Em seguida entraremos em contato com o que Ricoeur denomina *ficcionalização da história* e *historicização da ficção*, buscando explicitar como o autor encara o debate da ficção na narrativa historiográfica e qual a “solução” proposta por ele.

2.1 Entrecruzamento história e ficção

Os debates em torno dos papéis conferidos à narrativa em história se tornaram motivo de polêmica entre historiadores a partir da década de 1960. Consideramos que os escritos de Hayden White, carregados de teses fortes, que aproximavam a história da literatura, foram um dos grandes motivadores deste debate. O que aqui chamamos debate em torno do papel da narrativa em história foi chamado por Carlos Oiti Berbert Junior de *crise dos paradigmas*.

A *crise dos paradigmas*, segundo Berbert Junior, aconteceu com o aprofundamento das discussões em torno do papel da narrativa em história. O historiador conseguiu mapear dois grandes paradigmas presentes nos debates do período: 1. os *modernos*, isto é, aqueles que defendiam que a história deveria buscar um modelo nomológico, no caso, mais próximo dos modelos das ciências da natureza; 2. os *pós-modernos*, isto é, aqueles que argumentavam a favor da narrativa em história. Neste grupo, encontramos autores que não só entendem que a história é uma narrativa, mas argumentam que a historiografia só tem a ganhar encarando seu status de narrativa e aprofundando suas relações com a literatura. Enquanto para uns a aproximação com a literatura era vista como um pecado, para outros era encarada como uma saída. Para Berbert Junior,

A referida crise advém da aproximação, desde os anos 60, entre os campos da história e da literatura, pois a relação entre ambos trouxe para o debate uma concepção de retórica que privilegiava os aspectos poéticos em detrimento da capacidade referencial da história.⁴⁹

Podemos perceber que a chamada *crise dos paradigmas* se deu devido a um debate teórico interno à historiografia. Muitos pensavam que era preciso escolher entre um modelo e outro. Algumas teses eram radicais na defesa da historiografia estritamente feita por análise documental; outras alertavam que o defendido por essas teses talvez nem fosse possível. Opondo este dois paradigmas frente a frente, o autor nos mostra que em termos gerais eles divergiam, pois

De um lado, o paradigma moderno considerava apenas a análise documental como suficiente para encontrar a verdade. De outro lado, o paradigma pós-moderno propunha emprestar à narrativa histórica uma autonomia que, até então, não tinha lhe sido concedida.⁵⁰

⁴⁹ BERBERT JUNIOR, C. O. A História, a Retórica e a crise dos paradigmas. 1. ed. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 2012. p. 9.

⁵⁰ *Ibid.* p.10.

O estudo de Berbert Junior é interessante porque o autor coloca frente a frente os paradigmas em crise e defende a tese de que alguns pesquisadores encontraram uma *terceira via* entre estes dois paradigmas maiores. Esta *terceira via* seria composta por autores que não desprezam o caráter narrativo da historiografia nem ignoram sua referencialidade. Berbert Junior coloca nesse grupo autores como Jorn Rusen, Dominick LaCapra, Carlo Ginzburg e Paul Ricoeur. A tese defendida por ele é que diante da *crise dos paradigmas* se mostrava necessário incorporar uma teoria da narratividade à historiografia, sem que fosse preciso desprezar os aspectos referências e metodológicos desta. Sobre a importância dos autores que defendem a *terceira via*, o autor diz que

Avaliar as teses dos autores desse grupo foi de fundamental importância, pois elas nos possibilitaram examinar o papel da argumentação e reforçaram a nossa hipótese de que uma teoria da narratividade precisava ser incorporada à escrita da história, sem que, para tanto, se desprezasse o caráter referencial do texto historiográfico.⁵¹

Como dito, dentre os autores que propõem uma *terceira via* que não despreze o caráter referencial da história em relação a seu método e, ao mesmo tempo, não ignore que a historiografia é também uma narrativa, Berbert Junior identifica a obra de Paul Ricoeur. Afirmamos acima que a estrutura da atividade mimética descrita em três estágios de mimesis é partilhada por duas grandes formas narrativas: a literatura (narrativa ficcional) e a historiografia (narrativa que tem como referencialidade direta o passado). Afirmamos ainda que para este modelo de representação se efetivar é necessário que estas duas formas narrativas partilhem características.

A “partilha” de características é chamada por Paul Ricoeur de *entrecruzamento* entre historiografia e ficção. Envolve tanto uma *ficcionalização da história* quanto uma *historicização da ficção*. Entendemos, junto com Berbert Junior, que a obra de Paul Ricoeur realmente oferece esta *terceira via* à historiografia. Nas páginas que se seguem veremos como se dá este processo para o filósofo francês, compreendendo então mais uma faceta do uso da imaginação pelos historiadores na composição da narrativa historiográfica. Vale lembrar que acima já destacamos a importância do *ato configurante* para a historiografia e da imaginação para esta *configuração*.

Paul Ricoeur entende que tanto narrativa historiográfica quanto narrativa de ficção têm o objetivo de refigurar o tempo em narrativa, o que faz parte da tese central do autor de que as narrativas oferecem uma resposta poética às aporias da temporalidade: elas reescrevem o tempo

⁵¹ *Ibid.* p. 11.

da ação do mundo na narrativa, criando um tempo que o autor chama de tempo humano. Esse objetivo só consegue se efetivar a partir do entrecruzamento da narrativa histórica e da ficção, que é pré-requisito para a representância. No terceiro tomo de *Tempo e Narrativa*, em capítulo intitulado *O entrecruzamento da história e da ficção*⁵², o autor descreve a ficcionalização da história e a historicização da ficção.

A estrutura hermenêutica que foi descrita com o nome de tripla mimesis já é partilhada pelas formas narrativas. Quando o autor descreve a operação mimética, não diferencia história de ficção. Sob o título de entrecruzamento, Ricoeur descreve as características específicas da ficção que fazem parte do trabalho da historiografia e as características específicas da historiografia que fazem parte da ficção. Sem elas, nem o objetivo de reinscrever o tempo em narrativa tampouco as intencionalidades específicas das narrativas conseguiriam ser efetivados.

Por entrecruzamento entre história e ficção, entendemos a estrutura fundamental, tanto ontológica como epistemológica, em virtude da qual a história e a ficção só concretizam suas respectivas intencionalidades tomando de empréstimo a intencionalidade da outra. [...], essa concretização só é alcançada na medida em que, por um lado, a história se serve de alguma maneira da ficção para refigurar o tempo e, em que, por outro, a ficção se serve da história com o mesmo intuito.⁵³

Nos dois subitens a seguir veremos como acontece esse processo de *ficcionalização da história e historicização da ficção*. Abordaremos esse processo seguindo o caminho proposto pelo autor, segundo o qual os dois modelos de narrativa só conseguem efetuar a intenção última de refigurar o tempo através desses “empréstimos”. É nesse sentido que “a história se serve de alguma maneira da ficção”. Buscaremos demonstrar quais os conceitos envolvidos nessa análise.

2.1.1 A ficcionalização da história

A ficcionalização da história está ligada ao problema da imaginação na narrativa histórica. A historiografia busca uma representação realista do passado e a imaginação se incorpora a esse objetivo sem impor prejuízos imediatos a ele. Primeiramente, o filósofo descreve como a imaginação contribui para o uso dos operadores do tempo histórico que

⁵² RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa 3*. São Paulo. WMF Martins Fontes. 2010. pp. 312-328.

⁵³ *Ibid.* pp. 311-312.

descreveremos abaixo sob os nomes de tempo do calendário, reino dos contemporâneos, sequência de gerações e a noção de vestígio.

O tempo do calendário permite à historiografia reinscrever uma ação qualquer em uma organização temporal cronológica. Quando o historiador articula esse operador, usa uma característica da ficção que é o *como se*, ou seja, a data marcada no calendário é como se fosse presente, fala-se de “presentes imaginados” ou “presentes potenciais” que recebem as datas; uma data lembrada e enunciada como passado é vista como um antigo presente, um presente imaginado. Ricoeur destaca esse uso da imaginação. Cito o argumento do autor:

Com base em um sistema periódico de datas, um calendário perpétuo permite alocar uma data, ou seja, um lugar *qualquer* no sistema de todas as datas possíveis, a um acontecimento que traz a marca do *presente* e, por implicação, a do passado ou do futuro. A datação de um acontecimento apresenta, pois, um caráter sintético, mediante o qual um presente efetivo é identificado a um instante qualquer. Mais que isso, se o princípio da datação consiste em alocar um presente vivo a um instante qualquer, sua prática consiste em alocar um ‘como se’ presente, segundo a fórmula husserliana da lembrança, a um instante qualquer; é a presentes potenciais, a presentes *imaginados*, que são atribuídas datas. Por isso, todas as lembranças acumuladas pela memória coletiva podem tornar-se acontecimentos *datados*, graças à sua reinscrição no tempo do calendário.⁵⁴

Percebe-se que o autor atribui a uma potência da imaginação a possibilidade de reinscrever um acontecimento qualquer no calendário e enunciar sua data. Datar um acontecimento é enunciar-lo como se o presente dele fosse aquele da operação utilizada no calendário, dizer “em 1789, em 1822, ou em 1888 aconteceram tais coisas”. Mas os números 1888, 1822 e 1789 correspondem por si aos acontecimentos atribuídos a eles? Não. Eles, quando evocados, representam presentes agora passados que, marcados no calendário, oferecem essa reinscrição cronológica a partir da possibilidade de imaginar as datas *como se* fossem presentes.

O uso da imaginação segue pelos outros operadores do tempo histórico⁵⁵. No caso da sequência de gerações e do reino dos contemporâneos, como apontaremos em capítulo a frente, a operação acontece entre uma visão biológica do envelhecimento humano sobre o conceito de sequência de gerações e uma percepção intelectual da ideia de reino dos contemporâneos, dos predecessores e dos sucessores. O filósofo afirma que essa ponte entre a percepção biológica

⁵⁴ *Ibid.* p.314.

⁵⁵ Como dito, a frente veremos em detalhes o que Paul Ricoeur entende por *operadores do tempo histórico*. Nesta parte do texto, apenas destacaremos as características ligadas a imaginação nessas “operações do tempo histórico”. São os operadores do tempo histórico: o calendário, a rede de predecessores, contemporâneos e sucessores e, por fim, o uso dos vestígios como ferramental para a narrativa historiográfica.

do envelhecimento e a percepção sociológica do envelhecer juntos é feita através da imaginação, ou seja, a ligação entre a morte enquanto fato biológico e a morte enquanto um componente de transformação da sociedade é feita pela imaginação.

Por um lado, o realismo biológico impõe o envelhecimento e a morte aos homens. Por outro lado, a imaginação permite ver o processo de envelhecimento e morte como um processo que tem substituição: as gerações se substituem umas às outras como sucessoras e predecessoras apenas por ser possível *ver* a morte *como se* fosse substituição. O fundamental é que o uso da imaginação aqui permite que contemporâneos se vejam como parte de uma comunidade no tempo, junto com predecessores e sucessores. Nesse sentido, os contemporâneos são herdeiros de ações passadas e, ao mesmo tempo, deixarão como legado um mundo feito por ações praticadas no presente. O que destacamos aqui é o uso do *como se* para imaginar as nossas existências como fazendo parte de uma comunidade humana no tempo.

O mesmo acontece com o vestígio. Quando entramos em contato com alguma ferramenta humana de tempos longínquos, um quadro antigo representando alguma ação ou pedaços de informações dispersas, temos a capacidade de imaginar: qual era o uso daquela ferramenta? O que estava fora do quadro naquela pintura? Qual seria o contexto das informações escritas naquele jornal? O documento lega algumas características ao estudioso, lega rastros do passado ao presente, e o historiador busca imaginar o restante.

O caráter imaginário das atividades que medeiam e esquematizam o vestígio se comprova no trabalho de pensamento que acompanha a interpretação de um resto, de um fóssil, de uma ruína, de uma peça de museu, de um monumento: só se lhes atribui valor de vestígio, ou seja, de efeito-signo, *figurando* o contexto da vida, o ambiente social e cultural, em suma, [...], o mundo que hoje, *falta*, [...], em torno da relíquia.⁵⁶

Saindo dos operadores do tempo histórico, o autor identifica outras características da imaginação imbricadas na produção da narrativa histórica. Perpassa o tema da inteligência histórica pertinente a sociologia compreensiva de Dilthey, entendendo que a capacidade de “se colocar” na percepção de outro ser humano continua preservada pela historiografia contemporânea. Com Hayden White, o filósofo se aproxima de um historiador que percebe na imaginação histórica uma capacidade tropológica da representância do passado; nesse momento, é que a historiografia mais toma empréstimos da representação literária⁵⁷.

White constata os principais tropos que figuraram na composição das narrativas históricas durante o século XIX. Ele consegue identificar linhas argumentativas que usavam

⁵⁶RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa 3*. São Paulo. WMF Martins Fontes. 2010. p.316. (grifo do autor).

⁵⁷ *Ibid.* p.317.

determinados *tropos*, determinado paradigma literário ao representar/narrar os acontecimentos. Ricoeur admite sem muitos problemas que a historiografia imita formas de narrar já consagradas pela ficção. É a partir da literatura que aprendemos a ver determinados acontecimentos como trágicos, cômicos ou horríveis. Não que os acontecimentos não sejam trágicos, cômicos ou horríveis por si mesmos, mas a maneira como eles são articulados em narrativa é legada pela poética da ficção. Mais do que isso, é através da literatura que aprendemos a ver algo como um acontecimento, isto é, como um conjunto, um todo ordenado de ações e eventos. Foi com a literatura que aprendemos a transformar ações em acontecimentos, pois é uma característica propriamente literária oferecer um enquadramento formal (em uma configuração) para um determinado objeto temporal. Além disso, a ordem em que os historiadores colocam os eventos também precisa ser imaginada, considerando que ela não está dada nem na realidade nem no contato com a massa documental dos arquivos. Por fim, as características *trágicas*, *horríveis* ou *cômicas* também são produtoras de determinadas formas de organizar a experiência humana em narrativa. Sobre isto, o autor pontua que

O empréstimo concerne também à função representativa da imaginação histórica: aprendemos a ver *como* trágico, *como* cômico etc. determinado encadeamento de eventos. O que constitui precisamente a perenidade das grandes obras históricas, cuja confiabilidade propriamente científica foi, no entanto, minada pelo progresso documentário, é a exata adequação de sua arte poética e retórica a maneira de *ver* o passado. A mesma obra pode, portanto, ser um grande livro de história e um admirável romance. O incrível é que esse entrelaçamento da ficção à história não enfraquece o projeto de representância desta última, mas contribui para realizá-lo.⁵⁸

Por conseguinte, além da literatura legar os *tropos* que estruturam a configuração de textos históricos, é a qualidade literária, mais que os pressupostos científicos, que fazem determinada narrativa historiográfica resistir ao tempo. Nesse sentido, o autor diz que mesmo historiografias que foram sendo questionadas pela análise documental rígida continuaram sobrevivendo ao tempo e sendo lidas por historiadores, pois se tornaram *clássicas* em termos literários.

Paul Ricoeur ainda destaca outro efeito da ficção emprestado para a historiografia, um que diz respeito à recepção da narrativa: a narrativa historiográfica pode ser lida como um romance de ficção, e esse aspecto já antigo da leitura histórica lega ao historiador um poder maior do que se a narrativa for lida como historiografia, visto que na literatura o leitor suspende a desconfiança e mostra disposição para concordar com o narrador. O filósofo adverte que

⁵⁸ *Ibid.* p.318.

muitos historiadores antigos se aproveitavam disso para incursões mais profundas no reino da ficção, acabando por inventar informações sem deixar o leitor devidamente avisado. Esta suspensão da desconfiança, característica própria do texto literário, é vista por Ricoeur como um pacto de leitura estabelecido indiretamente entre autor e leitor de ficção.

Pode-se *ler* um livro de história *como* um romance. Ao fazê-lo, entramos no pacto de leitura que institui a relação cúmplice entre a voz narrativa e o leitor implicado. Devido a esse pacto, o leitor baixa a guarda. Suspende voluntariamente sua desconfiança. Confia. Está disposto a conceder ao historiador o direito exorbitante de conhecer as almas. Em nome desse direito, os antigos historiadores não hesitavam em pôr na boca de seus heróis discursos inventados que os documentos não garantiam, apenas tornavam plausíveis.⁵⁹

O filósofo entende que os historiadores modernos não se permitem mais essas passagens pelo reino da ficção de maneira direta e desavergonhada. Entretanto, ainda fazem uso de pequenas passagens pela imaginação quando é necessário provar determinado cálculo de meios e fins ou causas e efeitos. O interessante, na visão do filósofo, é que o uso da imaginação e de características derivadas da ficção não atrapalha a historiografia na sua missão de refigurar ações passadas de maneira realista e objetiva. Ao contrário, a ficção auxilia nesse objetivo e no objetivo geral da narrativa de refigurar o tempo, oferecendo uma resposta poética às aporias da temporalidade, ou seja, por mais que as fontes consultadas sobre determinado acontecimento sejam ricas e variadas (o que devemos ressaltar que raramente acontece), o uso da imaginação por parte do historiador continuará acontecendo para completar lacunas, pois os registros históricos sozinhos não são capazes de representar toda a realidade. É preciso que os se imagine sendo colocados em relação com outras documentações em narrativa, isto é, que sejam configurados em narrativa.

Por fim, ainda resta uma última característica da *ficcionalização da história*: ela está ligada aos acontecimentos fundadores. Falamos aqui do que Ricoeur chama de “epoch-making”, acontecimentos que são celebrados pela sociedade como ponto de origem ou fundação do povo ou da comunidade. O filósofo entende que esses acontecimentos normalmente são carregados de admiração ou de horror: eles carregam ensinamentos éticos devido a seus pontos exacerbadamente positivos ou ações consideradas desprezíveis.

Em sua análise o autor dá preferência aos acontecimentos que marcaram pelo horror, por entender que o horror tem uma capacidade única de ser lembrado, e por isso acabam cumprindo o papel de lembrar momentos que não devem ser esquecidos; o horror ajuda na

⁵⁹ *Ibid.* p.318.

missão de fazer justiça ao passado e aos mortos. Tomando de empréstimo características próprias da ficção, os historiadores tentam entrecruzá-las com a explicação histórica e representar essas memórias traumáticas com vivacidade, pois, alguns acontecimentos traumáticos parecem resistir a uma explicação histórica apenas logico-causal, e somente com algumas características da ficção se torna possível descrever o horror de determinadas ações humanas. Uma explicação puramente lógica talvez não conseguisse descrever esses acontecimentos com a vivacidade e o sentimento que merecem. Sobre essa relação entre o horror e a explicação histórica, Paul Ricoeur nos ensina o seguinte:

A individuação pelo horrível, a que estamos mais particularmente atentos, ficaria cega enquanto sentimento, por mais elevado e profundo que seja, sem a quase intuitividade da ficção. A ficção dá ao narrador horrorizado olhos. Olhos para ver e para chorar. O estado atual da literatura do Holocausto comprova-o amplamente. Ou a contagem dos cadáveres ou a legenda das vítimas. Entre ambas intercala-se a explicação histórica, difícil (se não impossível) de escrever, em conformidade com as regras da imputação causal singular.⁶⁰

Diante de acontecimentos horríveis a ficção tem uma capacidade representativa que empresta à história possibilidades de elucidação e compreensão. Acontecimentos terríveis como o Holocausto não podem ser representados apenas por relações logico-causais, relações de causa/efeito.

Neste subitem descrevemos a *ficcionalização da história* desde o uso da imaginação nos operadores do tempo histórico, passando pela constatação de Hayden White a respeito dos tropos literários na construção da narrativa historiográfica no século XIX. Vimos também a possibilidade de ler historiografias tal como romances e, por fim, que acontecimentos de caráter traumático, normalmente acontecimentos que causaram o sentimento do horrível, do trágico, tal como o Holocausto ou a escravidão no Brasil, precisam da ficção para ser devidamente narrados, pois não se entregam facilmente a explicações lógicas.

Afirmamos acima que Berbert Junior coloca as teses de Ricoeur sobre a narrativa histórica no grupo que compunha uma *terceira via* para a *crise dos paradigmas*. Foi justamente por conseguir conciliar características da imaginação com a narrativa histórica que a obra de Ricoeur foi colocada nesse grupo. A ficção é vista como uma ferramenta necessária para dar a narrativa o efeito de ordenar a experiência humana no tempo. Mas a questão principal é que o uso da imaginação por parte do historiador não compromete os resultados da historiografia. A historiografia pode usar características da ficção e mesmo assim seu produto não ser ficcional,

⁶⁰ *Ibid.* p.323.

ou seja, ele pode manter sua referencialidade ao passado e sua pretensão de representar os acontecimentos passados da maneira mais realista possível.

2.1.2 A historicização da ficção

Vamos agora à *historicização da ficção*. O autor discute dois aspectos do processo. Por um lado, atenta que o tempo verbal comumente utilizado na narrativa é o passado; por outro lado, destaca que a voz narrativa cria um “quase passado” para o narrador. A ficção seria quase histórica, pois mesmo os acontecimentos relatados sendo fictícios, eles fazem parte de um passado para o narrador. A colocação tem relação com o pacto de leitura existente entre leitor e narrador. Esse passado para a voz narrativa é visto como um *quase* passado para o leitor, ou seja, o ato de narrar diz respeito fundamentalmente ao passado, pois aquele que narra conta uma história/estória que já aconteceu. Mesmo na ficção é preciso que os acontecimentos narrados já tenham se tornado passado no tempo do narrador.

A narrativa de ficção é quase histórica na medida em que os acontecimentos irrealis que ela relata são fatos passados para a voz narrativa que se dirige ao leitor; é por isso que se parecem com acontecimentos passados e que a ficção se parece com a história.⁶¹

A ficção como um “quase passado” acaba por revelar possibilidades de experiências que a historiografia não consegue pressupor. A ficção cria experiências *como se* fossem reais e por isso pode representar experiências de maneira tão realista quanto historiadores. Um dos grandes poderes da ficção é a *verossimilhança* com a realidade, todavia imitar a realidade não deve ser o objetivo dos ficcionistas, pois tal intenção acabaria prejudicando o processo de representação.

Durante o século XIX, os romancistas tentaram cumprir um papel quase sociológico de representação. O autor entende que a intenção da ficção, de relatar o passado tal como foi, atrapalha mais que ajuda a atingir este objetivo. A verossimilhança não precisa ser uma imitação no sentido raso do termo; na verdade, Ricoeur entende que quanto menos o ficcionista pensar nisso, melhor a representação será feita.

A verdadeira *mimesis* da ação deve ser buscadas nas obras de arte menos preocupadas em refletir sua época. *A imitação, no sentido vulgar do termo, é aqui o inimigo por excelência da mimesis*. É precisamente quando uma

⁶¹ *Ibid.* p.325.

obra de arte rompe com esse tipo de verossimilhança que revela sua verdadeira função mimética.⁶²

O verossímil, já alertado como estratégia da *Poética* em Aristóteles, deve ser buscado no sentido do provável. O que é verossímil não é aquilo que imita a realidade pura e crua, mas as ações que provavelmente aconteceriam na realidade. É nesse sentido que a ficção pode liberar experiências escondidas pela observação metódica das coisas humanas pelo cientista, justamente pelo fato de o literato não se preocupar tanto com a realidade de fato das coisas. O verossímil para Aristóteles está ligado às coisas que poderiam ter acontecido e não a como as coisas aconteceram; é aí que se esconde o poder das ficções.

Por fim, o processo de historicização da ficção acontece pelo uso do tempo verbal no passado e pela ficção criar um quase passado para as experiências relatadas. A utilização da verossimilhança é preferível quando o autor não faz isso de maneira crua e intencional, podendo assim liberar aspectos do passado não vistos por historiadores e sociólogos. O quase passado criado pela ficção não se confunde então com a percepção do passado utilizada pelo historiador, não misturando as narrativas a esse ponto. Cita-se mais uma última vez o autor sobre isso:

Embora seja verdade que uma das funções da ficção, misturada com a história, é liberar retrospectivamente certas possibilidades não realizadas do passado histórico, é por meio de seu caráter quase histórico que a própria ficção pode exercer *a posteriori* sua função libertadora. O *quase passado* da ficção torna-se assim o detector de *possíveis escondidos no passado efetivo*.⁶³

Destacando essa possível função da ficção a partir da criação de um quase passado, terminamos este subitem sobre a *historicização da ficção*.

*

A citação acima nos leva a uma última característica que deve ser destacada do entrecruzamento da história com a ficção. A possibilidade da ficção de criar um *quase passado* é utilizada pelo historiador tanto na composição da narrativa historiográfica quanto na investigação do passado. O que estamos afirmando aqui é que para os historiadores também é necessário ficcionalizar o passado. Inclusive a ficcionalização a respeito dos acontecimentos passados é apontada por Max Weber como um método: supor o que não aconteceu – mas poderia ter acontecido – para testar a força de explicações lógico-causais.

⁶² *Ibid.* p.327. (grifo do autor).

⁶³ *Ibid.* p. 327

Ricoeur entende que a ficção é quase histórica na mesma medida que a história é quase fictícia. O procedimento é chamado pelo autor de entrecruzamento entre história e ficção e corresponde a um estágio necessário da criação narrativa. Como já foi dito, a narrativa, seja ela historiográfica ou fictícia, só cumpre seu objetivo de refigurar o tempo criando o *tempo humano* por meio da narrativa se acontecer o entrecruzamento entre história e ficção; ambas concedem empréstimos que ajudam nesse objetivo final, sem detrimento dos objetivos específicos de cada forma narrativa.

Apontamos neste item implicações epistemológicas da tese de Ricoeur de que a construção narrativa envolve um *entrecruzamento* entre história e ficção. Junto com Berbert Junior, entendemos que o filósofo oferece em sua obra uma saída para a historiografia: admitir e ter consciência da operação narrativa que a constitui e mesmo assim conservar a precisão documental e a explicação histórica.

Ao adentrar a argumentação de Ricoeur sobre o entrecruzamento entre história e ficção buscamos destacar aspectos que estão diretamente ligados ao fazer do historiador durante a produção historiográfica. Todavia, as teses de Ricoeur sobre o tempo e a narrativa não se restringem ao labor do historiador. É preciso colocar ainda a relação entre imaginação e passado. O passado não existe mais, o que já era motivo de inquietação para Agostinho⁶⁴. O que inquietava o filósofo de Hipona era o fato de que, mesmo o passado não existindo mais, ele conseguia ter lembranças, ele conseguia imaginar. O passado só é acessível para o ser humano a partir de um ato de imaginação que consegue ficcionalizar e construir enredos. Já afirmamos acima que a discussão de Ricoeur em torno do tempo e da narrativa pode ser lida tanto pelo lado epistemológico quanto pelo ontológico. Assim sendo, não poderíamos finalizar este item sem destacar a relação entre imaginação e passado⁶⁵.

*

Seguimos agora para outra consequência epistemológica da operação de tripla mimesis: o conceito de identidade narrativa.

⁶⁴ O desassossego de Santo Agostinho é tanto em relação a não existência real do passado quanto a não existência real do futuro. Tanto passado como futuro só podem ser acessados por meio de retrospecto e prospecção a partir do presente. Este processo, que nas *Confissões* Agostinho denomina *extensão*, é feito por meio de um ato de imaginação. Passado e futuro só existem através do uso da imaginação no presente. Agostinho não falou diretamente em narrativa durante as Confissões, todavia deu a entender que o ato de contar histórias era uma das maneiras possíveis de compreender o tempo.

⁶⁵ Aqui falamos em passado e não em historiografia para diferenciar os acontecimentos passados da narração a respeito deles.

2.2 O conceito de identidade narrativa

“E até parece que foi ontem
Minha mocidade
Com diploma de sofrer de outra universidade
Minha fala nordestina
Quero esquecer o francês.”
Tudo outra vez, Belchior

Com o conceito de identidade narrativa adentramos mais um desdobramento da atividade mimética. Mais uma vez poderemos refletir sobre a operação historiográfica em nível epistemológico e na relação entre narrativa e temporalidade em nível ontológico. Acima foi dito que, da tese central de Ricoeur em *Tempo e Narrativa*, podemos concluir que a narrativa lida/refigurada pode voltar a fazer parte do mundo da ação por meio do agente leitor. Nesse sentido, ainda poderemos refletir em um nível ético-político o conceito de identidade narrativa. Até que ponto as disputas em torno de narrativas não são, de certa forma, disputas pela identidade? Mais do que isso, até que ponto as narrativas não podem ser usadas, mesmo positivamente, para afirmar identidades? Neste item buscaremos responder a estas perguntas a partir de uma análise do conceito de *identidade narrativa* nos três níveis enunciados acima.

O conceito de identidade narrativa é introduzido pela primeira vez por Paul Ricoeur nas conclusões do último tomo de *Tempo e Narrativa*⁶⁶. O autor informa, por meio de uma nota de rodapé, que o capítulo com nome de *Conclusões* foi escrito cerca de um ano após a finalização do texto. Buscava-se então avaliar os limites da hipótese central que orientou o trabalho relativa à afirmação de que a narração oferece uma resposta às aporias suscitadas pela fenomenologia da temporalidade. Anos depois o conceito é retomado pelo autor com a publicação de *O si mesmo como outro*⁶⁷.

O autor considera que o conceito de identidade narrativa é um produto da resolução da aporia por meio da atividade mimética da configuração narrativa. Como foi dito, o produto é parte do resultado da hipótese que guiou o trabalho do filósofo, qual seja, a de que é possível “*tomar a narrativa por guardiã do tempo*, na medida em que não haveria tempo pensado que não fosse narrado.”⁶⁸. O conceito de identidade narrativa surge como uma das aporias

⁶⁶ *Ibid.*

⁶⁷ RICOEUR, Paul. *O si mesmo como outro*. São Paulo. WMF Martins Fontes. 2014.

⁶⁸ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa* 3. São Paulo. WMF Martins Fontes. 2010. p.411. (grifo do autor)

suscitadas pela temporalidade, ao mesmo tempo que o autor encontra na narração uma possível solução para a problemática. É à “narrativa como guardiã do tempo” e à solução poética apresentada pela narrativa para as aporias da temporalidade que nos referimos ao falar em nível ontológico da reflexão de Ricoeur em torno do tempo e da narrativa.

Primeiramente, o autor parte de uma pressuposição de Hannah Arendt, segundo a qual a identidade é uma categoria da prática. Nesse caso, ela está vinculada ao mundo da ação. Dessa maneira o filósofo entende, na esteira de Arendt, que: “Dizer a identidade de um indivíduo ou de uma comunidade é responder à pergunta: *quem* fez tal ação? *Quem* é seu agente, seu autor?”⁶⁹, para logo em seguida responder que não basta apresentar um nome próprio para elucidar o *quem* da ação: é preciso contar uma história que represente a identidade do indivíduo ou da comunidade.

Para começar, responde-se a essa pergunta nomeando um nome próprio. Mas qual é o suporte da permanência do nome próprio? O que justifica que se considere que o sujeito da ação, assim designado por seu nome, é o mesmo ao longo de toda uma vida que se estende do nascimento até a morte? A resposta tem de ser narrativa. Responder à pergunta ‘quem?’, como disse claramente Hannah Arendt, é contar a história de uma vida. A história contada diz o *quem* da ação. *Portanto, a identidade do quem não é mais que uma identidade narrativa.*⁷⁰

Na citação acima, encontra-se a pressuposição de que só a enunciação verbal da identidade de um sujeito ou de uma comunidade, por meio de uma história, responde à pergunta sobre quem da ação. Podemos concluir que essa resposta sobre o “quem” da ação só pode ser enunciada com consistência se vier em forma de história, ou seja, se estiver articulada em uma narrativa. Para além disso, nessa citação percebe-se o que Ricoeur tenta desenvolver ao longo do capítulo: o autor acredita que a narrativa pode englobar as vicissitudes pelas quais passa um indivíduo ou uma comunidade ao longo da existência, por isso o conceito de *identidade narrativa*.

Para tanto, o filósofo diferencia dois tipos de identidade. Por um lado, uma identidade baseada no signo do mesmo (*idem*) e, por outro lado, uma identidade estruturada no signo do outro (*ipse*). É feita uma crítica à ideia de que a identidade pode continuar a mesma ao longo de uma existência; entende-se que isso é um ilusão que não deve ser perseguida. Defende-se a pressuposição de que, articulada em narrativa, a identidade pode englobar as mudanças que ocorrem ao longo da existência. Além disso, o sujeito pode ser visto como escritor de si mesmo,

⁶⁹ *Ibid.* p. 418. (grifo do autor).

⁷⁰ *Ibid.* p. 418. (grifo do autor).

pois ao contar a sua própria história ele entra no círculo hermenêutico da configuração e da refiguração, ou seja, o próprio sujeito é compositor de sua história. O principal benefício de uma identidade narrativa é a possibilidade de constante refiguração. Nessa linha, Ricoeur segue a defesa da ipseidade em contraponto à *mesmidade*,

A ipseidade pode escapar ao dilema do Mesmo e do Outro na medida em que sua identidade repousa numa estrutura temporal conforme ao modelo de identidade dinâmica oriundo da composição poética de um texto narrativo. Pode-se dizer, assim, que o si-mesmo é refigurado pela aplicação reflexiva das configurações narrativas. Diferentemente da identidade abstrata do Mesmo, a identidade narrativa, constituída da ipseidade, pode incluir a mudança, a mutabilidade, na coesão de uma vida.⁷¹

Percebe-se que o autor defende uma concepção de identidade baseada no signo do outro. Essa identidade apresentada pelo autor é uma identidade narrativa e, por isso, faz parte do círculo hermenêutico da configuração e da refiguração, podendo assim englobar mudanças, reformulações e “correções” ou mesmo novas percepções, se quisermos pensar juntamente com a psicanálise. Esse modelo de identidade, permite ainda o desenvolvimento da ideia, trabalhada em *O si mesmo como outro*⁷², da constituição narrativa de si mesmo. Nesse sentido, o conceito proposto por Ricoeur consegue englobar a interpretação e a escrita de si a partir do momento em que a identidade é construída narrativamente, isto é, a partir da configuração da intriga tal como expusemos em capítulo precedente. O autor entende que “O sujeito aparece então constituído simultaneamente como leitor e como *scriptor* de sua própria vida.”⁷³

Ainda assim, a identidade narrativa pode ser lida como a capacidade, possibilitada pela narrativa, pelo ato de narrar, de considerar que uma coisa pode mudar e mesmo assim continuar a mesma. Essa capacidade da narrativa foi destacada acima quando falamos sobre o ato de configuração e sobre o “tomar juntamente” presente na concepção do *mythos* aristotélico. A narrativa é uma *síntese do heterogêneo*. A representação de um sujeito que muda e mesmo assim continua o “mesmo”, continua a mesma unidade de referência (carrega o mesmo nome), só pode ser feita narrativamente. Vale ressaltar que essa análise vale tanto para identidades individuais quanto para identidades coletivas, relativas a grupos sociais.

O autor desenvolve o conceito preparando a constituição de uma hermenêutica do si. Falou-se em identidade narrativa no sentido de que o sujeito possa ser leitor e escritor de si mesmo ao mesmo tempo, que se entende que a identidade articulada narrativamente consegue englobar mudanças e transformações por ser baseada no signo do outro, da ipseidade. Levando

⁷¹ *Ibid.* p.419.

⁷² RICOEUR, Paul. *O si mesmo como outro*. São Paulo. WMF Martins Fontes. 2014.

⁷³ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa 3*. São Paulo. WMF Martins Fontes. 2010. p. 419.

em consideração que o autor expõe na operação de tripla mimesis a concepção de que a narrativa acontece pela articulação do *mythos*, isto é, do tomar juntamente ações e circunstâncias de tal maneira que elas façam sentido em conjunto, podemos concluir que narrar é configurar ações, é dizer quem é o agente a partir de suas ações.

Em Aristóteles encontrava-se a primazia do enredo sobre o personagem. Ricoeur, baseando-se no filósofo grego, também faz a ligação entre constituição do personagem e construção narrativa; desta maneira, tanto a construção da identidade do personagem quanto a construção da identidade narrativa acontecem no estágio da operação mimética descrito no conceito de mimesis II. É configurando o enredo⁷⁴ que se constrói o personagem, assim como é construindo uma narrativa que se expressa o “quem” da ação, ou seja, a identidade do agente. Segue-se uma citação em que o autor pensa a ligação entre identidade do personagem e construção da intriga.

A tese aqui defendida será de que a identidade da personagem é compreendida por transferência para ela da operação de composição do enredo antes aplicada à ação narrada; a personagem, digamos, é composta em enredo.⁷⁵

Por conseguinte, é na construção da intriga, isto é, no segundo estágio da operação mimética descrita acima pelo conceito de mimesis II, que acontece a construção dos personagens e também da identidade narrativa de um indivíduo ou de um grupo social. Os três estágios de mimesis se encontram no conceito agora discutido: 1º as ações colocadas como um tipo de texto; 2º a configuração da intriga, o *mythos*, o tomar juntamente ações e circunstâncias; 3º a leitura e a refiguração, a interpretação. No primeiro estágio, o sujeito já se vê enredado em ações e histórias que fazem parte de sua vida e o constituem. No segundo ocorre a interpretação e articulação destas ações em história, buscando com a configuração, com o tomar juntamente, a criação de um sentido. Por fim, no terceiro estágio acontece a reinterpretação, que permite a mudança, a correção e, portanto, a articulação do divergente, do outro.

Percebe-se que não foi feita aqui distinção entre identidade individual e identidade coletiva. Entende-se que o autor se concentrava na construção conceitual de uma identidade narrativa que servisse tanto ao individual quanto ao coletivo. Assim sendo, ainda resta elucidar uma última característica presente nas identidades culturais: elas são constituídas a partir de

⁷⁴ Na tradução brasileira de *Tempo e Narrativa* optou-se pelo uso do conceito *intriga* em detrimento a enredo ou trama, já na tradução de *O si mesmo como outro* a escolha foi pelo termo de *enredo*. Entendemos que o sentido buscado pelos tradutores é o mesmo, optou-se aqui pelo uso do termo *enredo* levando em consideração o seu maior uso.

⁷⁵ RICOEUR, Paul. *O si mesmo como outro*. São Paulo. WMF Martins Fontes. 2014. p. 149

narrativas canônicas que contam a história de determinado grupo, país, nação etc. “indivíduo e comunidade se constituem em sua identidade recebendo essas narrativas que se tornam, tanto para um como para a outra, sua história efetiva.”⁷⁶

O autor considera a história do povo judeu um exemplo privilegiado. Sabe-se que o povo judeu tem a tradição de contar e recontar a história da cultura judaica como forma de afirmação e resistência. Aqui podemos mais uma vez fazer uma relação com a operação de tripla mimesis: fala-se de um povo que cria e conta histórias sobre sua cultura. Histórias que vêm a fundamentar “quem” era e é aquele povo. “É uma relação circular: a comunidade histórica que se chama povo judeu tirou sua identidade da própria *recepção* dos textos que ela *produziu*.”⁷⁷

A partir da ideia aqui elucidada de que as identidades de grupos e comunidades são compostas no momento em que a história deles é escrita, contada, interpretada e reescrita; entende-se que a aplicação do conceito pode acontecer em vários estágios. Por um lado, pode-se pensar na construção identitária de grupos grandes e com histórias longas, tais como os judeus ou as identidades nacionais. Por outro lado, pode-se aplicar o mesmo conceito à construção identitária de grupos menores: grupos religiosos, partidos, organizações políticas e até mesmo clubes de futebol, já que todos estes contam suas histórias como maneira de fundamentar a pergunta sobre o “quem” das ações.

Aqui podemos perceber mais claramente as implicações do conceito de identidade narrativa para a historiografia. Se a identidade dos grupos sociais é construída de maneira narrativa, os acontecimentos passados representados por meio da historiografia podem ser incorporados por agentes leitores à sua identidade: a identidade do grupo de que fazem parte, do país que nasceram, do time para o qual torcem ou da religião que seguem. É claro que estas identidades não dependem da historiografia; afinal, o passado não é monopólio dos historiadores. Todavia, a historiografia pode fazer parte desta constituição através de uma mediação crítica dessas memórias e identidades.

Considerando que a identidade de grupos sociais é construída narrativamente, podemos inferir do conceito algumas conclusões ético-políticas. Os grupos sociais se legitimam por meio das histórias que contam sobre si mesmos. Nesse sentido, a narrativa pode ser afirmativa (por exemplo, uma narrativa que busca legitimar a ação política de um grupo que se considera excluído), ao mesmo tempo que pode ser usada para legitimar grupos de poder e ações políticas no presente (por exemplo, uma narrativa que tenta negar acontecimentos problemáticos ou

⁷⁶ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa 3*. São Paulo. WMF Martins Fontes. 2010. p. 420.

⁷⁷ *Ibid.* p. 421. (grifos do autor).

excluir fatos comprometedores por meio da seleção documental). Ainda assim, podemos ler que as disputas em torno de acontecimentos passados acontecem por meio das narrativas, pois visam voltar para o mundo da ação por meio do agente leitor. De certa maneira, a narrativa também é uma ação política.

O autor vê na psicanálise um bom exemplo para elucidar o conceito de identidade narrativa. Grosso modo, a análise permite que o paciente conte suas histórias buscando que ele próprio as reformule e as ressignifique, permitindo assim a descoberta e a resolução de problemas que sem a articulação narrativa das ações se mostravam intransponíveis ou nem eram conscientes. O paciente escreve e reescreve sua história quando a conta para o analista. Desta maneira, descobre novos sentidos, encontra outras configurações possíveis, outras histórias sobre si mesmo. Propondo uma relação entre historiografia e psicanálise, Ricoeur entende que a historiografia também tem esse papel de correção, pois as gerações de historiadores se sucedem e permitem a reformulação de histórias passadas. Especificamente sobre a psicanálise, o autor diz:

A experiência psicanalítica salienta o papel da componente narrativa no que se convencionou chamar de ‘histórias de caso’ [...]; ele se justifica, ademais, pela própria finalidade do processo analítico, que é a de substituir fragmentos de histórias inteligíveis e ao mesmo tempo insuportáveis por uma história coerente e aceitável, no qual o analisando possa reconhecer sua ipseidade. A psicanálise constitui, nesse sentido, um laboratório particularmente instrutivo para uma investigação propriamente filosófica sobre a noção de identidade narrativa.⁷⁸

A psicanálise aparece aqui como um possível “laboratório” onde a narrativa já é utilizada como um instrumento para reformular situações traumáticas. Ao longo do texto, buscamos desenvolver o argumento que defende a *ipseidade* das identidades através de seu tratamento narrativo. Argumentamos que o ato configurante e a possibilidade de refiguração que existem em *tripla mimesis* podem fazer parte e ser aproveitados nessa constituição narrativa. Por fim, o povo judeu apareceu como um exemplo privilegiado de constituição identitária dos grupos através da narrativa.

De um último lado, a historiografia aparece em uma possível ligação com o método psicanalítico da perlaboração: o filósofo entende que os historiadores também reformulam a história a todo instante. Essa reformulação possibilita assim a correção de teses equivocadas defendidas por historiadores de gerações passadas; o terceiro estágio de *mimesis* aparece aqui

⁷⁸ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa 3*. São Paulo. WMF Martins Fontes. 2010. p. 420.

como uma solução para erros de interpretação dos historiadores, pois é possível então corrigi-los, averiguar suas teses e testar seus limites e possibilidades.

Além disso, a relação entre psicanálise e historiografia pode ser vista pelo aspecto da recepção dos textos historiográficos pela sociedade (aqui também uma característica do terceiro estágio da atividade mimética), pois a historiografia busca debater criticamente as memórias da sociedade, podendo inferir a partir de acontecimentos traumáticos novas luzes interpretativas e buscando mediar soluções entre *dissensos* a respeito do passado, inequivocamente presentes nos debates públicos. Ela pode, ainda, ajudar os grupos sociais a entender suas origens, as mudanças pelas quais passaram e o que herdaram das comunidades passadas.⁷⁹ No caso de uma história cheia de traumas como a do Brasil (penso imediatamente no longo processo de escravidão), a historiografia pode ter um importante papel de jogar luz sobre feridas que nem sequer foram debatidas pela sociedade. Esse processo de refiguração pode também ser um processo de descoberta.

Há ainda que se considerar outro ponto desta análise: afirmarmos acima que a narrativa pode ser usada de maneira positiva, ao trazer à luz traumas antigos. Por outro lado, não poderíamos nos furtar a constatar que ela também pode fazer o oposto. Narrar é configurar ações (mímesis II), e esse ato de configuração também implica seleção. Pensando juntos o tema deste capítulo (a *identidade narrativa*) e a tese central de Ricoeur, de que por meio de refiguração as ações narradas podem ser usadas por agentes leitores, podemos concluir que as disputas narrativas são disputas pela identificação dos agentes leitores com posturas políticas presentes. A narrativa (entendendo narrativa como toda a operação mimética, do pré texto à leitura) pode ser usada como instrumento para legitimar ações no presente. Radicalizando o argumento, podemos até inferir que narrar também é uma forma de agir.⁸⁰

⁷⁹ Não falamos em ajudar em sentido paternalista e ingênuo. Ao contrário, consideramos que a operação historiográfica, enquanto ciência, forma de ler as sociedades, está disponível mesmo para os grupos sociais minoritários. É claro, mesmo grupos socialmente excluídos podem ter historiadores, podem produzir historiografia. E, seguindo as orientações da filosofia de Paul Ricoeur, aproveitar da experiência temporal articulada em narrativa no mundo da ação, no tempo presente.

⁸⁰ Aqui também não queremos afirmar ingenuamente que sujeitos com intenções escusas fazem uso da narrativa como instrumento de legitimação de suas intenções e ações. O que buscamos é constatar que a obra de Paul Ricoeur nos mostra de que a maneira e por quais motivos as disputas em torno de narrativas (na maior parte delas sobre o passado) acontecem.

Capítulo 3: Instrumentos epistemológicos de refiguração do tempo

3.1 Os operadores do tempo histórico

Neste capítulo veremos algumas instrumentalizações do tempo histórico, tanto feitas pelos historiadores quanto usadas por todos os seres humanos na relação com a temporalidade. Começaremos o capítulo debatendo o que Paul Ricoeur entende como os *operadores do tempo histórico*. Estes são instrumentos de pensamento legados pela prática de pensar o passado. São eles: o calendário, o conceito de gerações, os procedimentos de arquivo e, por fim, a noção de vestígio.

O filósofo entende que os operadores do tempo histórico fazem a mediação entre o tempo da natureza e o tempo lido pelos seres humanos; são, na verdade, instrumentos de leitura da temporalidade. Mais uma vez, aqui podemos ver de perto a análise da tripla operação mimética. O natural passar do tempo exige leitura por parte dos seres humanos, e os operadores do tempo histórico possibilitam esta leitura de maneira instrumentalizada (mímesis I). Figuram em enredos junto com ações e circunstâncias (mímesis II) e podem ser lidos e refigurados por outros agentes leitores (mímesis III)

A densa e complexa análise de Paul Ricoeur a respeito de tempo e narrativa mais uma vez nos permitirá abordar esses conceitos tanto pelo lado epistemológico da historiografia quanto pelo lado ontológico da relação humana com a temporalidade. De um lado, a instrumentalização e o uso do tempo do calendário, dos procedimentos de arquivos, dos vestígios e da ideia de gerações. De outro lado, a relação que o ser humano estabelece com a temporalidade e especificamente com o passado. Nesse caso esses instrumentos que operam a mediação entre o tempo da natureza e o tempo humano (tempo refigurado através da narrativa).

Em *Tempo e Narrativa III*⁸¹, Ricoeur dedica um capítulo a pensar a constituição dos operadores do tempo histórico. O filósofo entende que estes formam um terceiro tempo que se constitui entre as aporias suscitadas pela fenomenologia e por aquilo que o autor vem chamando de *tempo vulgar*. Nesse sentido, o título do capítulo já indica o caminho de constituição desses conceitos: *Entre o tempo vivido e o tempo universal: o tempo histórico*⁸². Para o autor a constituição dos operadores do tempo histórico ajuda na resposta *poética* que as narrativas conseguem formular

⁸¹ RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa 3*. São Paulo. WMF Martins Fontes. 2010.

⁸² *Ibid.*

às aporias da temporalidade, pois os operadores do tempo histórico têm um papel de mediação entre análises distintas sobre o tempo.

O que esses instrumentos de pensamento têm de notável é que desempenham o papel de conectores entre o tempo vivido e o tempo universal. Nesse sentido, demonstram a função *poética* da história e trabalham para a solução das aporias do tempo.⁸³

Os “instrumentos de pensamento” aos quais o autor se refere são: tempo do calendário, sequência de gerações e as noções de arquivo, documento e vestígio.

3.1.1 O tempo do calendário

O primeiro dos operadores do tempo histórico é o tempo do calendário. O autor discute análises sobre a formação dos calendários e sobre o que eles têm em comum, e desta maneira busca estabelecer uma análise conceitual que possibilite o entendimento sobre o uso desse procedimento. Logo no primeiro parágrafo, o autor diz: “O tempo do calendário é a primeira ponte estendida pela *prática* histórica entre o tempo vivido e o tempo cósmico.”⁸⁴ Os operadores do tempo histórico ajudam a significar o tempo da natureza, dos astros.

A primeira parte da discussão sobre o tempo do calendário é uma reflexão sobre a ligação dos calendários com os *mitos* e os *ritos*, pois o autor entende que “o que encontramos na *origem* de todo calendário é o *tempo mítico*.”⁸⁵ Nesse sentido, diferencia o tempo dos mitos do tempo dos ritos. Enquanto o mito está ligado diretamente à significação das estrelas e da natureza através de leituras do tempo, o tempo dos ritos, por meio de rituais, procurava negociar desejos com o tempo, pedidos ao futuro através de rituais. O tempo dos mitos, que significava as estrelas e a natureza de acordo com seus ciclos, foi importante para a constituição dos calendários. Por outro lado, o tempo dos *ritos* também foi, pois estes representam uma percepção temporal, às vezes um pedido para o futuro, a entrada de um novo tempo de colheita, plantio, chuva ou seca. Os tempos do *mito* e do *rito* se diferenciam no sentido de que os rituais têm a intenção declarada de fomentar mudanças, enquanto os mitos não demonstram esse interesse: “poder-se-ia dizer que o mito *alarga* o tempo corriqueiro (bem como o espaço), ao passo que o rito *aproxima* o tempo mítico da esfera profana da vida e da ação.”⁸⁶

⁸³ *Ibid.* p. 176.

⁸⁴ *Ibid.* p. 177.

⁸⁵ *Ibid.* p. 178.

⁸⁶ *Ibid.* pp. 179, 180.

De acordo com essa diferença entre mito e rito pode-se entender que os mitos operavam de uma maneira universal, dando significações para os astros e ciclos da natureza, enquanto os ritos pretendiam interferir no mundo da ação. Essa diferença é interessante e merece ser destacada. Para pensar o *tempo do calendário* o filósofo debate a ideia de *tempo crônico* desenvolvida pelo linguista Émile Benveniste: “A invenção do tempo do calendário é tão original aos olhos do grande linguista que ele lhe confere um nome especial, o ‘tempo crônico’.”⁸⁷. O linguista entende o calendário como representativo de um tempo social, presente em todas as culturas conhecidas de diferentes maneiras, mas com algumas características em comum. Citação de Benveniste:

em todas as formas de culturas humanas e em todas as épocas, constatamos de uma maneira ou outra um esforço para objetivar o tempo crônico. É uma condição necessária da vida das sociedades e da vida dos indivíduos em sociedade. Esse tempo socializado é o tempo do calendário.⁸⁸

O autor entende que são três as características presentes em todos os calendários e que estão na base do conceito de tempo crônico: 1º um momento axial, isto é um acontecimento fundador, a partir do qual iniciou-se um tempo “novo”, a entrada de uma nova era etc. 2º a possibilidade de percorrer o calendário nas duas direções (passado e futuro) e 3º unidades de medidas que possibilitem a divisão de instantes no calendário. Essas três características são a base dos calendários e é possível encontrá-las em análises breves. Anos depois de *Tempo e Narrativa*, o autor voltou a discutir esse operador do tempo histórico em *A memória, a história, o esquecimento*. Essa citação do último livro resume bem as características do tempo crônico segundo Benveniste:

1) referência de todos os acontecimentos a um acontecimento fundador que define o eixo do tempo; 2) possibilidade de percorrer os intervalos de tempo segundo as duas direções opostas da anterioridade e da posteridade com relação à data zero; 3) constituição de um repertório de unidades que servem para denominar os intervalos recorrentes: dia, mês, ano etc.⁸⁹

Em *A memória, a história, o esquecimento*, o autor continua utilizando a concepção de calendário defendida por Émile Benveniste, todavia no primeiro livro a intenção era demonstrar que esse “instrumento de pensamento” tem como característica primeira mediar a leitura do tempo da natureza a partir da criação do calendário e do seu uso nas narrativas (ou seja, fazer a

⁸⁷ *Ibid.* p.180

⁸⁸ Benveniste, Émile. *Le langage et l'expérience humaine, Problèmes du langage*. Paris. Gallimard, col. “Diogenes”. 1996. p.6. *Apud*. RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa 3*. São Paulo. WMF Martins Fontes. 2010. p. 181.

⁸⁹ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora UNICAMP. 2014. p. 163.

mediação entre uma perspectiva fenomenológica e outra cosmológica do tempo). Já no segundo livro, o tempo do calendário é utilizado na fundamentação da noção de tempo histórico como um pressuposto epistemológico para a operação historiográfica como um saber científico.⁹⁰

Seguimos para a constituição específica do tempo do calendário como operador do tempo histórico. No caso do momento axial, o exemplo com maior obviedade é o nascimento de Cristo, que dá entrada a uma nova era. Nesse sentido, no ocidente tem-se o costume de dividir o calendário em duas eras: antes e depois de Cristo. O elemento religioso normalmente está presente nos acontecimentos fundadores, no momento considerado o ponto zero dos calendários, a partir do qual o tempo passou a ser contado de uma nova maneira. Os povos muçulmanos usam outro calendário e os judeus têm outra contagem dos anos, assim como os chineses. Sobre o momento axial Ricoeur escreve o seguinte:

um acontecimento fundador, que supostamente inaugura uma nova era (nascimento de Cristo ou de Buda, Hégira, ascensão de determinado soberano etc.), determina o *momento axial* a partir do qual todos os acontecimentos são datados; é o ponto zero da contagem⁹¹.

Podemos ainda considerar alguns acontecimentos marcantes na contagem do calendário ocidental. Acontecimentos que, pelo caráter de mudança/ruptura, operam da mesma forma que um momento axial. Eventos específicos que marcaram data no calendário como momento inicial de grandes mudanças, na constituição de um país ou de um grupo: 1500 para o território hoje brasileiro, 1789 e a revolução francesa, 1889 e a proclamação da República no Brasil, 1776 e a independência dos Estados Unidos, 1808 e a transferência da corte portuguesa para o Brasil. Esses momentos são datados no calendário porque representam acontecimentos marcantes para a história destes países, momentos que deixaram marcas tão profundas que passaram a ser referências no calendário. É difícil escutar o número 1789 e não pensar na revolução francesa, 1822 e não pensar na independência do Brasil. Fazendo uma ligação com o conceito de identidade narrativa, podemos afirmar que esses acontecimentos passaram a fazer parte da experiência temporal que identifica aquela nação; nesse sentido, a narrativa sobre o passado conta o *quem* daquele grupo coletivo.⁹²

⁹⁰ Ainda discutiremos a fundamentação do tempo histórico em *A memória, a história, o esquecimento*. Por enquanto apenas destacamos essa diferença de intenção, ao preço de não comprometer a ordem de nossa argumentação.

⁹¹ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa 3*. São Paulo. WMF Martins Fontes. 2010. p. 181.

⁹² Pensamos aqui em grandes acontecimentos, mas também podemos citar eventos que foram importantes apenas para algum grupo social, tal como 1909 data de fundação do Sport Clube Internacional, lembrada por todos os torcedores do clube como data marcante. Esta data (1909) quando configurada em narrativa (mimesis II) passa a fazer parte da identidade dos torcedores do clube que incorporaram aquela experiência (mimesis III).

A segunda característica presente nos calendários é a possibilidade de percorrê-los em duas direções: de um presente para um passado e de um passado para outro. Nesse sentido, os historiadores conseguem pensar o passado da revolução francesa e destacar os acontecimentos que fomentaram aquele momento; por outro lado, consegue-se pensar o futuro daquela revolução e buscar entender as mudanças que a partir dela se desencadearam. Isso se torna possível pois marca-se um momento no tempo: 1789. A partir desse momento pode-se olhar tanto para o passado quanto para o futuro dele, isto é, pode-se percorrer o calendário nas duas direções. Cito o autor:

com relação ao eixo de referência, é possível percorrer o tempo nas *duas direções*, do passado para o presente e do presente para o passado. Nossa própria vida faz parte desses acontecimentos que nossa visão segue tanto numa direção quanto na outra; é por isso que todos os acontecimentos podem ser datados.⁹³

Os historiadores fazem uso dessa característica para delimitar suas pesquisas. O eixo de referência permite delimitar momentos no calendário. O procedimento é utilizado na prática histórica, mas faz parte da constituição dos calendários como tempo socializado. As sociedades criaram seus calendários e os indivíduos fazem uso deles. Todo ser humano tem a capacidade de datar um momento no calendário de acordo com alguma necessidade. Acontecimentos marcantes na vida de um indivíduo, de um grupo ou de uma família também são datados e lembrados juntamente com o ano: a data de nascimento de um indivíduo, de um casamento, a morte de um ente querido e assim por diante. Ao datar um acontecimento, pode-se olhar tanto para seu passado quanto para seu futuro, essa característica é central nos calendários.

A terceira característica levantada como constituinte dos calendários é a capacidade de dividi-los em unidades de medida: séculos, décadas, anos, meses, semanas, dias. Esse aspecto dos calendários tem uma ligação direta tanto com o tempo mítico quanto com o tempo dos astros. Ele surge exatamente do contato entre estes; o tempo mítico dava significação ao tempo do universo, isto é, a ordem simbólica do significado foi transposta para a ordem paradigmática dos astros e da passagem do tempo. Lembra-se a tese de Ricoeur neste capítulo: que os operadores do tempo histórico surgem do espaço aberto do contato entre uma percepção do tempo fenomenológico e do tempo da natureza. Os calendários como instituição social (tempo crônico) têm sua significação emprestadas de um tempo da natureza, dos astros.

Esses intervalos constantes, é a astronomia que ajuda, não a denominá-los, mas a determiná-los: o dia, com base numa medida entre o nascer e o pôr do

⁹³ *Ibid.* p.181.

sol; o ano, em função do intervalo definido por uma revolução completa do sol e das estações; o mês, como intervalo entre duas conjunções da lua e do sol.⁹⁴

Assim sendo, os calendários têm uma ligação direta com os ciclos da natureza e com a percepção humana sobre eles. Existe o tempo do plantio e o tempo da colheita, o verão e o inverno, tempos de seca e tempos de chuva; o ser humano significou esses ciclos e transplantou-os para os calendários. Por conseguinte, os calendários têm a característica central de colocar o tempo da astronomia a partir de uma significação que o adéqua para um tempo social. Nesse sentido, o autor entende que o calendário “cosmologiza o tempo vivido, humaniza o tempo cósmico. É assim que contribui para reinscrever o tempo da narrativa no tempo do mundo.”⁹⁵.

As três características centrais dos calendários: um acontecimento fundador, o momento axial a partir do qual a contagem dos anos tem início, a possibilidade de percorrer o calendário em duas direções depois de estipular uma data e a capacidade de dividir os calendários em unidades de medida de acordo com a astronomia e os ciclos da natureza. Por fim, Ricoeur concorda com Benveniste em uma última característica: a enunciação do acontecimento, isto é, para que um acontecimento seja datado é indispensável que alguém o enuncie, e só desta maneira é possível datar um passado qualquer.

Para ter um presente, como também aprendemos com Benveniste, é preciso que alguém fale; o presente é então assinalado pela coincidência entre um acontecimento e o discurso que o enuncia; para chegar ao tempo vivido a partir do tempo crônico é portanto preciso passar pelo tempo linguístico, referido ao discurso; é por isso que determinada data, completa e explícita, não pode ser dita nem futura nem passada se ignorarmos a data de enunciação que a pronuncia.⁹⁶

Percebe-se que é a partir de um presente que se torna possível marcar uma data no calendário e que a datação só é possível pela enunciação do acontecimento. É preciso que no presente alguém diga ou escreva que em determinada data aconteceu tal coisa. Mais uma vez temos uma ligação direta com a narrativa: é datando acontecimentos em enredo que conseguimos dotá-los de significação. Por outro lado, não é apenas no passado que é possível datar um acontecimento. O procedimento também é usado para acontecimentos futuros: tratados comerciais que começam a valer dentro de determinado tempo, eleições marcadas para determinado ano e um programa de TV que começa tal dia são apenas alguns exemplos de datação no futuro.

⁹⁴ *Ibid.* p.181.

⁹⁵ *Ibid.* p.184.

⁹⁶ *Ibid.* p.184.

É quase desnecessário citar a importância da datação para a operação historiográfica, mas não podemos nos furtar a fazê-lo. A datação é utilizada pelos historiadores para: 1. Datar a produção de determinado documento histórico; 2. Demarcar os limites da investigação que será feita, por exemplo: estudar a documentação produzida pelo DOPS durante os anos de 1968 a 1979; 3. Marcar acontecimentos importantes no passado de algum país ou grupo, exemplo: 1888 e o fim da escravidão no Brasil. 4. Introduzir as diversas historiografias já existentes sobre determinado tema; neste caso o exemplo não pode ser tão óbvio, mas podemos notar mudanças historiográficas se colocarmos a produção de historiografia em uma datação cronológica. E por fim, mas não menos importante, 5. A própria historiografia refigurada pode ser demarcada no tempo do calendário, por exemplo: a obra *Casa Grande e Senzala* foi publicada pela primeira vez no ano de 1933. Poderíamos seguir pensando em exemplos da utilidade do tempo do calendário para os historiadores, todavia partimos agora para o conceito de *gerações* visto como um operador do tempo histórico.

3.1.2 Um conceito de gerações

O segundo operador do tempo histórico exposto pelo autor é a sequência de gerações. Por um lado, o conceito de gerações coloca diretamente o problema da morte, e com ela a ideia de sucessão e continuidade entre gerações. Por outro lado, inspira uma discussão sobre um tempo anônimo, público. Na exposição sobre a *sequência de gerações* a mediação é feita pela biologia, enquanto no tempo do calendário foi feita pela astronomia. Ainda assim, o argumento continua afirmando que a prática histórica fornece resposta para as aporias da temporalidade que surgem do espaço entre um tempo fenomenológico e outro da natureza.

A exposição do conceito é feita em discussão com quatro autores: Kant, Dilthey, Karl Mannhein e Alfred Schutz. De Kant o autor conserva a noção ética de responsabilidade que os sujeitos do presente têm em relação aos do futuro, responsabilidade com o pacto da sociedade civil. De Dilthey é dito que para ser contemporâneo é preciso compartilhar um campo de experiências e orientações comuns, enquanto de Mannhein o conceito de geração ganha um adendo geográfico: como nem todos estão sujeitos às mesmas influências, é preciso considerar as diferenças espaciais e culturais.⁹⁷

⁹⁷ *Ibid.* pp. 185, 186, 187, 188, 189.

É a discussão proposta por Alfred Schutz que parece interessar mais ao filósofo. O fenomenólogo propõe a ideia de *reino dos contemporâneos, dos predecessores e dos sucessores*, na qual engloba um complemento sociológico ao conceito que já tem uma fundamentação biológica. Ricoeur considera que Schutz tem o mérito de “ter mediado simultaneamente as obras de Husserl e de Max Weber e ter tirado delas uma sociologia original do ser social na sua dimensão anônima.”⁹⁸ Como exposto logo adiante, a ideia de anonimato será de grande importância para o conceito proposto.

Primeiramente, fala-se em geração no sentido de envelhecer juntos, de seres que compartilham fluxos temporais durante algum tempo. Em um segundo momento, a ideia caminha para o seu complemento sociológico, ligado ao anonimato do tempo público. Ser contemporâneo é envelhecer juntos, mas também é ser um anônimo e partilhar um tempo público com desconhecidos, pois “só atingimos nossos contemporâneos através dos papéis tipificados que lhe são designados pelas instituições.”⁹⁹

A fonte do anonimato dos contemporâneos está nos papéis ocupados por cada ser na sociedade: o professor, a médica, o mendigo, o general, o favelado etc. O autor entende que essas funções sociais são vistas pelos contemporâneos em um raciocínio ideal-típico, isto é o ser é reduzido à função que exerce; torna-se um anônimo a partir do momento em que é visto pelo conceito que define sua função. Nesse sentido, o ser tem consciência de viver com milhares de outros humanos e, ao mesmo tempo, de não partilhar nenhuma experiência concreta¹⁰⁰. A contemporaneidade exerce um papel que ajuda na mediação entre um tempo privado (individual) e um tempo público (histórico). Cita-se o autor:

A conclusão, para a nossa própria investigação, é que *a relação de simples contemporaneidade é uma estrutura de mediação entre o tempo privado da sina individual e o tempo público da história, em virtude da equação entre contemporaneidade, anonimato e compreensão ideal-típica.*¹⁰¹

O contemporâneo é sempre um outro, alguém lido mais pela sua função do que pelo seu ser. O mesmo acontece com o passado: aqueles que não conhecemos e de quem mesmo assim ouvimos falar por histórias continuam sendo outros, isto é desconhecidos e anônimos. Nesse sentido, a história se desenrolou e se desenrola nessa relação de anonimato; tanto os seres do

⁹⁸ *Ibid.* p. 190.

⁹⁹ *Ibid.* p. 192.

¹⁰⁰ Alfred Schutz: “Meu simples contemporâneo é alguém que eu sei que existe comigo no tempo, mas de quem não tenho nenhuma experiência imediata.”. SCHUTZ, Alfred. *The phenomenology of the social world*. Northwestern. University Press. 1997. p. 181 *apud* RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa III*. São Paulo. WMF Martins Fontes. 2010. p.193.

¹⁰¹ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa 3*. São Paulo. WMF Martins Fontes. 2010. p.193. (grifo do autor).

passado – que existiam antes do nosso nascimento – quanto os seres do presente, que existem em simultaneidade conosco, e os seres do futuro, que ainda não nasceram, são anônimos, outros, desconhecidos de cuja existência ou possível existência sabemos por entender que a história da humanidade não começou agora e não vai acabar hoje. Os indivíduos morrem, mas a cultura que eles compõem continua.

Parece ser fundamental aqui a ideia de comunidade propiciada pelo conceito de geração. Se ligarmos essa conceituação ao que entendemos como configuração e identidade narrativa, podemos inferir que a ideia de geração, quando configurada em narrativa (mímesis II) e refigurada no momento da leitura (mímesis III), proporciona ao leitor a ideia de continuidade com a experiência histórica relatada. O conceito de sequência de gerações, quando articulado em narrativa, pode ser visto como um instrumento para criar essa percepção de que a humanidade faz parte de uma mesma comunidade no tempo. Não precisamos generalizar tanto: habitantes do mesmo país podem se sentir fazendo parte da mesma comunidade, e até mesmo um grupo social (como o exemplo citado, dos torcedores de um time de futebol) podem sentir que são herdeiros de experiências passadas e por meio da leitura incorporar essas experiências às suas identidades. Ao prosseguir na discussão a respeito da *sequência de gerações*, Ricoeur encontra o problema da morte. Para se ter um conceito de geração, é preciso inserir nele a questão da morte.

O filósofo vê a relação entre morte e história por dois lados: pelo caráter íntimo da morte de um ser único e pelo caráter público da substituição daqueles que morrem por aqueles que nascem. A história se desenrola nesse tempo público em que a morte também passa a ser anônima, outra, desconhecida. Finda a vida de um ser, mas a função exercida por ele será encaminhada a outro sujeito, ainda vivo, e assim a roda do tempo continua girando. Ricoeur entende que o historiador não se interessa diretamente pela morte, que é por ele ultrapassada de imediato, ao mesmo tempo em que ela está diretamente presente nas entrelinhas de cada historiografia.

por intermédio dessa visada oblíqua, a ideia de geração recorda com insistência que a história é a história dos *mortais*. Ultrapassada, assim é a morte, no entanto, logo de saída: para a história, só há com efeito papéis que nunca ficam sem herdeiros, mas são a cada vez atribuídos a novos atores; em história, a morte, como fim de cada vida tomada uma a uma, só é tratada alusivamente, em prol das entidades cuja duração passa por cima dos cadáveres: povo, nação, Estado, classe, civilização.¹⁰²

¹⁰² *Ibid.* pp. 195, 196. (grifo do autor).

O que se conserva da análise que o filósofo faz de Schutz é o anonimato das relações entre contemporâneos, da relação entre gerações e da formação de um tempo público. Lembra-se que o conceito de *sequência de gerações* deriva de uma perspectiva biológica, e ganha seu complemento sociológico com a noção do anonimato da contemporaneidade aqui exposto. Paul Ricoeur lamenta que Schutz não tenha refletido com a mesma intensidade sobre o reino dos predecessores e dos sucessores; entretanto, considera que a análise do anonimato deve ser estendida a eles. Aqueles que nos antecederam e aqueles que virão depois de nós também são outros, anônimos, desconhecidos. “Os ancestrais e os sucessores são *outros*, carregados de um simbolismo opaco, cuja figura vem ocupar o lugar de um Outro, totalmente Outro, totalmente diferente dos mortais.”¹⁰³ A relação do historiador com os agentes do passado não estaria dentro desse anonimato? Pensamos que sim, pois os homens do passado também são outros, anônimos, alheios para o historiador no tempo presente. A partir da instrumentalização do conceito de gerações, é possível que o historiador que investiga anônimos no passado se sinta parte da mesma comunidade que estes anônimos já mortos.

Conservando a noção de anonimato aqui exposta tanto para contemporâneos quanto para antecessores e sucessores, caminha-se agora para o debate sobre os últimos operadores do tempo histórico: as noções de arquivo, documento e vestígio. Nessa parte da discussão o interesse do autor é na significação do vestígio. Para chegar ao fundamento dessa noção, o autor parte de uma análise do arquivo, chegando ao documento para então pensar os vestígios, que são o pressuposto último de um corpo documental. Os documentos históricos são articulados como vestígios e é como vestígios que eles valem como prova na narrativa historiográfica.

3.1.3 A noção de arquivo

Logo no início da exposição o autor se pergunta: “Que entendemos por arquivo?”¹⁰⁴. Entendemos que os arquivos são instituições que atuam na proteção de determinada documentação. Esse procedimento implica uma seleção sobre o que deve ou não ser conservado. Além disso, a instituição responsável pela guarda do arquivo ainda precisa organizar o corpo documental e disponibilizá-lo para pesquisadores e demais visitantes. Nesse sentido, é importante destacar que os arquivos não são instituições despretensiosas; ao contrário, carregam a intenção de conservar, mas conservar o que e para quem? Cito o autor:

¹⁰³ *Ibid.* p. 197.

¹⁰⁴ *Ibid.* p. 198.

O caráter *institucional* do arquivo é portanto afirmado três vezes: os arquivos constituem o fundo documental de uma instituição; é uma atividade específica dessa instituição produzi-los, recebê-los e conservá-los; o depósito assim constituído é um depósito autorizado por uma estipulação adjunta àquela que institui a entidade da qual os arquivos são o fundo.¹⁰⁵

É interessante destacar a noção de arquivo como uma instituição que tem suas próprias intenções de conservação e destruição. Em *A memória, a história, o esquecimento*, o autor retoma mais uma vez a discussão sobre os arquivos como um operador constituinte do tempo histórico. Ricoeur entende que a historiografia é do início ao fim um exercício de leitura¹⁰⁶. O historiador lê os arquivos e o mundo social (mímesis I), configura um enredo sobre experiências passadas usando documentos de arquivo e informações do mundo da ação (mímesis II) e, por fim, disponibiliza a historiografia para ser efetivada por meio da refiguração (mímesis III). Nesse sentido, em *A memória, a história, o esquecimento*, o autor diz que “Nos arquivos, o historiador profissional é um leitor.”¹⁰⁷

É como um leitor profissional que o historiador vai aos arquivos. Como já foi dito, ninguém consulta um arquivo desprovido de intenções: os historiadores vão aos arquivos à procura de indícios para perguntas já feitas ou pelo menos intencionadas (mais um aspecto que tem relação direta com mímesis I). No arquivo, o historiador encontra um corpo documental já estruturado e organizado. Destacamos então que antes do arquivo existe o arquivamento. Esse procedimento é feito normalmente por um profissional especializado, o arquivista.

No procedimento de arquivamento existem etapas como seleção, separação, reunião, coleta etc. Assim sendo, os documentos arquivados já passam por um filtro antes de compor os arquivos e ficar à disposição de futuros leitores. O arquivo é um lugar físico que guarda documentações e, principalmente, é um lugar social que armazena informações e documentos que podem vir a se tornar objeto de investigação e explicações históricas. O arquivo é um lugar físico e um lugar social.

O arquivo apresenta-se assim como um lugar físico que abriga o destino dessa espécie de rastro que cuidadosamente distinguimos do rastro cerebral e do rastro afetivo, a saber, o rastro documental. Mas o arquivo não é apenas um lugar físico, espacial, é também um lugar social.¹⁰⁸

¹⁰⁵ *Ibid.* p.199. (grifo do autor).

¹⁰⁶ Isso não estava diretamente claro em *Tempo e Narrativa* (indiretamente estava pois a operação mimética, como afirmamos, é uma atividade que detalha os procedimentos de interpretação e comunicação), mas em *A memória, a história, o esquecimento* é dito nestas palavras: a historiografia é do início ao fim um exercício de leitura.

¹⁰⁷ RICOEUR, PAUL. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora UNICAMP. 2014. p. 176

¹⁰⁸ *Ibid.* p. 177.

O arquivo é um lugar social justamente por ser destinado para resguardar documentações que ficam disponíveis para consulta. Todos os documentos que constituem um arquivo podem servir de rastro documental. Para ser considerado um rastro, uma evidência, o documento precisa ser lido por um especialista e usado como prova documental em uma narrativa (ser configurado em enredo; mimesis II). Nesse sentido, todos os documentos de um arquivo podem ser importantes, a depender das intenções daqueles que o consultam. Destacaremos em seguida a função dos vestígios – é quando são articulados em narrativas como vestígios que os documentos se tornam importantes.

Para nossa análise separaremos os procedimentos que institucionalizam os arquivos¹⁰⁹ em três momentos: 1º- o arquivo depende da intenção de uma pessoa ou instituição de preservar sua documentação; 2º- o arquivo necessita de uma organização sistemática, feita por um profissional arquivista, que constituirá um fundo documental; 3º- depois da constituição do arquivo, o fundo documental fica disponível a consultas futuras.

Assume o primeiro plano a iniciativa de uma pessoa física ou jurídica que visa a preservar os rastros de sua própria atividade; essa iniciativa inaugura o ato de fazer história. Vem em seguida a organização mais ou menos sistemática do fundo assim posto de lado. Ela consiste em medidas físicas de preservação e em operações lógicas de classificação dependentes quando necessário de uma técnica elevada ao nível arquivístico. Ambos os procedimentos são postos a serviço do terceiro momento, o da consulta do fundo dentro dos limites das regras que lhe autorizam o acesso.¹¹⁰

Na constituição dos arquivos encontramos então procedimentos internos. Desde a seleção, a organização, a separação, reunião etc., passando por medidas periódicas de conservação e classificação do fundo documental e finalmente chegando até à consulta de um leitor especializado. A constituição dos arquivos é destinada a leitores; normalmente estes são pessoas que vão aos arquivos com intenções específicas, em busca de respostas, procurando evidências para constituir narrativas.

O filósofo entende que é a partir da crítica ao testemunho e aos documentos escritos e armazenados em arquivos que a História se constitui como ciência. O historiador Marc Bloch contribuiu para a formulação de maneiras para questionar os documentos, nos orientando a ir aos arquivos armados de questões que permitam desvelar os documentos. Ele entende que é

¹⁰⁹ A legislação brasileira sobre os arquivos elucida de maneira prática aquilo que é analisado em nível epistemológico por Paul Ricoeur. A referida legislação foi assinada em 1991 mas só veio a ser implementada no início do século XX. O artigo segundo da Lei 8.159/1991 diz o seguinte: “Consideram-se arquivos, para os fins desta Lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer seja o suporte de informação ou a natureza dos documentos.”. BRASIL, Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.

¹¹⁰ RICOEUR, PAUL. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora UNICAMP. 2014. p. 178

preciso considerar que os documentos podem carregar mentiras, incongruências ou podem ter sido produzidos com a intenção de criar algum tipo de memória. Por isso, é preciso questionar os documentos encontrados nos arquivos a fim de conseguir desvelar aquilo que a documentação não quer nos dizer.

Dos arquivos, consideramos algumas características: primeiramente, eles surgem da intenção de uma pessoa ou de uma instituição de conservar informações, rastros documentais. Em um segundo momento eles são sistematizados e passam por procedimentos de seleção; por fim, são colocados à disposição de um leitor, normalmente um especialista. Ainda é preciso considerar a crítica necessária aos documentos de arquivo, justamente por arquivos serem instituições que surgem da intenção de alguém ou de um grupo de conservar suas informações. Ora, ninguém guarda provas contra si mesmo, e muito menos as disponibiliza para consulta pública.¹¹¹ Partimos agora para outro operador do tempo histórico: a noção de prova.

3.1.4 A construção narrativa da prova através dos vestígios

O historiador vai aos arquivos em buscas de documentos que poderão ser articulados como provas. O filósofo entende que os historiadores são os destinatários finais dos arquivos, levando em consideração que as documentações são conservadas para consulta futura de especialistas. O historiador é

seu destinatário na medida em que rastros foram conservados por uma instituição com o fim de serem consultados por quem esteja habilitado a isso, segundo as regras sobre o direito do acesso, os prazos de consulta variando conforme a categoria de documentos.¹¹²

Em *A memória, a história, o esquecimento*, logo após discutir os procedimentos de arquivo como um operador constituinte do tempo histórico, Ricoeur faz duas perguntas interessantes: “o que é provar para um documento ou um maço de documentos?”¹¹³ e “o que é assim *provado*?”¹¹⁴. Essas duas questões nos levam novamente ao encontro de outras fases da

¹¹¹ A lei 8.159/1991 fala em seu artigo quinto que “A administração pública franqueará a consulta aos documentos públicos na forma desta lei.”, em referência ao artigo quarto que fala que todos tem direito a consulta de documentos públicos, todavia “ressalvadas aquelas cujos sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem a inviolabilidade, da vida privada, da honra e da imagem as pessoas.”. Percebe-se por uma análise breve da legislação brasileira os procedimentos de seleção que estamos apontando, junto com Paul Ricoeur, como constituinte dos arquivos. BRASIL, Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.

¹¹² RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: UNICAMP. 2014. p. 188.

¹¹³ *Ibid.* p. 188.

¹¹⁴ *Ibid.* p. 188. (grifo nosso).

operação historiográfica, pois o documento só será articulado como prova quando colocado em narrativa, quando configurando juntamente com outros documentos, outras historiografias etc. (mímesis II). É na configuração narrativa que a prova documental é construída.

A noção de documento carrega intrinsecamente a ideia de prova documental. Os documentos são usados para corroborar determinada argumentação, colocados como uma espécie de garantia de conexão com a verdade. Garantir que os documentos sejam vistos como prova é importante para a cientificidade da historiografia. Pensando em específico o caso dos historiadores e da prova documental, o filósofo afirma o seguinte:

Na noção de documento, a ênfase, hoje, não está mais colocada na função de ensino que a etimologia da palavra sublinha [...], mas na de *apoio*, *garantia*, fornecido a uma história, uma narrativa em debate. Esse papel de garantia constitui a prova material, aquilo que em inglês se chama “*evidence*”, do relato que é feito de um curso de acontecimentos. Se a história for uma narrativa verdadeira, os documentos constituem seu último meio de prova; esta alimenta a pretensão da história de estar baseada em fatos.¹¹⁵

Assim sendo, os historiadores fazem uso dos documentos para garantir a veracidade da argumentação proposta sobre determinado acontecimento. Percebe-se que o autor parte dos arquivos e caminha pelos documentos para sustentar que esses são importantes para a historiografia quando articulados como evidência. Quando um rastro do passado é interrogado como uma documentação e articulado, em uma narrativa historiográfica ou em um processo criminal, ele se torna um vestígio. Um vestígio que corrobora a representação presente de uma ação ausente.

Antes de enunciar o que entende por vestígio, o filósofo faz duas críticas à noção de documento. A primeira, corroborada pelo argumento de Marc Bloch, sublinha que tudo que for bem direcionado por perguntas e servir de evidência para o historiador pode ser considerado documento. O destaque é para aqueles documentos que não sobreviveram ao tempo pela intencionalidade institucional, pelo contrário: sobreviveram a despeito da intenção de destruí-los. Bloch chamou esses documentos de *testemunhas à revelia* e os considerava mais reveladores do que a massa de documentação institucional disponível para pesquisa. Nesse ponto, Ricoeur afirma o seguinte:

A crítica da noção de documento pode ser feita em vários níveis de profundidade. Em um nível epistemológico elementar, já se tornou banal sublinhar que qualquer traço deixado pelo passado se torna para o historiador um documento, desde que ele saiba interrogar seus vestígios, questioná-los.

¹¹⁵ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa 3*. São Paulo. WMF Martins Fontes. 2010. p. 199. (grifo do autor).

No tocante a isso, os mais preciosos são aqueles que não estavam destinados à nossa informação.¹¹⁶

É possível encontrar esses documentos que não foram destinados diretamente à nossa leitura em arquivos. Todavia, como os arquivos passam para os procedimentos de seleção, deve-se considerar que muitas vezes não será em arquivos institucionalizados que os historiadores encontrarão as principais evidências. Além disso, é interessante destacar que o importante não é o documento em si, mas as perguntas dirigidas a ele, que podem acabar revelando aspectos não diretamente visíveis. São os questionamentos dirigidos por um agente especializado, que interpreta um corpo documental, que têm a possibilidade de transformar determinado papel esquecido em prova documental, de tirar determinado rastro do esquecimento e colocá-lo à luz de uma argumentação que busque elucidar e/ou interpretar o passado, ou melhor, *algum* passado.

A segunda crítica ao documento colocada pelo autor foi feita por Jacques Le Goff: o historiador identifica como *monumento* aquele tipo de referência ao passado introduzida intencionalmente por determinado grupo. Exemplos de monumentos são as datas comemorativas e as grandes construções. Os historiadores do século XIX identificaram na documentação dos arquivos um acesso ao passado mais revelador do que aquele disponível pelos monumentos à memória coletiva. Todavia, interpretando os arquivos como instituições, Le Goff adverte que toda documentação tem um pouco de monumento. Sobre a crítica que partilha com Le Goff, Ricoeur afirma o seguinte:

Os escritos dos arquivos eram, pois, tidos mais como documentos do que como monumentos. Para uma crítica ideológica, que prolonga aquela que evocamos acima a respeito da instituição dos arquivos, os documentos não são menos instituídos que os monumentos, menos edificadas que estes em benefício do poder e dos poderosos. Nasce uma crítica que se dá por tarefa descobrir o monumento que se esconde por trás do documento, crítica mais radical que a crítica de autenticidade que garantira a vitória do documento sobre o monumento. Ataca as condições da produção histórica e sua intencionalidade dissimulada ou inconsciente. A partir daí é preciso dizer, com Le Goff, que, uma vez desmistificada sua significação aparente, ‘o documento é monumento’.¹¹⁷

A crítica conduzida por Le Goff é interessante por demonstrar o caráter de monumento presente nos documentos de arquivo. Ao mesmo tempo, o historiador francês observa que as perguntas podem revelar a dissimulação de algumas documentações. Em relação a isso, é interessante pensar o caso brasileiro, no qual a maior parte da documentação referente à história

¹¹⁶ *Ibid.* p. 200.

¹¹⁷ *Ibid.* p.201.

do Brasil até o final do século XIX foi produzida pelo Estado, por jornais, viajantes estrangeiros e pela Igreja Católica. O historiador que não questionar os documentos de acordo com essas pressuposições correrá o risco de ignorar boa parte da formação cultural brasileira.

Diante dessas duas críticas, destaca-se o papel fundamental dos questionamentos dirigidos aos restos do passado. É a partir de questões que se torna possível identificar aspectos relevantes e reveladores; são as perguntas que fazem o documento falar, e a partir delas o historiador extrai informações, articulando-as como prova em peças argumentativas. É fazendo perguntas para o documento que se descobre se as informações são vestígios de outras ações. Nem todo resto do passado interessará ao historiador, apenas aqueles que forem vestígios. As armas que o historiador leva aos arquivos, no caso, são perguntas. É com esse questionário que é construída a prova documental, ou seja, é a partir das hipóteses que se transformam os documentos em provas, tal como exposto pelo autor na citação a seguir.

Se um papel de prova pode ser atribuído aos documentos consultados, é porque o historiador vai aos arquivos com perguntas. As noções de questionamento e de questionário são, assim, as primeiras que devem ser colocadas na elaboração da prova documental. É armado de perguntas que o historiador se engaja em uma investigação dos arquivos.¹¹⁸

Por conseguinte, fica clara a pressuposição de que os documentos não dizem ou afirmam nada por eles próprios: são os historiadores ou outros especialistas que, questionando a documentação encontrada, conseguem revelar informações sobre o passado e assim construir a prova documental. A hipótese lançada pelo historiador guia a pesquisa e orienta o trabalho nos arquivos, é a partir dela que é construída a explicação e a representação narrativa do passado.

Segundo Ricoeur, a partir dos questionamentos é que se constrói a noção de prova documental. O documento, sem o confronto com perguntas, não é capaz de revelar muita coisa. Por outro lado, se for confrontado com questões, se for colocado em choque com outras informações, pode se tornar revelador. A prova documental, desta maneira, é construída na operação historiográfica. Segue-se uma interessante citação sobre a instituição do documento, pelo historiador, através das perguntas.

Para o historiador, o documento não está dado, como a ideia de rastro deixado poderia sugerir. Ele é procurado e encontrado. Bem mais que isso, ele é circunscrito, e nesse sentido constituído, instituído documento, pelo questionamento. Para um historiador, tudo pode tornar-se documento, obviamente, os cacos das escavações arqueológicas e outros vestígios, mas, de modo mais marcante, as informações tão diversas quanto tabelas e curvas de preços, registros paroquiais, testamentos, bancos de dados estatísticos etc.

¹¹⁸ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: UNICAMP. 2014. p. 188.

Torna-se assim documento tudo o que pode ser interrogado por um historiador com a ideia de nele encontrar uma informação sobre o passado.¹¹⁹

Percebe-se que é na construção da narrativa historiográfica, no estágio que explicitamos como *mímesis II* da atividade mimética, que a prova documental é instituída. Os pesquisadores, munidos de questões (*mímesis I*), interrogam os documentos e os transformam em prova documental, de acordo com as teses construídas ao longo da narrativa (*mímesis II*). Mas ainda podemos questionar, junto com Ricoeur: “O que, nesse estágio da operação historiográfica, pode ser considerado como provado?”¹²⁰

A prova documental é instituída, mas o que com ela é provado? No caso, o filósofo entende que o historiador constrói fatos na argumentação: “um fato, fatos, suscetíveis de serem afirmados em proposições singulares, discretas, que geralmente mencionam datas, lugares, nomes próprios, verbos de ação ou de estado.”¹²¹ Nesse momento, é preciso ter cuidado com a noção de *fato*, pois um fato histórico é diferente do acontecimento tal como foi. Um fato histórico é construído discursivamente em narrativa, amparado por provas documentais igualmente construídas linguisticamente, debatido com outras informações já configuradas em historiografias.

É destacada a diferença entre fato e acontecimento tal como foi. O fato é construído narrativamente por uma série de documentos; o fato é a coisa escrita pelo historiador no discurso histórico, enquanto o acontecimento é o objeto sobre o qual se escreve. Essa diferença faz parte da fundamentação epistemológica do fato histórico; o que aqui entendemos por *fato histórico* é construído pelo historiador na atividade mimética da configuração narrativa. Nesse sentido, o filósofo afirma que “é para preservar esse estatuto de contraparte do discurso histórico que distingo o fato enquanto ‘a coisa dita’, ‘o que’ do discurso histórico, do acontecimento enquanto ‘a coisa da qual se fala’, o ‘a propósito de que’ é o discurso histórico.”¹²² Por isso se torna ainda mais importante o debate em torno da noção de vestígio.

Das características do vestígio enunciadas por Ricoeur, conservaremos três aspectos: 1º a presença da marca e a ausência da ação; 2º estabelecimento de uma relação de causa-efeito; e 3º possibilidade de datação no tempo do calendário. O vestígio é o último operador do tempo histórico colocado pelo autor, e é um instrumento legado pela prática historiográfica da reflexão

¹¹⁹ *Ibid.* p. 189.

¹²⁰ *Ibid.* p. 189.

¹²¹ *Ibid.* p. 189.

¹²² *Ibid.* p. 190.

fenomenológica sobre o tempo. O filósofo acentua que “O vestígio é um dos instrumentos mais enigmáticos mediante o qual a narrativa histórica ‘refigura’ o tempo.”¹²³.

A primeira característica é um paradoxo: o passado tal como era não existe mais. Ao mesmo tempo, restos do passado sobrevivem no presente e nos lembram a todo momento da existência passada, de outros tempos. O paradoxo da presença e da ausência simultâneas do passado também faz parte do vestígio, pois este é uma marca ou sinal deixando por algo ou alguém que também não está mais presente. O exemplo que surge de imediato é o de um animal que, andando pela floresta, deixa suas pegadas na terra. O animal passou e deixou marcas. Ele não está mais presente, mas as marcas continuam ali, atestando sua anterior presença.

O vestígio carrega a anterioridade da ação, a presença da marca e a ausência do agente; ele atesta a existência de um passado por meio de sinais, restos, marcas deixadas por um agente. Os produtos da ação humana também geram marcas, sejam eles livros, edifícios, leis ou produções artísticas. A ação humana deixa vestígios a todo instante, sejam os autos de um processo ou as ruínas de uma antiga construção jesuíta nas Américas, a memória do celular ou um quadro retratando uma paisagem, a destruição da natureza ou as tecnológicas máquinas agrícolas.

São os homens do passado que deixaram sinais; mas são também os produtos de suas atividades, suas obras, portanto coisas que Heidegger diria dadas e maneáveis (ferramentas, moradas, templos, sepulturas, escritos) que deixaram uma marca. Nesse sentido, ter passado por ali e ter posto uma marca se equivalem: a passagem expressa melhor a dinâmica do vestígio, a marcação expressa melhor sua estática.¹²⁴

Como já foi dito, o vestígio é constituído da presença e da ausência. Ele atesta que algo aconteceu e indica o lugar da ação, guarda a possibilidade de ser investigado, ou seja, os vestígios podem ser enquadrados em cadeias causais que, se seguidas, vão levando a outros vestígios. Os promotores usam vestígios para criar acusações, os investigadores criminais buscam os vestígios para desvendar crimes, os juízes analisam vestígios para sentenciar e os historiadores buscam vestígios para compreender e criar representações fidedignas a respeito do passado. Os vestígios significam ao mesmo tempo a anterioridade e a presença do passado.

A segunda característica dos vestígios que colocamos é justamente a possibilidade de investigá-los estabelecendo relações causais, melhor dizendo, o vestígio pode ser seguido, investigado. Se a primeira característica que enunciamos foi a *significância* do vestígio, a segunda é a *causalidade* entre o agente que passou, a ação que ocorreu e a marca que ficou.

¹²³ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa 3*. São Paulo. WMF Martins Fontes. 2010. p.213.

¹²⁴ *Ibid.* p.204.

Nesse sentido, o autor afirma: “O *vestígio* é um efeito signo.”¹²⁵, pois ele pode ser lido como um raciocínio que vai investigando as ações em cadeias; ele sempre significa mais do que a marca deixada, a marcação anuncia que algo mais aconteceu ali, algo acessível apenas por meio da investigação.

O último aspecto enunciado por Ricoeur é a capacidade dos vestígios de serem datados e marcados no tempo do calendário. O historiador significa os restos do passado na medida em que trabalha com um processo que identifica, data, relaciona, interpreta e transforma esses restos do passado em vestígios, identificando uma cadeia causal de ações da qual aquele simples recorte fez parte. Vimos acima que uma marcação só acontece no tempo do calendário se ela for enunciada. Nesse sentido, o vestígio é mais um operador utilizado na narrativa como forma de refiguração da experiência temporal. No caso específico da narrativa histórica, o vestígio opera na construção da prova documental e do fato histórico: é quando identificada como vestígio que determinada documentação será relevante para a construção narrativa.

Aqui, mais uma vez, o processo de ficcionalização detalhado acima aparece como fundamental. É a partir de um ato de imaginação que se torna possível identificar a cadeia causal de um vestígio; além disso, é no ato de configuração que o vestígio se torna peça relevante (mímesis II). O vestígio como operador do tempo histórico faz parte da operação mimética descrita por Paul Ricoeur. De certa forma o vestígio, assim como os outros operadores do tempo histórico, possibilita que a narrativa cumpra seu papel de refigurar a temporalidade.¹²⁶

3.2 Outra leitura sobre o tempo e o espaço

Em *Tempo e narrativa* o interesse do autor era entender como o tempo figura e é configurado em narrativa, podendo ser refigurado por outros agentes leitores (mímesis I, II e

¹²⁵ *Ibid.* p.205. (grifo do autor)

¹²⁶ Tomamos a liberdade de colocar uma pergunta indigesta: é possível a partir do ato de configuração (mímesis II) falsear evidências e criar “fatos históricos” mentirosos? Obviamente a resposta é positiva. É possível que em uma narrativa evidências sejam falseadas de tal maneira que ela se apresente como um narrativa histórica, mas sem de fato ter construído um fato histórico. Essa possibilidade poderia negligentemente ser colocada nas costas dos procedimentos de ficcionalização. Entendemos, porém que ficcionalização (o ato de imaginar) é diferente de mentira. No caso a operação narrativa pode ser usada para criar informações falsas sobre o passado, mas também pode ser usada para se fazer narrativas historiográficas que construam fatos históricos de experiências passadas, além disso uma ficção também pode relatar experiências verdadeiras sobre o passado. Consideramos importante nessa reflexão a possibilidade de aprofundar nossa consciência sobre como estes procedimentos acontecem. Tanto narrativas que articulam provas documentais e constroem fatos históricos, quanto narrativas que falseiam a realidade do passado são construídas a partir da operação mimética descrita acima. Desta maneira, o ato de refiguração (o momento da leitura, da recepção) permite que historiografia e sociedade como um todo neguem narrativas consideradas falsas. Pretendemos voltar neste assunto mais detalhadamente em capítulo a frente, no qual discutiremos os *abusos* em torno da memória.

III). Os operadores do tempo histórico eram vistos então como “instrumentos de pensamento” que mediavam a interpretação do tempo da natureza e auxiliavam na leitura do tempo e na construção narrativa, que por sua vez tem como objetivo final refigurar a temporalidade (proporcionar uma leitura da experiência humana no tempo; proporcionar, a partir da atividade mimética, a possibilidade de que as experiências passadas sejam lidas, refiguradas e aproveitadas no mundo da ação, no tempo presente). Em *A memória, a história, o esquecimento*, Ricoeur debate novamente o tempo a partir de uma perspectiva histórica, retomando a discussão sobre o tempo histórico com outra ênfase.

Sobre a diferença entre as reflexões sobre o tempo nos dois livros citados, o autor informa no segundo que

Meu propósito, hoje, é diferente, na medida em que me importa menos a conciliação entre a perspectiva fenomenológica e a perspectiva cosmológica sobre o tempo do que a transição da memória viva à posição ‘extrínseca’ do conhecimento histórico. É então como uma das condições formais de possibilidade da operação historiográfica que retorna à noção de terceiro tempo.¹²⁷

Nesse sentido, a noção de terceiro tempo, ou melhor, de tempo histórico, é vista pelo autor como uma das condições formais para a efetivação da operação historiográfica. Entender como se opera o tempo articulado pelos historiadores e refletido pelos filósofos é essencial para compreender a historiografia, visto que a temporalidade pode ser entendida como um dos objetos dessa ciência. Já mostramos como o tempo é articulado pelos historiadores a partir da atividade mimética. Por outro lado, o tempo é refletido pelos filósofos.

Em *A memória, a história, o esquecimento*, o autor aborda o tempo histórico a partir das especulações teóricas sobre o tempo: cronosofias, cronometrias, cronologias e cronografias; todavia, o filósofo logo informa que “é sobre as grandes cronosofias da especulação a respeito do tempo que o tempo histórico é conquistado”¹²⁸. Ao longo das próximas páginas veremos como o “tempo histórico é conquistado”. Antes disso, podemos nos perguntar: o tempo pode ser lido pelos olhos do hermenêuta?

Na reflexão a respeito do tempo histórico, Paul Ricoeur diferencia cronosofias, cronometria, cronologia e cronografia. Segundo ele, a cronometria é a marcação do tempo que se repete, ou seja, dia, semana, mês, ano; já a cronologia é uma forma de organização temporal capaz de ordenar os acontecimentos “em função de datas e nomes”¹²⁹, que seria a “mais

¹²⁷ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora UNICAMP. 2014. p.163.

¹²⁸ *Ibid.* p. 165.

¹²⁹ *Ibid.* p. 165.

próxima da intenção historiadora”¹³⁰; a cronografia posiciona os acontecimentos um em relação aos outros, um depois do outro ou um por conta do outro (também com características próximas da intenção historiadora). Já as cronosofias são categorias que buscam entender o tempo como um todo: são representações temporais que buscam compreender a passagem do tempo a partir de uma filosofia ou de uma ideia.

O que aqui estamos chamando de grandes cronosofias do tempo são representações que buscam entender o tempo através de uma ideia motriz. Nesse caso o tempo seria um enigma que poderia ser desvendado, e a história deveria ser interpretada através dessa leitura do tempo. Nós já vimos que Paul Ricoeur considera o tempo uma aporia, todavia ao longo da experiência humana o tempo foi visto de várias maneiras. Foi lido e interpretado. As cronosofias eram tentativas de ler/desvendar o tempo. Estas cronosofias criadas por intelectuais são maneiras de ler o tempo e. Desta forma, influenciaram (mimesis I) a configuração narrativa (mimesis II) de gerações de historiografias e foram refiguradas (mimesis III) e assim inseridas na leitura de mundo de gerações de leitores (mimesis III).

O autor afirma que estudar as grandes cronosofias da história seria algo próximo de fazer uma “história da história”¹³¹.

A história que se pode fazer das grandes representações equivale a uma ‘história da história’, da qual, talvez os historiadores profissionais jamais consigam libertar-se, a partir do momento em que se trata de atribuir um significado aos fatos continuidade/descontinuidade, ciclo/linearidade, distinção em períodos ou eras.¹³²

Os próprios conceitos presentes na citação acima, de “continuidade/descontinuidade, ciclo/linearidade, distinção em períodos ou eras”, usados para dividir as cronologias e demarcar datas no tempo do calendário, muitas vezes derivam de uma leitura filosófica da experiência humana no tempo. É verdade que ao longo do tempo, o próprio tempo como elemento de reflexão foi visto de maneiras diferentes: foi interpretado, lido, enfim, visto de diferentes formas.

O conceito de épocas, a noção de repetição, as filosofias do progresso e a própria noção de acontecimentos fazem parte de cronosofias, filosofias especulativas sobre o tempo. Essas noções contribuíram para a formação do que chamamos aqui de tempo histórico e que entendemos como um dos fundamentos para a operação historiográfica. Mais do que isso, essas noções basearam – e de certa forma ainda baseiam – a produção historiadora.

¹³⁰ *Ibid.* p. 165.

¹³¹ *Ibid.* p. 165.

¹³² *Ibid.* p. 165.

A exemplo disso, o conceito de *épocas* é usado comumente na produção e no ensino da história. A história didática é marcada por uma periodização que divide o passado em eras, sistematizando o tempo a partir de acontecimentos, de continuidades e descontinuidades, enfim, a partir de cronosofias que demarcam o tempo e, portanto, o passado. “Assim, continuamos, no Ocidente, a dividir o ensino da história e até a pesquisa entre Antiguidade, Idade Média, Tempos Modernos, mundo contemporâneo.”¹³³

A partir da crítica da cronologia e das cronosofias, devemos questionar, juntamente com Paul Ricoeur, “pode-se fazer história sem periodização? Deixemos claro: não somente ensinar a história, mas produzi-la?”¹³⁴ Tudo indica que, apesar da contestação às estruturas, a historiografia necessita pelo menos do tempo do calendário, ou seja, da inscrição externa ao acontecimento, para demarcar o tempo das ações passadas. Todavia, a operação historiográfica não tem como função especular filosoficamente sobre o tempo, por isso ela não reflete diretamente sobre o ordenamento do tempo; ela pode até utilizar estes ordenamentos como documentações das leituras a respeito do tempo, apenas não depende deles para refigurar a experiência do homem no tempo em narrativas históricas.

O autor conclui esta reflexão sobre o tempo histórico da seguinte maneira:

O conhecimento histórico talvez jamais tenha solucionado essas visões do tempo histórico, quando fala de tempo cíclico ou linear, de tempo estacionário, de declínio ou de progresso. Não seria então tarefa de uma memória instruída pela história preservar o rastro dessa história especulativa multissecular e integrá-la a seu universo simbólico? Seria essa a mais elevada distinção da memória, não mais antes, mas depois da história. Os palácios da memória, lemos nas Confissões de Santo Agostinho, não encerram apenas lembranças de acontecimentos, regras de gramática, exemplos de retórica, eles preservam também teorias, inclusive aquelas que sob pretexto de abraçá-las, quase a sufocam.¹³⁵

A questão proposta não é superar as cronosofias e filosofias da história que marcaram interpretações sobre o tempo. Ao contrário, a ideia aqui é colocá-las, juntamente com outras memórias a respeito da temporalidade, no conhecimento histórico, ou seja, a partir da operação historiográfica fazer história das grandes cronosofias do tempo. Perguntamos acima se o tempo poderia ser lido pelos olhos do hermenêuta; consideramos, a partir do que foi dito nas páginas anteriores, que através da operação historiográfica é possível interpretar as diversas leituras humanas a respeito do tempo, pois elas também estão passíveis de ser configuradas em narrativa (mímesis II) e refiguradas em leitura (mímesis III).

¹³³ *Ibid.* p. 167.

¹³⁴ *Ibid.* p. 168.

¹³⁵ *Ibid.* p. 170.

Em *A memória, a história, o esquecimento*, o filósofo ainda faz uma interessante reflexão sobre o espaço como local de inscrição do passado. E o espaço, dá-se a ler aos olhos do hermenêuta? O que a geografia faz com o espaço a história não faria com o tempo? Por outro lado, o passado não estaria inscrito no espaço? O espaço, como veremos em seguida, é repleto de vestígios que, submetidos ao olhar atento dos historiadores, atestam o passado. A temporalidade está inscrita na espacialidade.

O historiador Fernand Braudel escreveu em *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Philippe II* a história de um espaço delimitado geograficamente. As transformações sociais ocorridas no mundo mediterrâneo são o objeto, mas o mundo mediterrâneo está sempre presente, mesmo com mudança de agentes sociais. Braudel utiliza o espaço, o mundo mediterrâneo, para pensar em longa duração. Ricoeur considera então que “O espaço é o meio de inscrição das transformações mais lentas que a história conhece.”¹³⁶. Nesse sentido, a reflexão historiográfica que tem o espaço como objeto é considerada exemplar para se construir narrativas que buscam refletir o tempo em longa duração. No caso, o objeto não é diretamente o espaço, mas as transformações inscritas nele. No espaço encontramos marcas que revelam e atestam o passado.

O autor considera que “Entre o tempo ‘narrado’ e o espaço ‘construído’ as analogias e as interferências abundam”¹³⁷. Ricoeur evoca a *Odisseia*, de Homero, como um grande exemplo de narrativa que tece em conjunto espaço e tempo, ou seja, locais e acontecimentos. Aqui, o filósofo inicia uma reflexão sobre o espaço, do ponto de vista do urbanismo, e a respeito do tempo, do ponto de vista da construção narrativa. É um ensejo para refletir em conjunto espaço, tempo, história e patrimônio. Os edifícios antigos que compõem os traçados urbanos configuram uma história que pode ser lida pelos habitantes da cidade.

É na escala do urbanismo que melhor se percebe o trabalho do tempo no espaço. Uma cidade confronta no mesmo espaço épocas diferentes, oferecendo ao olhar uma história sedimentada dos gostos e das formas culturais. A cidade se dá ao mesmo tempo a ver e a ler. O tempo narrado e o espaço habitado estão nela mais estreitamente associados do que no edifício isolado.¹³⁸

Diante do exposto, pode-se responder à pergunta evocada acima, qual seja, o espaço dá-se a ler aos olhos do hermenêuta? O passado está inscrito no espaço? Percebe-se que a resposta é positiva: o espaço é tanto lido quanto vivido; nele é possível perceber as marcas do passado,

¹³⁶ *Ibid.* p. 162.

¹³⁷ *Ibid.* p. 159.

¹³⁸ *Ibid.* p. 159.

encontrar muitas temporalidades, deparar-se com várias gerações. Aos olhos do historiador a cidade é reveladora de marcas do passado que resistem no presente. A cidade de Roma é um grande exemplo da multitemporalidade presente no espaço urbano, pois em um mesmo espaço é capaz de congrega construções da antiguidade, do período medieval, da modernidade e da contemporaneidade. Assim sendo, o espaço dá-se a ler aos olhos atentos do hermenêuta.

Da mesma maneira que afirmamos acima que as cronosofias a respeito do tempo podem ser interpretadas e configuradas em narrativa historiográfica (a partir do procedimento de mimesis II), afirmamos agora que o espaço também é interpretado e passa a figurar em narrativa. O espaço, quando lido, pode se tornar revelador do passado, pois ele tem em si inscrições que comprovam o passado. A memória, como vimos, está inscrita no espaço.

3.3 Apontamentos sobre o testemunho

Em *A memória, a história, o esquecimento*, o filósofo toca ainda na questão do testemunho como instância da memória declarada. O testemunho também pode ser configurado em narrativa pelos historiadores (mimesis II). A análise sobre o testemunho é elucidativa, pois “Com o testemunho inaugura-se um processo epistemológico que parte da memória declarada, passa pelo arquivo e pelos documentos e termina na prova documental.”¹³⁹ A partir da análise que Paul Ricoeur faz sobre o testemunho, poderemos mais uma vez fazer uma relação direta com a operação mimética (os três estágios de mimesis).

Segundo o autor, o testemunho pode ser analisado a partir de vários pontos de vista. Por um lado, 1. o arquivamento de testemunhos visando a consulta futura por parte dos historiadores e estudiosos das ciências humanas; 2. a função do testemunho na vida cotidiana, quando um sujeito compartilha algo com outro, e dá a sua palavra como prova, como testemunha. Por outro lado, 3. o testemunho é usado como evidência e prova em tribunais e, por fim, 4. o testemunho é visto como prova de atrocidades cometidas no passado, testemunho dos crimes contra a humanidade.

Os testemunhos podem ser vistos tanto por seu uso histórico quanto por seu uso jurídico. De saída já temos uma semelhança entre o uso jurídico e o uso historiográfico do testemunho: no caso, a aproximação do ato de testemunhar com o ato de contar. Aquele que testemunha conta sua história vivida a partir de uma narrativa (através do ato de configuração; mimesis II),

¹³⁹ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora UNICAMP. 2014.. p. 170.

o que já nos leva imediatamente a outra semelhança entre as operações; ambas têm uma característica em comum: a possibilidade de suspeitar, de duvidar da palavra da testemunha (leitura; refiguração; mimesis III).

Conforme já dissemos, o autor elenca algumas características presentes no ato de testemunhar. O primeiro componente do testemunho diz respeito à dualidade entre a realidade factual e o acontecimento relatado, o testemunho articulado em narrativa. A realidade do acontecimento, nesse caso, é atestada pela presença do narrador na cena vivida. Nesse momento já começa a possibilidade de duvidar da veracidade do fato relatado.

O segundo componente do testemunho é a autodesignação da testemunha como agente da ação. O testemunho tem um caráter autorreferencial e atesta assim a realidade do passado relatado. A testemunha afirma “eu estava lá”¹⁴⁰. Aqui é destacada uma diferença entre a percepção da testemunha e do receptor da história relatada. Nem sempre o vivido pela testemunha será interpretado da mesma forma pelo receptor.

Aos mesmo tempo, a autodesignação faz aflorar a opacidade inextricável de uma história pessoal que foi ela própria ‘enredada em histórias’. É por isso que a impressão afetiva de um acontecimento capaz de tocar a testemunha com força de um golpe não coincide necessariamente com a importância que lhe atribui o receptor do testemunho.

Aqui, pode-se fazer uma breve ligação entre o testemunho e a operação mimética descrita acima sob o título de tripla mimesis. A testemunha viveu e presenciou determinado acontecimento (mimesis I); ela articula esses acontecimentos em uma história, em uma narrativa (mimesis II); por fim, a narrativa articulada do testemunho, a narrativa configurada, é recebida por um agente externo e refigurada (mimesis III). Por isso, nem sempre o receptor do testemunho irá compreender o acontecimento relatado da mesma maneira que a testemunha que o viveu. A diferença aqui é a mesma que destacamos entre o acontecimento tal como foi e a história sobre o acontecimento.

O terceiro componente do testemunho é a autenticação da história relatada. Além do sujeito/testemunha dizer “eu estava lá”¹⁴¹, ele diz “acreditem em mim”¹⁴², confiem na minha palavra. O testemunho relatado só será autenticado quando o público receptor, seja ele um júri, um juiz ou historiadores, atestarem a veracidade da história contada.

A autenticação do testemunho só será então completa após a resposta em eco daquele que recebe o testemunho e o aceita; o testemunho, a partir desse

¹⁴⁰ *Ibid.* p. 172.

¹⁴¹ *Ibid.* p. 173.

¹⁴² *Ibid.* p. 173.

instante, está não apenas autenticado, ele está acreditado. É o credenciamento, enquanto processo em curso, que abre a alternativa da qual partimos entre a confiança e a suspeita.¹⁴³

Destacar a suspeita a respeito do testemunho é de extrema importância, pois é a partir dela que se torna possível provar a veracidade da história relatada. É suspeitando, questionando, levantando possíveis contraditórios que se chega mais próximo do real da situação vivida. Assim, caminhamos para a quarta característica levantada por Ricoeur sobre o testemunho: a possibilidade de contrapor testemunhos a partir das dúvidas.

O testemunho abre caminho para um “espaço de controvérsia”. Esse espaço se dá no debate público sobre a história relatada. Depois da testemunha dizer “eu estava lá, acreditem em mim”, ela acrescenta: “se não acreditarem em mim, perguntem a outra pessoa”¹⁴⁴. A testemunha, de pronto, aceita ser colocada em xeque, aceita que sua palavra seja duvidada e que possa ser colocada em contradição com a palavra de outras testemunhas. Segundo Ricoeur, “A possibilidade de suspeitar cria por sua vez um espaço de controvérsia no qual vários testemunhos e várias testemunhas se veem confrontados.”¹⁴⁵. E ele acrescenta em seguida: “A testemunha é então a pessoa que aceita ser convocada a responder a um chamado eventualmente contraditório.”¹⁴⁶.

Assim sendo, da dúvida e da suspeita surge a possibilidade de contrapor a palavra de uma testemunha à de outras. Dessa contraposição entre histórias consegue-se chegar a uma conclusão a respeito da veracidade da história relatada. A dúvida e a suspeita são, portanto, dos componentes mais importantes do testemunho. É preciso duvidar para atestar.

Assim sendo, da dúvida e da suspeita surge a possibilidade de contrapor a palavra de uma testemunha à de outras. Dessa contraposição entre histórias consegue-se chegar a uma conclusão a respeito da veracidade da história relatada. A dúvida e a suspeita são, portanto, dos componentes mais importantes do testemunho. É preciso duvidar para atestar.

Caminhamos então para o quinto componente do testemunho levantado por Paul Ricoeur: a manutenção do testemunho ao longo do tempo. Nesse caso, a palavra da testemunha se assemelha à noção de promessa. Um bom exemplo são os tribunais que cobram da testemunha um juramento a respeito de sua palavra antes de a história ser relatada. O falso testemunho é passível de punição. O testemunho mais confiável é aquele capaz de manter sua palavra com o passar do tempo.

¹⁴³ *Ibid.* p. 173.

¹⁴⁴ *Ibid.* p. 173.

¹⁴⁵ *Ibid.* p. 173.

¹⁴⁶ *Ibid.* p. 174.

A testemunha mais confiável é aquela que pode manter seu testemunho no tempo. Essa manutenção aproxima o testemunho da promessa, mais precisamente da promessa anterior a todas as promessas, a de manter sua promessa, de manter a palavra [...] A testemunha deve ser capaz de responder por suas afirmações diante de quem quer que lhe peça contas delas.¹⁴⁷

Para fins jurídicos, a testemunha está passível de punição caso venha a mentir ou a relatar uma história duvidosa. O uso historiográfico do testemunho não tem essa característica de controle. Todavia, além de usar os procedimentos da dúvida relatados acima, o historiador buscará por meio da configuração narrativa (mímesis II) utilizar o testemunho como prova documental e, como vimos acima, a prova documental é construída enquanto vestígio na configuração da narrativa histórica. Por fim, o testemunho é lido pelo historiador (mímesis III) antes de ser articulado em narrativa (mímesis II) e estar novamente disponível para refiguração por parte de outro agente leitor.

A respeito do testemunho, destacamos os seguintes fatores centrais: 1. o testemunho atesta a anterioridade do passado e a veracidade dos acontecimentos com a sua presença na ação relatada; 2. a ação relatada está em xeque, pois é colocada em dúvida pela audiência receptora (júri, juízes ou historiadores); 3. a dúvida é um importante componente, sendo que a partir dela se torna possível atestar a veracidade do testemunho; 4. O testemunho se aproxima da promessa no momento em que a testemunha se dispõe a defender o relato diante de qualquer audiência.

Gostaríamos de destacar mais um vez a similitude entre a estrutura proposta para o testemunho e a estrutura da atividade mimética exposta em capítulo precedente desta dissertação. Assim como a atividade mimética, o testemunho precisa de uma audiência receptora capaz de entender aquilo que está sendo relatado. A testemunha carrega uma bagagem pessoal: ela estava lá, viveu, sentiu, sofreu, sobreviveu. Nem sempre o mesmo acontece com o receptor. O autor diz que “Há testemunhas que jamais encontram a audiência capaz de escutá-las e entendê-las”¹⁴⁸. É papel dos historiadores e dos cientistas sociais dar voz aos testemunhos a partir da construção narrativa que busca a explicação e a compreensão. Os testemunhos são configurados em narrativas como vestígios.¹⁴⁹

¹⁴⁷ *Ibid.* p. 174.

¹⁴⁸ *Ibid.* p. 175

¹⁴⁹ Aqui não poderíamos deixar de destacar o importante papel da ficção, neste caso, a literatura consegue se aproximar mais do sentimento vivido em situações dramáticas do que a historiografia ou a própria justiça. Acreditamos que a literatura consegue desenvolver esse papel com maior força, pois não tem necessidade de estabelecer relações entre acontecimento e nem a obrigação de refigurar a experiência histórica com referências diretas ao passado. A narrativa ficcional consegue usar muito mais do poder do ato de imaginação e tem a possibilidade de criar representações que toquem há audiência “com a força de um golpe”.

Estes eram os pontos que intencionávamos destacar da análise de Paul Ricoeur sobre o testemunho. Levando em consideração o que já falamos no início deste capítulo, percebemos como a estrutura utilizada no ato de testemunhar carrega semelhanças com aquelas que expusemos na operação mimética. A testemunha viveu uma situação (mímesis I), a configurou em narrativa (mímesis II) e a contou para uma audiência (mímesis III) que usa a dúvida como método de autenticação.¹⁵⁰

¹⁵⁰ Mais uma vez podemos colocar uma pergunta indigesta: é possível que no ato de configuração a testemunha selecione ou mesmo adultere a história que está narrando? Novamente a resposta é positiva, não poderia ser diferente. Todavia, relacionando o ato da testemunha com o da operação mimética e colocando a possibilidade de duvidar como ponto central da autenticação das testemunhas, consideramos que a partir de mimesis III (isto é, através do ato da refiguração, da interpretação) se torna possível contrapor testemunhos com outras documentações e chegar mais próximo da veracidade do caso em questão. Nenhuma teoria científica do mundo será capaz de impedir os seres humanos de criarem mentiras e fantasias (ainda mais quando estas se apresentam como alternativa diante de um processo judicial). Por isso, destacamos mais uma vez que a dúvida deve ser um ponto central: tanto na interpretação de documentos, quanto do processo de autenticação do testemunho.

Capítulo 4: Os abusos em torno da memória

Em nosso último capítulo debatemos os operadores do tempo histórico. Estes foram vistos como instrumentos de pensamento utilizados e alimentados pela prática histórica. A noção de vestígio foi destacada como item importante na significação e na construção dos *atos* históricos. Procuramos enfatizar que é através da dúvida que se torna possível averiguar e atestar informações do passado e assim configurá-las em narrativas históricas. Agora buscaremos abordar os limites da construção das narrativas históricas: os usos e abusos em torno das memórias.

No primeiro item deste capítulo, abordaremos quatro formas de abusos em torno da experiência passada. Paul Ricoeur os debate em três níveis: 1. Patológico-terapêutico (isto é, a memória impedida por algum trauma físico ou psicológico); 2. Prático (a manipulação em torno da memória); 3. Ético-político (a memória comandada em prol de grupos políticos). Aqui, mais uma vez, será possível estabelecermos relações diretas com a operação mimética (mimesis III) e com a prática histórica.

No segundo item do capítulo, entraremos em contato com um caso de disputa em torno de experiências passadas no Brasil. A partir deste caso buscaremos instrumentalizar os conceitos propostos por Ricoeur, para assim identificar a manipulação da memória a partir da configuração narrativa neste caso brasileiro.

4.1 Usos e abusos na configuração narrativa

Em *A memória, a história, o esquecimento*¹⁵¹ Paul Ricoeur debate três níveis de abusos da memória. Um “nível patológico-terapêutico”, um “prático” e, por fim, um “ético-político”¹⁵². Em cada um dos níveis é possível encontrar pontes de reflexão com a prática histórica, o que procuraremos demonstrar nas páginas que se seguem.

O autor começa com um debate relacionado à psicanálise, buscando jogar com categorias da análise e transpô-las para uma reflexão sociológica. No segundo nível são pensadas possíveis instrumentalizações da memória, principalmente em nível próximo à política. Por fim, reflete-se sobre a necessidade de não esquecer determinados acontecimentos

¹⁵¹ RICOEUR, PAUL. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora UNICAMP. 2014.

¹⁵² *Ibid.* p. 82-104.

marcados pelo horror. “Assim, esse percurso de nível em nível tornar-se-á um percurso de figura em figura dos usos e abusos da memória, desde a memória *impedida* até a memória *obrigada*, passando pela memória *manipulada*.”¹⁵³. No texto que se segue abordaremos os três níveis de abuso em torno da memória elencados por Ricoeur. Procuraremos relacioná-los com o que foi discutido ao longo desta dissertação: a atividade mimética, a operação historiográfica e a relação dos seres humanos com a experiência temporal articulada em narrativa.

No primeiro nível, intitulado patológico-terapêutico, o autor fala sobre a *memória impedida*. O próprio título da explanação já deixa indícios do caminho seguido por essa reflexão, que pensa o conceito de trauma, de memória traumática, em consonância com a tradição psicanalítica, principalmente uma leitura da psicanálise ligada à hermenêutica de Habermas. Nesse momento, fala-se em memória doente, enferma, em memórias difíceis de serem refiguradas, ditas, lembradas, superadas. Por conseguinte, a articulação das memórias em narrativas, e sua possível refiguração em leitura e ação, mostram-se como ferramentas capazes de ajudar no “tratamento” dessas memórias enfermas.

O interesse nessa parte da reflexão é transpor categorias da psicanálise para uma análise social das memórias e dos traumas coletivos. São categorias pensadas e aplicadas em questões individuais, mas que podem ser transpostas e instrumentalizadas em análises sobre o coletivo.

Até que ponto, indagaremos primeiro, estamos autorizados a aplicar à memória coletiva categorias forjadas no debate analítico, portanto, num nível interpessoal, marcado principalmente pela mediação da transferência?¹⁵⁴

A resposta dada na sequência do subcapítulo será positiva. O autor entende que, ao olhar para o plano da memória coletiva, encontramos o equivalente a patologias expostas pela psicanálise. Duas justificativas são encontradas para tal transposição: 1. Os textos de Freud já tocavam em assuntos relacionados a questões sociais e históricas; 2. Interpretações da teoria analítica mais próximas à hermenêutica e análises fenomenológicas das memórias traumáticas. Sobre essa transposição, Ricoeur afirma que

Foi facilitada por certas reinterpretações da psicanálise próximas da hermenêutica, como se vê em alguns trabalhos antigos de Habermas, nos quais a psicanálise é reformulada em termos de dessimbolização e ressimbolização, e nos quais a ênfase recai no papel das distorções sistemáticas da comunicação no plano das ciências sociais.¹⁵⁵

¹⁵³ *Ibid.* p.83.

¹⁵⁴ *Ibid.* p.83.

¹⁵⁵ *Ibid.* p. 91.

Nesse sentido, é no processo de dessimbolização e ressimbolização, que podemos ligar ao da construção narrativa, já exposto em capítulo precedente, que a possível cura oferecida pela psicanálise é exposta. A elaboração das memórias traumáticas como narrativa permite novas interpretações sobre elas, permitindo inclusive, a descoberta de elos impedidos dessas memórias. Antes de adentrarmos a justificativa que Ricoeur utiliza para transpor as categorias analíticas para uma reflexão social, explanaremos o debate conceitual exposto nessa parte de *A memória, a história, o esquecimento*.

Como já foi dito, nesse estágio da discussão é debatida uma memória ferida, enferma, doente. As memórias traumáticas resistem ao trabalho de interpretação, dificultam a formulação e reformulação, justamente por serem lembranças delicadas e carregadas de ferimentos. Segundo Ricoeur, Freud falava em compulsão da repetição e em substituição da lembrança por ação repetitiva e não refletida. Aqui é apontado um vínculo entre a memória traumática e a compulsão por repeti-la como ação, sem reflexão. A ação irrefletida acaba substituindo a lembrança e se torna compulsão repetitiva, não permitindo a devida reformulação.

A lembrança traumática, desse ponto de vista patológico, só pode ser devidamente interpretada diante de um trabalho de rememoração. Aqui deve-se destacar a palavra trabalho, referindo-se tanto à construção de interpretar e reinterpretar o trauma quanto à contribuição do analisando nesse processo. A rememoração através da configuração narrativa

ênfatiza não somente o caráter dinâmico do processo inteiro, mas a colaboração do analisando nesse trabalho. É em relação com essa noção de trabalho, enunciada em sua forma verbal, que se torna possível falar da própria lembrança, assim liberada, como de um trabalho, o ‘trabalho de rememoração’.¹⁵⁶

Podemos aqui questionar até que ponto o referido trabalho de rememoração não é feito através de uma estrutura parecida com a operação mimética. Parece-nos que através da construção narrativa (mímesis II), é possível trabalhar memórias delicadas (mímesis I) e, talvez, conseguir ressignificá-las, refigurá-las (mímesis III). Devemos destacar ainda que esta análise é feita tanto em nível pessoal quanto coletivo. As sociedades também demonstram necessidade de ressignificar momentos conturbados, situações de conflitos, memórias traumáticas. Se radicalizarmos essa tese, a articulação narrativa da experiência passada pode ser vista como uma espécie de “terapia”.

¹⁵⁶ *Ibid.* p.84.

O trabalho que leva à superação de memórias traumáticas é um trabalho de luto. O luto é visto como uma consequência do desejo que não pode mais se efetivar. O luto pode trazer a superação do estágio melancólico e o trabalho de luto tem como produto a lembrança refigurada, reelaborada, ressignificada.

É por esse aspecto que o trabalho de luto pode ser comparado com o trabalho de lembrança. Se o trabalho de melancolia ocupa neste ensaio uma posição estratégica paralela à que a compulsão de repetição ocupa no anterior, pode-se sugerir que é enquanto trabalho da lembrança que o trabalho de luto se revela custosamente, mas também reciprocamente, libertador. O trabalho de luto é o custo do trabalho de lembrança; mas o trabalho de lembrança é o benefício do trabalho de luto.¹⁵⁷

Por conseguinte, o trabalho de interpretação e de construção narrativa das memórias traumáticas pode romper o ciclo compulsivo repetitivo da memória traumática, que é impedida de ser devidamente rememorada, digerida, ressignificada. Lembrar memórias traumáticas é um exercício custoso, que exige o passar do tempo. Nesse sentido, Ricoeur fala que “o tempo de luto não deixa de ter relação com a paciência que a análise demandava a respeito da passagem da repetição à lembrança. A lembrança não se refere apenas ao tempo: ela também requer tempo – um tempo de luto.”¹⁵⁸ A memória traumática, o tempo enlutado, podem ser refigurados e sublimados, transformando-se em trauma sublimado.

Agora voltamos à pergunta inicial proposta pelo autor: é possível transpor as categorias analíticas para uma análise do social e da memória coletiva? Como já dissemos, Ricoeur encontra justificativas por dois lados: uma na própria obra de Freud e na interpretação da psicanálise proposta pela hermenêutica de Habermas, e outra em uma ligação entre as patologias encontradas na prática da psicanálise e na memória coletiva. Sobre a justificativa encontrada em Freud é dito que

Do lado de Freud, ter-se-ão notado as várias alusões a situações que ultrapassam de longe a cena psicanalítica, tanto para o trabalho de lembrança como para o de luto. Essa ampliação é tanto mais esperada pelo fato de todas as situações evocadas na cura psicanalítica terem a ver com *o outro*, não somente aquele do ‘romance familiar, mas o outro psicossocial e, por assim dizer, o outro da situação histórica.’¹⁵⁹

O autor continua a citação encontrando, em outros ensaios de Freud, indicações da possibilidade de transpor legitimamente as categorias analíticas para uma reflexão social no

¹⁵⁷ *Ibid.* p. 86.

¹⁵⁸ *Ibid.* p. 87.

¹⁵⁹ *Ibid.* p. 91.

âmbito da memória coletiva. Por outro lado, a transposição das categorias analíticas para uma análise da memória coletiva é feita pela identificação de patologias na memória próximas àquelas encontradas na prática analítica, isto é, memórias impedidas, não ressignificadas, com traços de compulsão repetitiva.

Nesse momento é evocada uma interpretação da experiência humana no tempo, que tem como estrutura fundamental a violência. O ser humano é envolto em memórias traumáticas, a experiência humana no tempo é repleta de traumas, de situações difíceis de lembrar. Ricoeur, evocando a filosofia política de Hobbes, lembra a seus leitores que “não existe nenhuma comunidade histórica que não tenha nascido de uma relação que possa se comparar sem hesitação à guerra.”.¹⁶⁰

Acima, enquanto debatíamos os processos de ficcionalização da história e historicização da ficção, já havíamos colocado que o paradigma da violência faz parte das grandes narrativas fundadoras dos estados-nações. Aqui podemos pensar a relação quase umbilical entre a experiência humana no tempo e a violência. O estado de violência que marca a experiência humana no tempo é aqui evocado como justificativa para transpor as categorias da psicanálise para o plano da memória coletiva

A transposição das categorias patológicas para o plano da história justificar-se-ia mais completamente caso se conseguisse mostrar que ela não se aplica apenas às situações excepcionais evocadas acima, mas que elas se devem a uma estrutura fundamental da existência coletiva. O que se deve evocar aqui é a relação fundamental da história com a violência.¹⁶¹

É preciso ainda elucidar como essa transposição de categorias da psicanálise para o plano da memória coletiva acontece. Nesse sentido, o autor evoca que o excesso de memória pode ser visto em paralelo com aquilo que foi denominado compulsão pela repetição, pela memória em forma de ação não refletida. Podemos perguntar: o excesso de esquecimento também pode ser visto como uma repressão? A resposta é positiva. Segundo o autor, o déficit de memória em determinados assuntos é um sintoma, pois

O que uns cultivam com deleite lúgubre e outros evitam com consciência pesada é a mesma memória repetição. Uns gostam de nela se perder, outros temem ser por ela engolidos. Entretanto, uns e outros sofrem do mesmo *déficit de crítica*. Eles não alcançam o que Freud chamava de trabalho de rememoração.¹⁶²

¹⁶⁰ *Ibid.* p.92.

¹⁶¹ *Ibid.* p.92.

¹⁶² *Ibid.* p.93. grifos do autor.

A compulsão por determinadas memórias e o excesso de celebrações em alguns casos também podem ser vistos como um sintoma da compulsão repetitiva. A lembrança é impedida de acontecer por falta de reflexão crítica sobre a mesma. No plano social é possível ainda encontrar repetições no nível da ação, comportamentos coletivos que se repetem e, normalmente, têm como base a violência. No caso da experiência brasileira, o sociólogo Jessé Souza¹⁶³ nota no brasileiro uma propensão a comportamentos autoritários. Souza entende que esta é uma herança não refletida dos anos em que a escravidão vigorou no país. Sobre o paralelo entre excesso de memória e compulsão de repetição, Ricoeur afirma o seguinte:

O *excesso de memória* lembra muito a *compulsão de repetição*, a qual, segundo Freud, nos leva a substituir a lembrança verdadeira, pela qual o presente estaria reconciliado com o passado, pela passagem ao ato: quantas violências no mundo valem como *acting out* ‘no lugar’ da lembrança! Pode-se até falar, caso se queira, em memória-repetição a respeito dessas celebrações fúnebres, mas apenas para acrescentar logo em seguida que essa memória-repetição resiste à crítica e que a memória-lembrança é fundamentalmente uma memória crítica.¹⁶⁴

A memória-lembrança é colocada em contraposição à memória-repetição. A memória em forma de lembrança é vista como um memória crítica, isto é, pensada, refletida, sem sintomas de compulsão repetitiva. Transpondo-a para uma análise social da experiência humana, podemos perguntar: essa memória-lembrança seria o papel da historiografia enquanto estudo crítico do passado? Segundo o lugar que Ricoeur reserva para a historiografia no livro *A memória, a história, o esquecimento*, a resposta é afirmativa, pois este lugar é de crítica, reflexão, vigilância e controle da memória coletiva.

Passamos agora ao segundo nível exposto pelo autor: a memória *manipulada*. Neste, que é um nível prático, o autor pensa em situações em que a memória pode ser manipulada para usos ideológicos-políticos. Essa manipulação da memória por agentes políticos é um dos temas que guiam essa reflexão. Uma das situações em que o passado é manipulado se dá na busca de legitimação para ações no tempo presente por determinado grupo. Já vimos acima que a narrativa quando refigurada como leitura (mímesis III) pode ser reutilizada no mundo em forma de ação. A narrativa política sobre o passado também é uma forma de ação política. Os grupos manipulam a experiência passada em busca de legitimação para ações e problemas levantados pelo presente.

¹⁶³ SOUZA, Jessé. *A elite do atraso – da escravidão a laja jato*. Rio de Janeiro: Editora Leya. 2017.

¹⁶⁴ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora UNICAMP. 2014. p.92. grifos do autor.

Nesse nível da memória *manipulada*, torna-se evidente a relação com a construção/configuração narrativa (mimesis II). É na articulação do *mythos* que as memórias são manipuladas, adulteradas. Abusos de memórias não se restringem apenas a manipulação: manipulações de memória também podem ser abusos de esquecimento. Aqui se fala mais de memória instrumentalizada, fazendo uso de uma “categoria weberiana de racionalidade segundo um fim – *Zweckrationalität* – oposta à de racionalidade segundo um valor – *Wertrationalität*”¹⁶⁵. O autor diz que

Um lugar distinto deve ser criado, ao lado das modalidades mais ou menos passivas, sofridas, padecidas, desses ‘abusos’, para abusos, no sentido forte do termo, que resultam de uma manipulação concertada da memória e do esquecimento por detentores de poder. Falarei então menos em memória ferida do que em memória instrumentalizada. [...]. É nesse plano que se pode mais legitimamente falar em abusos de memória, que são também abusos de esquecimento.¹⁶⁶

O autor trata da memória coletiva em conjunto e em cruzamento com a categoria de identidade, tanto individual quanto coletiva. Para Paul Ricoeur, a identidade deve ser vista como identidade narrativa. A defesa do conceito de identidade narrativa já foi exposta em capítulo precedente: ela gira em torno da possibilidade de englobar mudanças, uma especificidade da configuração narrativa. Além disso, a *identidade narrativa* exposta por Ricoeur tem a capacidade de, a partir da narrativa e do trabalho de lembrança, refigurar situações traumáticas e ressignificá-las, tanto em um plano individual quanto coletivo.

O problema da identidade surge nesse estágio da discussão por ser motivo de fragilidade. No caso, a possibilidade de manipulação da memória coletiva deriva da fragilidade da identidade coletiva. O autor questiona: “O que faz a fragilidade da identidade?”¹⁶⁷. São apontadas três causas dessa fragilidade.

Por um lado, a identidade narrativa está ligada à resposta à pergunta sobre o ‘quem’ da ação, e quando essa resposta se pretende única, invariável, imutável, ela se torna frágil. O ser e as coletividades são mutáveis, passam por mudanças ao longo da experiência histórica. Identidades que se pretendem definitivas são frágeis. Ricoeur discutiu isso em *O si mesmo como outro* e o assunto foi por nós debatido em capítulo precedente. A questão também está ligada à invariável passagem do tempo: como se manter o mesmo ao longo da temporalidade? Isso seria possível? Ao pensar questões como essas, o autor defende um conceito de identidade que englobe mudanças e, por isso, uma identidade narrativa.

¹⁶⁵ *Ibid.* p. 93.

¹⁶⁶ *Ibid.* p. 93-94.

¹⁶⁷ *Ibid.* p. 94.

Como causa primeira da fragilidade da identidade é preciso mencionar sua relação difícil com o tempo; [...]. Ora, a relação com o tempo cria dificuldades em razão do caráter ambíguo do mesmo, implícita na do idêntico. De fato, o que significa permanecer o mesmo através do tempo? Já enfrentei, no passado, esse enigma para o qual propus distinguir dois sentidos do idêntico: o mesmo como *idem*, *same*, *gleich* – o mesmo como *ipse*, *self*, *Selbst*. Pareceu-me que a manutenção do si no tempo repousa num jogo complexo entre ipseidade e mesmidade.¹⁶⁸

Por outro lado, é apontada uma segunda causa de fragilidade: o outro. A figura do outro pode ser vista como uma ameaça à identidade frágil, tanto de coletividades quanto no nível individual. O outro revela a fragilidade das identidades e pode acabar facilitando as possíveis manipulações da memória.

Sobre a questão do outro como fonte de fragilidade das identidades, o autor diz que

Certamente isso pode constituir uma surpresa: será mesmo preciso que nossa identidade seja frágil a ponto de não conseguir suportar, não conseguir tolerar que outros tenham modos de levar sua vida, de se compreender, de inscrever sua própria identidade na trama do viver-juntos, diferentes dos nossos? Assim é. São mesmo as humilhações, os ataques reais ou imaginários à autoestima, sob os golpes da alteridade mal tolerada, que fazem a relação que o mesmo mantém com o outro mudar da acolhida à rejeição, à exclusão.¹⁶⁹

A última causa apontada pelo autor diz respeito à própria experiência histórica do homem ao longo do tempo. Como já dissemos, ela foi marcada pela violência e, por conseguinte, a reflexão sobre a experiência histórica (mediada e feita pela historiografia) também é marcada pela violência como símbolo. Os acontecimentos comemorados como fundadores normalmente são ligados a conflitos e guerras. Nesse caso, a memória coletiva é repleta de marcas e ferimentos, poucas vezes formulados em forma de memória-lembrança, e muitas vezes celebrados como afirmação de identidades coletivas e de poderes que buscam legitimação.

Sobre a terceira causa de fragilidade das identidades, o autor diz o seguinte:

A terceira causa de fragilidade é a herança da violência fundadora. É fato não existir comunidade histórica alguma que não tenha nascido de uma relação, a qual se pode chamar de original, com a guerra. O que celebramos com o nome de acontecimentos fundadores são essencialmente atos violentos legitimados posteriormente por um Estado de direito precário; legitimados, no limite, por sua própria antiguidade, por sua vetustez. Assim, os mesmos acontecimentos podem significar glória para uns e humilhação para outros. A celebração, de um lado, corresponde à execração, do outro. É

¹⁶⁸ *Ibid.* p. 94.

¹⁶⁹ *Ibid.* p. 94.

assim que se armazenam, nos arquivos da memória coletiva, feridas reais e simbólicas.¹⁷⁰

As “feridas reais e simbólicas” que “se armazenam nos arquivos da memória coletiva” são memórias-impedidas pelo trauma ou pelo uso/agenciamento político que se faz delas. O uso político das memórias é feito por meio da configuração narrativa, através do agenciamento dos fatos, do *mythos* explicado e teorizado por Aristóteles (o procedimento foi descrito em nosso primeiro capítulo como o segundo estágio da atividade mimética, a configuração).

Na sequência, Ricoeur evoca o que foi denominado fenômeno da ideologia. O autor discutiu o tema da ideologia no livro *Ideologia e Utopia*¹⁷¹. Aqui ele retoma a discussão para pensar a intrínseca relação das ideologias com as estruturas de poder. O autor diz que “Definitivamente, a ideologia gira em torno do poder.”¹⁷². A ideologia é utilizada para fundamentar poderes e legitimar ações políticas no presente. No caso da narrativa histórica e dos usos políticos da memória, ela pode ser usada como uma lente que filtra os acontecimentos relatados de acordo com o que interessa.

Para o autor, o que a “ideologia busca legitimar é a autoridade da ordem ou do poder – ordem, no sentido da relação orgânica entre todo e parte; poder, no sentido da relação hierárquica entre governantes e governados.”¹⁷³. Desta maneira, conclui-se que as ideologias contribuem para legitimar os poderes perante os governados e ordená-los, organizá-los. Para o interesse desse texto, destacamos de que forma o fenômeno da ideologia, juntamente com a narrativa sobre o passado (não necessariamente historiográfica), pode mudar, selecionar, ocultar, adulterar, enfim, fazer uso do passado, através da construção narrativa (mimesis II). Essa leitura manipulada sobre a experiência passada pode vir a figurar no mundo por meio da leitura (mimesis III). Desta maneira, as narrativas sobre o passado, tanto aquelas “honestas” em relação ao que relatam quanto as que manipulam intencionalmente as memórias, podem ser vistas como uma maneira de ação no tempo presente.

Para pensar essa relação entre ideologia e autoridade, o autor debate com conceitos propostos pelo sociólogo Max Weber. Sobre a questão da legitimação dos poderes, Paul Ricoeur diz que

Toda análise weberiana do poder gira em torno da pretensão de legitimidade erigida por toda forma de poder, quer seja carismática, tradicional ou burocrática; logo, tudo depende da natureza do nó – do nexus – que vincula

¹⁷⁰ *Ibid.* p. 95.

¹⁷¹ RICOEUR, Paul. *A ideologia e a utopia*. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2015.

¹⁷² RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora UNICAMP. 2014 p. 96.

¹⁷³ *Ibid.* p. 96.

as pretensões de legitimidade levantadas pelos governantes à crença na dita autoridade por parte dos governados. Nesse nó reside o paradoxo da autoridade. Pode-se presumir que a ideologia advém precisamente da brecha entre a demanda de legitimidade que emana de um sistema de autoridade e nossa resposta em termos de crença. A ideologia *acrescentaria* uma espécie de mais-valia à nossa crença espontânea, graças à qual esta poderia satisfazer às demandas da autoridade.¹⁷⁴

A legitimação da autoridade por meio dos sistemas ideológicos acontece também na configuração narrativa (mímesis II). O *mythos* proposto por Aristóteles, e identificado aqui como o ponto central da construção narrativa, permite que as ideologias façam parte da composição. O problema não é da historiografia, mas de toda análise sobre a experiência humana no tempo. Os poderes são construídos ao longo do tempo e, por isso, precisam de legitimidade histórica. Além disso, ações políticas no presente buscam legitimação no passado.

A análise feita desse ponto da obra de Max Weber entende que a legitimidade do poder acontece pela crença. Defendemos aqui que a configuração de narrativas sobre o passado em consonância com as ideologias é que fundamenta as crenças. Paul Ricoeur afirma que “Max Weber dá crédito à presente hipótese ao definir os tipos de legitimidade, seus imperativos e suas exigências, a partir dos tipos de crença ‘em virtude das quais’ a ordem é legitimada, o poder justificado.”¹⁷⁵ Nesse sentido, o fenômeno ideológico atua na composição/configuração narrativa em busca de legitimação e justificação para ações políticas no presente. Nesse caso, o discurso pode se referir ao passado, mas suas intenções estão pautadas em ações do presente.

Em relação a essa função legitimadora da ideologia junto com a articulação narrativa, o autor afirma que

No plano mais profundo, o das mediações simbólicas da ação, a memória é incorporada à constituição da identidade por meio da função narrativa. A ideologização da memória torna-se possível pelos recursos de variação oferecidos pelo trabalho de configuração narrativa. E como os personagens da narrativa são postos na trama simultaneamente à história narrada, a configuração narrativa contribui para modelar a identidade dos protagonistas da ação ao mesmo tempo que os contornos da própria ação. [...] É mais precisamente a função seletiva da narrativa que oferece à manipulação a oportunidade e os meios de uma estratégia engenhosa que consiste, de saída, numa estratégia do esquecimento tanto quanto da rememoração.¹⁷⁶

A função seletiva da narrativa oferece para os operadores do poder e para o Estado possibilidades de controle das narrativas. Controle por parte de alguns grupos, disputa entre alguns grupos. A produção de narrativas, por consequência, torna-se campo de batalhas

¹⁷⁴ *Ibid.* p. 96.

¹⁷⁵ *Ibid.* p.98.

¹⁷⁶ *Ibid.* p.98.

ideológicas que têm como intenção última agir no tempo presente. Mais uma vez, conseguimos observar os três estágios da operação mimética em uso.

Pensando essa relação entre ideologia, construção narrativa e dominação, o autor busca explicitar que a dominação também acontece no nível simbólico. Ricoeur afirma que

É no nível em que a ideologia opera como discurso justificador do poder, da dominação, que se veem mobilizados os recursos de manipulação que a narrativa oferece. A dominação, como vimos, não se limita à coerção física. Até o tirano precisa de um retórico, de um sofista, para transformar em discurso sua empreitada de sedução e intimidação. Assim, a narrativa imposta se torna o instrumento privilegiado dessa dupla operação.¹⁷⁷

Ainda podemos destacar mais um produto da soma entre narrativa, ideologia e legitimação do poder: as imposições feitas no plano institucional. Datas comemorativas, feriados, desfiles etc. são exemplos de imposições institucionais que estabelecem determinadas celebrações para relembrar o passado, com a intenção última de legitimar instituições e poderes. Paul Ricoeur diz que no plano institucional temos “história ensinada, história aprendida, mas também história celebrada”. O ensino da história contribui então para a formação identitária de determinadas comunidades.

Agora entramos em outro nível de abuso da memória: o *ético-político*. Neste falaremos do denominado dever de memória. O dever de não esquecer determinados acontecimentos do passado surge em uma situação específica: os horrores vivenciados durante o século XX. Partindo desse ponto, Ricoeur entra em uma querela que envolve tanto a memória dos sobreviventes quanto “o olhar distanciado e crítico do historiador, para não mencionar o do juiz.”¹⁷⁸. Esse debate envolve historiografia e justiça em um mesmo contexto, tratando de situações históricas que necessitam ser resolvidas judicialmente e, ao mesmo tempo, refletidas por historiadores e demais cientistas sociais.

No caso, a justiça responde sobre as questões penais dos crimes cometidos no passado, enquanto a articulação em narrativa da experiência passada, através da historiografia, busca resolver esses problemas em nível simbólico. Vimos, a partir do conceito de trabalho de lembrança, o quanto é importante para as sociedades a ressignificação de memórias traumáticas. É este trabalho de lembrança (feito também pela estrutura narrativa) que permite às sociedades superar traumas, ressignificando-os. Esta seria uma função ética da narrativa historiográfica.

Logo no início é evocada uma problemática complicada de responder: é possível obrigar a comunidade a não esquecer determinado acontecimento? Na resposta o autor diz que “Pode

¹⁷⁷ *Ibid.* p. 98.

¹⁷⁸ *Ibid.* p. 99.

até ser que o dever de memória constitua ao mesmo tempo o cúmulo do bom uso e do abuso no exercício da memória”¹⁷⁹. A questão é quase um paradoxo. Ao mesmo tempo em que devemos lembrar e rememorar os horrores do passado para que eles não venham a se repetir, a imposição do lembrar aparece como um imperativo. Um imperativo complicado, uma situação judicial.

É justamente “a relação do dever de memória com a ideia de justiça que se deve questionar.”¹⁸⁰. O autor coloca essa reflexão entre dever de memória e justiça, pois é da ideia e da prática da justiça que é tirada a fundamentação do dever de memória. É certo que não devemos esquecer determinados acontecimentos; todavia, é preciso entender qual operação deve ser feita para que isso aconteça. Nesse ponto, são colocados três elementos para a resposta: a própria noção de justiça, os conceitos de dívida e de herança e, por fim, uma prioridade moral para com as vítimas de situações marcadas pelo horror.

A primeira resposta para fundamentar o dever de memória é a noção de justiça. Ricoeur entende que a justiça é sempre voltada para o outro, e nesse sentido ela é uma instituição marcada pela alteridade (pelo menos em teoria). Seguindo este raciocínio, o filósofo afirma que “O dever de memória é o dever de fazer justiça, pela lembrança, a um outro que não o si.”¹⁸¹. Por conseguinte, estamos autorizados a concluir que o ato de lembrar faz parte do fazer justiça.

A segunda resposta é baseada nos conceitos de dívida e de herança. Aqui o elemento que fundamenta o dever de memória é relacionado à ideia de que, para o bem ou para o mal, carregamos heranças do passado em nós mesmos. Somos constituídos individual e coletivamente por ações praticadas por pessoas que não estão mais presentes. Devemos àqueles que nos precederam. Herdamos um presente deles. O autor diz que

A ideia de dívida é inseparável da de herança. Somos devedores de parte do que somos aos que nos precederam. O dever de memória não se limita a guardar o rastro material, escrito ou outro, dos fatos acabados, mas entretém o sentimento de dever a outros, dos quais diremos mais adiante que não são mais, mas já foram. Pagar a dívida, diremos, mas também submeter a herança a inventário.¹⁸²

As ideias inseparáveis de dívida e herança nos levam para a terceira parte da resposta: a prioridade moral das vítimas. No caso específico de acontecimentos marcados pelo horror, devemos lembrar que as vítimas, se vivas, podem e devem exigir justiça; se mortas, cabe aos vivos o dever de fazer justiça, tanto em nível penal/jurídico quanto em nível simbólico, através

¹⁷⁹ *Ibid.* p. 100.

¹⁸⁰ *Ibid.* p.101.

¹⁸¹ *Ibid.* p.101.

¹⁸² *Ibid.* p.101.

das narrativas (através do processo de simbolização e ressimbolização possível na atividade mimética).

Percebe-se que as três respostas que constituem a fundamentação do dever de justiça estão ligadas. 1. À ideia de dever de memória como dever de justiça e o conceito de alteridade. 2. À dívida que o presente tem com o passado, ou melhor, que os vivos herdaram dos mortos. Por fim, 3. À prioridade moral de se fazer justiça àqueles que vivenciaram horrores em seu tempo de vida. As três respostas estão baseadas no conceito de justiça. Nesse sentido, em relação às memórias complicadas, traumáticas, baseadas no signo do horror, historiografia e justiça deveriam andar juntas.

Em um primeiro momento o dever de memória se confunde com uma imposição, com um imperativo. Desta maneira, a linha entre o bom uso dessas noções e o abuso delas é tênue. O dever de memória também pode se tornar uma obsessão; além disso, já citamos e comentamos sobre as possíveis manipulações da memória. Um abuso da memória foi brevemente citado por nós: o uso do passado pela política e pelas ideologias. Ainda podemos citar outros: “a obsessão comemorativa”¹⁸³ relacionada aos feriados e grandes celebrações (esta pode ser comparada àquilo que na discussão com Freud chamou-se compulsão repetitiva) e as políticas de patrimônio comandadas por um poder hierarquizado.

Por fim, o dever de memória faz parte do dever de justiça, ou melhor, do dever de se fazer justiça àqueles que sofreram no passado, mesmo que não estejam mais vivos. Lembrar faz parte da operação da justiça. Apesar da linha entre o bom uso e o abuso da memória ser tênue, Ricoeur defende a noção de dever de memória, levando em consideração todos os abusos cometidos em nomes de regimes políticos autoritários durante o século XX. O dever de memória deve ser feito em conjunto pela sociedade, envolvendo juízes e historiadores.

Vimos neste subcapítulo o que Ricoeur denominou em *A memória, a história, o esquecimento* os abusos da memória. No primeiro caso, comentamos a denominada memória impedida, tratando de um nível patológico, no qual as memórias traumáticas não conseguem ser refiguradas e significadas. No segundo momento, passamos pela chamada memória manipulada, onde foram tratadas as possíveis manipulações da memória pela configuração narrativa com a intenção última de legitimar poderes. No terceiro caso, foi tratado o dever de memória como dever de justiça, entendendo que a linha entre o bom uso e o abuso dessa noção é tênue.

¹⁸³ *Ibid.* p.103.

Em todos estes usos e abusos de que tratamos a respeito da memória, vimos como a atividade mimética aparece como ponto central. Em relação ao nível patológico vimos a possibilidade de a historiografia ser uma forma de “cura” a partir da análise de momentos traumáticos e da ressignificação. No segundo nível, o da memória *manipulada*, percebemos que é pela construção narrativa que estas manipulações acontecem, e constatamos ainda que estas manipulações através da narrativa funcionam como uma ação política no tempo presente. Já no nível ético-político percebemos a importância da narrativa para se fazer justiça a crimes cometidos no passado (tanto em nível simbólico quanto em nível penal e jurídico). A construção narrativa faz parte de complexos problemas que podem ser levantados tanto pela epistemologia histórica quanto por uma teoria da comunicação. Percebemos usos positivos e negativos da articulação narrativa e defendemos que a obra de Paul Ricoeur carrega em si a possibilidade de identificar como e por quais motivos estas manipulações acontecem.

4.2 Um caso brasileiro

Ao longo do último item demarcamos relações entre a construção narrativa (exposta sob a luz de uma teoria da comunicação, a operação mimética) e os usos e abusos em torno da experiência passada. Nesta análise foi possível perceber usos positivos da narrativa que refigura a experiência passada, a exemplo da historiografia e a possibilidade de ressimbolizar acontecimentos problemáticos. Por outro lado, percebemos pontos negativos como os impedimentos, as seleções e as manipulações, a exemplo do uso das narrativas como ferramenta legitimadora de ações presentes. Consideramos que um breve olhar para o contexto brasileiro possibilita a identificação destes conflitos narrativos sobre a experiência passada.

No contexto brasileiro é possível encontrar batalhas de perspectivas que acontecem por meio da configuração narrativa. Na medida em que a narrativa fundamentalmente fala a respeito do passado (como atesta o uso do verbo na forma pretérita), o próprio passado brasileiro é parte constituinte destes debates. Acima destacamos uma função legitimadora da narrativa, isto é, o uso da configuração (mímesis II) para afirmar posturas e ações presentes (mímesis III). A narrativa, no sentido de seu uso político, é uma forma de ação.

A seguir identificaremos um destes abusos em torno da experiência passada. O *dissensos* narrativo gira em torno de alguns pontos da experiência dos anos 1964 a 1985 no Brasil. Para abordar este tema usaremos como fonte duas reportagens da Revista Piauí, outra reportagem feita pelo site de jornalismo investigativo Agência Pública, o livro *Democracia em risco?*,

publicação de 2019 que tem a intenção declarada de debater problemas contemporâneos da política no país, e um editorial do jornal O Globo.

A partir de nossas fontes para este texto, é possível perceber que não queremos adentrar no tema de uma perspectiva historiográfica. Nossa intenção aqui é abordar este debate que acontece na arena pública brasileira e, partindo dos conceitos propostos por Paul Ricoeur, conseguir entender algumas ferramentas utilizadas nestas construções narrativas. Todavia, a voz de dois historiadores nos auxiliará neste percurso: Boris Fausto e Daniel Aarão Reis, que concederam entrevistas às reportagens citadas e publicaram artigo no livro *Democracia em risco?*.

Nem tudo que aconteceu nas décadas de 60 e 70 faz parte do debate público em torno desta experiência. Ao contrário, são temas mais delicados que parecem carregar traumas que não foram devidamente refigurados e ressimbolizados (pensando nos termos expostos no item acima, parecem enfermos, impedidos pelo trauma de serem refigurados). Dentre os temas que identificaremos no debate público brasileiro a respeito deste período estão questões como: no dia 31 de março de 1964 teve início um golpe ou uma revolução? Nos anos seguintes aconteceu uma ditadura ou um regime político comandado pelas forças armadas? Em caso de ditadura, ela foi legítima ou ilegítima? Houve tortura sob o comando de militares? Se houve tortura ela é, em alguma hipótese, justificável? São estas questões que identificaremos a seguir na voz de importantes personagens públicos.

Na reportagem publicada pela Revista Piauí na edição de dezembro de 2017¹⁸⁴ encontra-se a voz de três personagens públicos: o general da reserva e atual vice-presidente da República Hamilton Mourão, o também general da reserva e hoje ministro do Gabinete de Segurança Institucional Augusto Heleno e o historiador Daniel Aarão Reis. O repórter informa que no “discurso que fez ao entrar para a reserva, Mourão definiu Ustra como ‘herói’.” O repórter então indaga ao general o “por que qualificava assim um homem que, por quatro anos, entre 1970 e 1974, comandou o DOI-CODI do II Exército, em São Paulo, onde no mínimo cinquenta pessoas foram assassinadas e outras quinhentas torturadas.” Mourão responde o seguinte à indagação do repórter:

Houve uma guerra aqui no Brasil, e Ustra foi um dos que defenderam o sistema democrático. Dizem que torturou uns. Tudo bem, era uma guerra.¹⁸⁵

¹⁸⁴ Revista PIAUÍ, Rio de Janeiro: editora Alvinegra, nº 147, p. 14-23, dez 2018.

¹⁸⁵ *Ibid.*

Percebe-se que o general defende que o Brasil viveu uma guerra durante a década de 70. Não é bem o que nos mostram a historiografia e as testemunhas. Na verdade, o país não chegou nem perto de viver uma guerra tal como exposta na fala do vice-presidente. Nesse sentido, já percebemos um abuso em torno do passado. O general considera que “houve uma guerra aqui no Brasil” (memória manipulada; uso seletivo das documentações; construção de narrativa falsa a respeito do passado) e, a partir deste pressuposto, ele considera que os casos de tortura em comandos do exército brasileiro foram justificáveis, pois “era uma guerra”. Percebe-se que com uma narrativa falsa (que manipula intencionalmente o passado) foi legitimada uma ação política do passado, justificado um crime e, não menos importante, feita uma ação política no presente, a partir do momento em que essa narrativa legitima um grupo político no tempo presente.

O repórter faz então uma pergunta mais específica ao general. “Mas o general não acredita que Ustra tenha torturado?” A resposta: “É aquele negócio, o cara levou um peteleco e diz que foi barbaramente torturado. Quem viu? É feito delação premiada.”¹⁸⁶ Mais uma vez o general usa de efeitos da configuração para abusar do agenciamento da experiência passada. Nesse caso, ele evoca uma das características de comprovação que descrevemos no item a respeito do testemunho: o pedido de confirmação por terceiros. “Quem viu?”. A resposta à pergunta do vice-presidente está no testemunho de sobreviventes daquele período. Existem testemunhas que viram pessoas serem torturadas nas dependências do Estado brasileiro. Existem cidadãos que foram torturados nas dependências do exército brasileiro. A narrativa de Hamilton não é fictícia, é apenas mentirosa. A partir dos conceitos propostos por Ricoeur podemos identificar como este procedimento acontece: a manipulação de experiências passadas através da narrativa.

O general entende que o momento mais autoritário do regime foi justificável, pois o país “passava por um conflito armado”. Na mesma reportagem o historiador Daniel Aarão Reis admite a existência de conflitos armados no período, mas considera a comparação desproporcional. Aqui percebemos a função da historiografia de agenciar memórias delicadas a partir de um procedimento analítico. Aarão Reis informa que existiram conflitos armados no período; por outro lado, não existem análises que corroborem que o país passava por uma “guerra”.

A visão de Aarão Reis sobre os acontecimentos das décadas de 60 e 70 no Brasil foi por vezes utilizada pelos próprios militares em busca de outra interpretação do período. Isso

¹⁸⁶ *Ibid.*

aconteceu porque o historiador admite que parte da oposição à ditadura civil-militar não era democrática. Por outro lado, pensa que aqueles que usam seus argumentos para negar a ditadura ou a existência de excessos cometidos pelo Estado no período estão equivocados. Em resposta sobre a utilização de suas teses por parte de correntes negacionistas da história, Aarão afirmou o seguinte:

Eu não fiz mais do que clarificar o processo. Mas nunca fui partidário da doutrina dos dois demônios, que iguala os grupos da luta armada com a repressão do Estado. Muito menos defendi a inexistência da ditadura civil-militar no Brasil após 64. E ditadura. Negá-lo é negar também as evidências. Os historiadores, acima de tudo, devem ter compromisso com as evidências. Cabe a eles explicá-las e interpretá-las.¹⁸⁷

Percebe-se na fala do historiador alguns conceitos que debatemos no texto acima, por exemplo, as *evidências*. Nós tratamos este conceito como *vestígios* e procuramos demonstrar a importância destes para a construção dos fatos históricos na análise das provas documentais. Quando discutimos este conceito com Paul Ricoeur, procuramos destacar que os vestígios são articulados na narrativa historiográfica como prova documental e auxiliam assim na construção dos “fatos históricos”. Por outro lado, comentamos em nota de rodapé sobre a possibilidade de falsear vestígios, isto é, utilizar da mesma estrutura que cria o fato histórico para criar um fato mentiroso a respeito da experiência passada.

Na citação a seguir podemos perceber que o também general da reserva e hoje Ministro do Gabinete Institucional da Presidência da República, Augusto Heleno, utiliza a estrutura dos vestígios para trazer um argumento à discussão: no caso, ele cita os editoriais dos jornais em 31 de março e 1º de abril de 1964. Para se referir a estes acontecimentos o general prefere utilizar o termo *contragolpe*.

‘[O que ocorreu em 1964] Foi alguma coisa que se opôs a uma intenção comprovada de transformar o Brasil numa ditadura do proletariado. Basta ler os editoriais dos jornais do dia 31 de março e dos dias 1º e 2 de abril... Quem lê e continua dizendo que as forças armadas deram golpe, ou está com má-fé ou não sabe ler. Ali está claro que as Forças Armadas foram praticamente compulsadas a tomar uma atitude. A população não aguentava mais, estava pedindo pelo amor de Deus que cortassem aquele caminho.’¹⁸⁸

Percebe-se na fala do general a utilização de documentos que comprovam o passado para auxiliar sua argumentação. Citando os editoriais dos principais jornais da década de 60, Augusto Heleno entende que derruba a tese de que foi golpe, simplesmente porque os jornais

¹⁸⁷ *Ibid.*

¹⁸⁸ *Ibid.*

apoiaram aquele movimento. “Quem lê e continua dizendo que as forças armadas deram golpe, ou está com má-fé ou não sabe ler”, diz o general. Todavia, o general, por agir de má-fé ou por ter dificuldades com o exercício da leitura, não informa que os grandes jornais fizeram uma *mea culpa* anos depois, admitindo ter apoiado um movimento que efetuou um golpe e prosseguiu em forma de ditadura.¹⁸⁹

Em editorial, o jornal O Globo admitiu ter apoiado o golpe e a ditadura militar subsequente, reconheceu o erro e pediu desculpas à sociedade. Segue trecho em que o jornal reafirmou o *mea culpa* feito por editorial.

À luz da História, contudo, não há por que não reconhecer, hoje, explicitamente, que o apoio foi um erro, assim como equivocadas foram outras decisões editoriais do período que decorreram desse desacerto original. A democracia é um valor absoluto. E, quando em risco, ela só pode ser salva por si mesma.¹⁹⁰

Citamos esta parte de um editorial do jornal o Globo para demonstrar como na fala de Augusto Heleno é possível encontrar a manipulação da memória feita por meio da seleção de documentações. Além disso, a fala do ministro é para nós muito interessante, pois demonstra como é possível manipular evidências usando-as de maneira seletiva. Mais uma vez podemos reafirmar que os conceitos propostos pela obra de Paul Ricoeur nos ajudam a desvendar os instrumentos usados nestes procedimentos narrativos de abusos em torno da experiência passada.

Em outra reportagem, o historiador Boris Fausto, em entrevista para Thiago Domenici, da Agência Pública¹⁹¹, diz que “é impossível ir contra os fatos estabelecidos”. O autor defende que contra documentações, vestígios e provas materiais é impossível negar a realidade do passado histórico; todavia, isso não impede que surjam outras argumentações revisionistas tais como as que existem no Brasil hoje: discursos seletivos e/ou fictícios que têm como referência o passado, sem ter objetividade para contrapor provas e argumentos. Na entrevista, Fausto afirma que:

Agora, é impossível negar os fatos. É impossível ir contra fatos estabelecidos. E, no caso de 1964, houve a interrupção de um mandato de um presidente legítimo, houve cassação de deputados, houve perseguições

¹⁸⁹ Cf. <<https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>>.

¹⁹⁰ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>>. Acesso em: 29.jun.2020.

¹⁹¹ BORIS FAUSTO SOBRE O GOLPE DE 64, ‘É IMPOSSÍVEL NEGAR OS FATOS’. AGÊNCIA PÚBLICA. Disponível em: <<https://apublica.org/2019/03/boris-fausto-sobre-o-golpe-de-64-e-impossivel-negar-os-fatos/>> Acesso em: 09.abr.2019.

de toda ordem, houve violências. Então, não se trata de uma reinterpretação, trata-se de negar fatos e isso não faz sentido¹⁹².

Percebe-se na fala de Boris Fausto o uso do termo “fatos estabelecidos”. É, pois, aquilo a que nos referíamos quando falamos de vestígios e construção dos fatos históricos. Estes são estabelecidos por meio da investigação a respeito da experiência passada (mímesis I), do agenciamento dos resultados desta investigação em narrativa (mímesis II) e, por fim, do estabelecimento das teses defendidas na narrativa perante um público leitor (mímesis III).

Quando Fausto fala em “ir contra os fatos” ele está se referindo à atitude do presidente Jair Bolsonaro que, por meio de seu então porta-voz general Otávio do Rego Barros, comunicou que “já determinou ao Ministério da Defesa que faça as comemorações devidas com relação ao 31 de março de 1964”¹⁹³, devido ao presidente não concordar com a visão de que nessa data, no ano de 1964, o Brasil passou por um golpe de estado civil-militar que desencadeou uma ditadura que durou 21 anos. Rego Barros afirma a visão do presidente sobre o período da seguinte maneira:

O presidente não considera o 31 de março de 1964 golpe militar. Ele considera que a sociedade reunida e percebendo o perigo que o país estava vivenciando naquele momento, juntou-se [sic] civis e militares e nós conseguimos recuperar e recolocar o nosso país num rumo que, salvo melhor juízo, se tudo isso não tivesse ocorrido, hoje nós estaríamos tendo algum tipo de governo aqui que não seria bom para ninguém.¹⁹⁴

Podemos destacar no relato desse caso a tentativa de delimitar uma data comemorativa no tempo social do calendário. Em capítulo precedente nós debatemos sobre como as celebrações operam como *monumentos* instituídos pelos poderes como forma de legitimação e fundamentação de ações presentes.

A visão do presidente não é novidade para ninguém. Eleito deputado pela primeira vez em 1990, Jair Bolsonaro ficou nacionalmente conhecido pela sua defesa da atuação dos militares nas décadas de 60 e 70, atribuindo às Forças Armadas o bônus de ter salvo o país dos terrores comunistas¹⁹⁵. A visão do atual presidente vai contra a de pesquisadores, como corroborado aqui pelas entrevistas de Aarão Reis e Boris Fausto. Ao ser perguntado sobre o “perigo comunista” de março de 64, Fausto responde:

¹⁹² *Ibid.*

¹⁹³ FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/bolsonaro-determinou-comemoracoes-devidas-do-golpe-de-1964-diz-porta-voz.shtml>> Acesso em: 09/04/2019.

¹⁹⁴ *Ibid.*

¹⁹⁵ CPDOC/FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jair-messias-bolsonaro>> Acesso em 09.abr.2019.

Nós estávamos em plena Guerra Fria, existia Cuba com a vitória de uma revolução que seguiu para um certo tipo, digamos, de socialismo autoritário. Então, é nesse contexto que a gente pode entender a preocupação de setores militares. Ameaça imediata de implantação de um regime comunista não havia. O que havia era uma situação de divisão do país, de uma radicalização às vezes efetiva, às vezes mais verbal do que efetiva. Agora, evitar essa situação por um golpe que durou 20 e tantos anos, aí as coisas pesam de um modo diferente na balança. Se houvesse uma convicção de que era preciso enfrentar, sim, uma situação muito difícil, mas preservar de qualquer forma as instituições democráticas, a gente não teria chegado ao ponto que chegou, e, enfim, com o fechamento que foi grave em 64 e se tornou gravíssimo em 68, resultando num período triste, difícil da nossa história.¹⁹⁶

O historiador entende que o momento era de divisão, mas não corrobora a visão do atual presidente e de seus assessores, de que o Brasil estava à beira de uma revolução comunista. Além disso, lembra que 31 de março de 1964 foi o início de um período que atingiu duas décadas de domínio político de uma aliança civil-militar que impediu a oposição de se organizar e fazer parte das decisões políticas do país. De qualquer maneira, percebe-se que no atual cenário há uma disputa em relação às narrativas sobre o passado. O que nos interessa aqui é o uso do passado por parte de agentes políticos do presente, é o passado usado como justificativa, como legitimação; o passado, articulado em narrativa (mimesis II) para servir como ferramenta de legitimação política para ações presentes (mimesis III).

Em artigo publicado no livro *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil de hoje*, Boris Fausto argumenta que o acontecido em 31 de março de 64 pode ser considerado um golpe, pois tem todas as características factuais necessárias para se enquadrar no conceito, e que o período que segue pode e deve ser considerado uma ditadura pelo mesmo motivo, tão caro às ciências: comprovações. Fausto confirma o apoio de parte da população e de jornais ao movimento. O historiador ainda critica a visão que não consegue enxergar nada de positivo nos 20 anos em que o estado brasileiro ficou sob o controle autoritário dos militares. Cito o autor:

O episódio de 31 de março de 1964 foi um golpe, por razões óbvias: derrubou um presidente em exercício, prendeu opositores, cassou mandatos de congressistas, violou os direitos de expressão e, em sequência, torturou presos políticos sob a tutela do Estado. Ao mesmo tempo, o golpe teve condições favoráveis de êxito na conjuntura desastrosa do governo Goulart, contando também com o apoio ativo de um parte considerável da classe média urbana e da classe dirigente. Além disso, se os anos de 1964-82 foram sombrios, não foram de imobilismo na área da economia, da reorganização do aparelho do Estado, da tecnologia e mesmo das universidades, como

¹⁹⁶ BORIS FAUSTO SOBRE O GOLPE DE 64, 'É IMPOSSÍVEL NEGAR OS FATOS'. AGÊNCIA PÚBLICA. Disponível em: <<https://apublica.org/2019/03/boris-fausto-sobre-o-golpe-de-64-e-impossivel-negar-os-fatos/>> Acesso em: 09.abr.2019.

pareceu, na época, aos defensores do nacional-desenvolvimentismo situados à esquerda¹⁹⁷.

O historiador elenca razões para considerar a deposição do presidente João Goulart como um golpe e o período que a seguiu como uma ditadura: derrubada do presidente, aprisionamento de opositores, violação de direitos humanos etc. Em contraponto, os militares também elencam razões que justificam o seu argumento: a sociedade pediu, os comunistas estavam planejando um golpe, os jornais declararam apoio ao movimento etc.. O fato de a história estar em debate gera um leque de questões que devem ajudar os historiadores a investigar o funcionamento interno da disciplina, assim como a sua capacidade de recepção por parte da sociedade.

Que os agentes políticos usam exemplos do passado como meio de justificar e legitimar ações no presente parece óbvio para observadores mais atentos do cenário político. Todavia, o contexto brasileiro representa algo de peculiar, visto que a sociedade não debateu em conjunto o período de 20 anos que vai de 1964 a 1985, limitando-se as críticas em torno de pesquisas acadêmicas e de uma elite intelectual restrita. Boris Fausto argumenta que a irresponsabilidade das lideranças em não discutir os erros cometidos pelo Estado pode ter agravado a tendência revisionista no Brasil. Tendência esta que parece fazer parte da agenda dos comandantes militares hoje:

Ao contrário do que aconteceu em outros países sul-americanos, especialmente na Argentina, eles não fizeram a revisão da ditadura e, para muitos, assim como para o presidente eleito, nem sequer houve ditadura e a seqüela de violação dos direitos humanos. Essa atitude não representa mera controvérsia historiográfica, pois integra as preocupações da cúpula militar. Por exemplo, o general Ribeiro Souto, próximo ao presidente eleito, declarou que não é possível admitir nos livros didáticos a interpretação corrente da revolução de 1964, aludindo à censura de livros, se for preciso.¹⁹⁸

O historiador destaca que no Brasil não aconteceu um debate amplo em torno do período que vai de 1964 a 1985, o que impediu que a sociedade tomasse consciência das ocorrências e refigurasse os acontecimentos *traumáticos*¹⁹⁹ que marcaram essas décadas. Radicalizando as teses debatidas por Ricoeur em torno dos abusos da memória, podemos afirmar que a sociedade brasileira não conseguiu ressignificar esse período e, por isso, o acontecimento volta em forma de repetição compulsiva. É preciso que o trabalho de

¹⁹⁷ Vários autores. *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo. Companhia das letras. 2019. p. 140.

¹⁹⁸ *Ibid.* p. 140.

rememoração seja feito a partir da construção narrativa para que o país possa superar essa patologia na memória.

Os exemplos que constatamos podem ser registrados a partir dos três abusos da memória descritos por Ricoeur: 1. Patológico: a sociedade não debateu o período em conjunto e por isso não conseguiu solucionar aquela situação traumática; 2. Manipulação: esta memória, justamente por não ter sido devidamente refigurada, é mais sujeita a manipulações narrativas; 3. Ético-político: o dever de justiça é uma imposição moral em relação aos crimes cometidos pelo Estado brasileiro nesse período. É preciso lembrar.

Por fim, conseguimos ainda constatar, no contato com as entrevistas, os três estágios da atividade mimética em ação na configuração de narrativas sobre o passado. Percebemos, diante do contexto brasileiro, como é possível manipular o passado e como é importante para os historiadores dominar os conceitos que descrevem a maneira como isso acontece. Assim, reafirmamos mais uma vez a importância da obra de Paul Ricoeur para o historiadores contemporâneos.

Conclusão

Agora vamos recapitular nosso percurso pela obra de Paul Ricoeur. Como já foi dito, operamos ao longo do texto uma seleção conceitual na obra do hermeneuta francês. Procuramos dar ênfase a conceitos que interessam e elucidam a prática da configuração de narrativas históricas. Com isso, buscávamos aprofundar nossos conhecimentos a respeito da teoria e da prática da operação historiográfica e reafirmar a importância da obra de Paul Ricoeur para os historiadores contemporâneos.

Nesse sentido, o nosso primeiro capítulo, intitulado *Operação mimética: ação interpretada, temporalidade configurada* visava elucidar a operação hermenêutica que Paul Ricoeur desenvolveu sob o título de *tripla mimesis*. Apresentamos nesse capítulo a tese central de *Tempo e Narrativa* e procuramos mostrar como a narrativa, constituinte da operação historiográfica, é produzida em um exercício hermenêutico. Agora podemos repetir com Paul Ricoeur: a historiografia é do início ao fim um exercício de leitura.

No primeiro item desse capítulo, procuramos demonstrar como o conceito de *mythos* é importante para o corpo da obra de Paul Ricoeur. Liberando o *agenciamento dos fatos* da tragédia, o filósofo consegue transpor o conceito para toda a produção narrativa. O conceito de *mythos* foi mostrado como a base do que depois chamamos de ato configurante.

No segundo item do primeiro capítulo, buscamos descrever em detalhes a atividade hermenêutica descrita como *tripla mimesis*. Entendemos que os três estágios de *mimesis* constituem uma teoria da comunicação e demonstram a produção de narrativas desde o antes do texto até o momento da leitura. Desta maneira, apresentamos o conceito de *mimesis* I definindo-o como o momento antes do texto, a pré-figuração. Seguindo a argumentação, colocamos o segundo estágio de *mimesis* como a configuração, o momento no qual Ricoeur descreve a composição como ato configurante. Por fim, *mimesis* III foi descrita como o momento da leitura, da refiguração.

A atividade de *tripla mimesis* é a parte central deste texto. Todos os estágios posteriores foram impulsionados por essa teoria da interpretação e remetiam direta e indiretamente a ela. Procuramos demonstrar como *tripla mimesis* contém as teses centrais de Paul Ricoeur em *Tempo e Narrativa* e como podemos compreender a operação historiográfica através da hermenêutica exposta nos três estágios da atividade mimética.

Em nosso segundo capítulo, discutimos duas consequências epistemológicas de *tripla mimesis*. A primeira delas é muito importante para a historiografia: o entrecruzamento entre história e ficção. Nesse item procuramos argumentar como a historiografia precisa de um

processo de ficcionalização, assim como a ficção necessita de um processo de historicização. O entrecruzamento entre história e ficção se mostra necessário para que as duas formas narrativas cumpram a intenção de refigurar o tempo.

A segunda consequência epistemológica descrita foi o conceito de *identidade narrativa*. Nesse item argumentamos que a identidade só pode ser devidamente descrita em forma de narrativa. Isso se deve ao fato de que a narrativa configura ações em um mesmo enredo, dando unidade ao que antes era díspare. Nesse sentido, a narrativa permite que a identidade englobe mudanças e reviravoltas. Procuramos demonstrar como Paul Ricoeur entende o conceito de identidade narrativa e como ele é descrito como uma consequência da resolução da aporia da temporalidade através da configuração narrativa.

No quarto capítulo identificamos instrumentos de leitura do tempo histórico. Por um lado, os operadores do tempo histórico foram descritos como instrumentos legados pela prática historiadora aos seres humanos. O tempo do calendário foi descrito como um tempo socializado. Procuramos ainda demonstrar a construção por trás do conceito de gerações e qual a ligação deste com a morte e o anonimato. Além disso, debatemos o arquivo como uma instituição que opera através de seleções e a construção da prova através da noção de vestígio. Nesse capítulo argumentamos que a prova histórica é construída como *fato* por meio do ato configurante. Por fim, nos questionamos sobre outras possibilidades para ler o espaço e concluímos com uma reflexão a respeito do testemunho.

Em nosso último capítulo tratamos sobre os abusos em torno do agenciamento das memórias. Foram demonstrados três tipos de usos e abusos da memória: 1. Patológico, 2. Político e 3. Ético. Nesse capítulo argumentamos que a narrativa sobre o passado tem limites e pode ser manipulada. No segundo subitem, nossa pré-conclusão, identificamos um desses abusos de memória em uma experiência brasileira.

Ao longo do texto argumentamos que a narrativa é parte constituinte do fazer da historiografia. Nesse sentido, destacamos a função positiva da imaginação para a produção historiadora. Argumentamos, na esteira de Paul Ricoeur, que a imaginação é parte constituinte da narrativa historiográfica. E defendemos que a obra do filósofo é importante por mostrar uma *terceira via* que não despreze nem o caráter narrativo nem a referencialidade ao passado. Mostramos como os operadores do tempo histórico funcionam como referencialidade direta ao passado e argumentamos que o terceiro estágio de mimesis funciona como instância veritativa na operação historiográfica. No momento da leitura, o texto pode ser negado.

Todavia, ao identificar os abusos da memória, encontramos um limite da representação historiadora. Constatamos que as memórias da experiência humana no tempo podem ser

manipuladas por meio da configuração narrativa. Ainda assim, argumentamos que isso acontece mais pela capacidade humana de inventar mentiras do que pelos instrumentos de ficcionalização utilizados pela historiografia. Ao longo do texto, afirmamos algumas vezes que narrar também pode ser considerada uma forma de *agir*. O agenciamento das memórias é sempre uma forma de ação.

No último item do texto, identificamos uma disputa narrativa no Brasil. A disputa identificada acontece em um debate público sobre o passado. Desse embate entre narrativas não participam apenas historiadores. Argumentamos que essa é mais uma dimensão da historiografia: a recepção. Com mimesis III foi dito que as narrativas são refiguradas por meio da leitura, e só assim o processo hermenêutico acontece por completo. Nesse sentido, defendemos que a operação historiográfica não termina no “ponto final” dos textos. A historiografia continua o processo de refiguração depois da escrita. É com a leitura que os textos são debatidos, defendidos ou contestados. Em muitos casos os *fatos* históricos construídos em narrativa (as *teses* defendidas por historiadores) terão que “brigar” no momento da recepção.

Por fim, esperamos ter demonstrado que a *hermenêutica da consciência histórica* proposta pelo autor tem a capacidade de refletir sobre os instrumentos utilizados pela operação historiográfica. Além disso, pode ser instrumentalizada pela configuração e usada como método de investigação das narrativas a respeito do passado.

Não poderíamos concluir sem destacar alguns limites de nosso texto. Estudar a obra de Paul Ricoeur é um desafio. Nesse sentido, a seleção conceitual que operamos acabou por excluir textos importantes do autor que poderiam fazer parte desta pesquisa. A obra *A Metáfora Viva* não entrou neste texto, apesar de termos a certeza de que seus capítulos sobre a *referência cruzada* na constituição da metáfora poderiam ajudar na compreensão da hermenêutica de *tripla mimesis*. O próprio autor considerava as duas obras como “irmãs gêmeas”. Os textos presentes no livro *Del texto a la acción: ensayos de hermenéutica II* também nos ajudariam a entender quais os caminhos usados por Paul Ricoeur na constituição de sua hermenêutica da consciência histórica. Os dois livros citados não entraram neste texto. Todavia, intencionamos continuar a pesquisa aqui exposta, e eles serão ferramentas indispensáveis no caminho que pretendemos seguir.

Devemos destacar ainda, que neste texto não discutimos de maneira ampla com a bibliografia que debate a obra do autor. Temos consciência de que o filósofo Paul Ricoeur é cada vez mais estudado e que qualquer texto que pretenda debater sua obra deve dialogar com essa bibliografia que vem sendo produzida. Em nossa defesa, argumentamos que, diante do desafio hermenêutico que a obra de Ricoeur nos impôs, foi difícil encaixar todas as leituras

complementares que fizemos durante a pesquisa. Ainda assim, também consideramos essencial para a continuidade dessa pesquisa que esse diálogo seja feito.

Sabemos que o diálogo e o processo de refiguração são essenciais na travessia do desenvolvimento do conhecimento histórico. Assim sendo, gostaríamos de finalizar esta dissertação recordando um diálogo presente no livro *O nome da rosa*, escrito pelo historiador italiano Umberto Eco. Neste momento da narrativa, o personagem Adso von Melk questiona seu professor sobre o exercício da leitura: “Para saber o que diz um livro deveis ler outros?”. O professor franciscano responde: “Às vezes pode-se proceder assim. Frequentemente os livros falam de outros livros.”. Na sequência desse diálogo, o jovem aprendiz tem a seguinte reflexão:

Até então pensara que todo livro falasse das coisas, humanas ou divinas, que estão fora dos livros. Percebia agora que não raro os livros falam de livros, ou seja, é como se falassem entre si. À luz dessa reflexão, a biblioteca pareceu-me ainda mais inquietante. Era então lugar de um longo e secular sussurro, de um diálogo imperceptível entre pergaminho e pergaminho, uma coisa viva, um receptáculo de forças não domáveis por uma mente humana, tesouro de segredos emanados de muitas mentes, e sobrevividos à morte daqueles que os produziram, ou os tinham utilizado.²⁰⁰

A imagem criada por Umberto Eco em alusão à biblioteca pode ser vista *como* o processo hermenêutico que descrevemos ao longo do texto. As narrativas travam “longos e seculares sussurros”, “diálogos imperceptíveis” entre livros e leitores. Narrativas que sobrevivem “à morte daqueles que os produziram” e também dos que delas fazem uso por meio da leitura. A operação historiográfica não finda no texto, e talvez o ponto final seja o início de uma nova parte do percurso.

O “vento” presente na metáfora de Manuel Bandeira continua “varrendo tudo”. A vida do poeta continua “ficando cada vez mais cheia de tudo”. Agora podemos afirmar que é por meio do processo de construção narrativa que isso se torna possível. A construção narrativa tem a capacidade de representar a experiência temporal e com isso torná-la disponível para outros seres humanos. Findamos respondendo novamente à pergunta do inquieto Hans Castorp, “Afim, é possível narrar o tempo?”. Diríamos que é possível representar a experiência temporal em narrativas. A obra de Paul Ricoeur permite que a operação historiográfica investigue os conceitos que fundamentam esse processo hermenêutico que vai da pré-figuração à refiguração, passando pela configuração. Assim, a historiografia cumpre o papel de refigurar o tempo em narrativas, criando relatos sobre tudo que o vento continua “varrendo”.

²⁰⁰ ECO, Umberto. *O nome da rosa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 1983. p.330.

BIBLIOGRAFIA

ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução: Paulo Pinheiro. São Paulo: Editora 34. 2015.

BADIOU, Alain. **A aventura da filosofia francesa no século XX**. Tradução: Antônio Teixeira e Gilson Lannini. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2015.

BERBET JÚNIOR, Carlos Oiti. **A história, a retórica e a crise dos paradigmas**. Goiânia: Editora UFG. 2015.

CARR, David. **Time, Narrative and History**. Indianapolis: Indiana University Press: 1991.

CESAR, Constança Marcondes (org). **A hermenêutica francesa. Paul Ricoeur**. Porto Alegre: EDIPUCRS. 2002.

GRONDIN, Jean. **Hermenêutica**. Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial. 2012.

ECO, Umberto. **O nome da rosa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 1983.

PELLAUER, David. **Compreender Ricoeur**. Tradução: Marcus Penchel. Petrópolis: Editora Vozes. 2009.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa 1. A intriga e a narrativa histórica**. Tradução: Claudia Berliner. São Paulo: WMF Martins Fontes. 2010.

_____. **Tempo e Narrativa 2. A configuração do tempo na narrativa de ficção**. Tradução: Claudia Berliner. São Paulo: WMF Martins Fontes. 2010.

_____. **Tempo e Narrativa 3. O tempo narrado**. Tradução: Claudia Berliner. São Paulo: WMF Martins Fontes. 2010.

_____. **A metáfora viva.** Tradução: Dion David Macedo. São Paulo: Edições Loyola Jesuítas. 2015.

_____. **A memória, a história, o esquecimento.** Tradução: Alain François [et. al]. Campinas: Editora da UNICAMP. 2014.

_____. **Del texto a la acción. Ensayos de hermenéutica II.** Traducción: Pablo Corona. México, D.F: Fondo de Cultura Económica. 2002.

_____. **Autobiografía intelectual.** Traducción: Patricia Willson. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión. 1997.

_____. **Vivo até a morte. Seguido de Fragmentos.** Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes. 2012.

_____. **O si mesmo como outro.** São Paulo: WMF Martins Fontes. 2014.

_____. **A ideologia e a utopia.** Tradução: Silvio Rosa Filho e Thiago Matins. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2015.

_____. **História e Verdade.** Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense. 1968

_____. **Da interpretação. Ensaio sobre Freud.** Rio de Janeiro: Imago Editora LTDA. 1977.

REIS, José Carlos. **História da “consciência histórica ocidental contemporânea”. Hegel, Nietzsche, Ricoeur.** Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2013.

KEARNEY, Richard. **The Hermeneutics of Action.** London: SAGE Publications. 1996.

DOUEK, Sybil Safdie. **Paul Ricoeur e Emmanuel Lévinas. Um elegante desacordo.** São Paulo: Edições Loyola Jesuítas. 2011.

Vários autores. **Democracia em risco: 22 ensaios sobre o Brasil hoje.** São Paulo: Companhia das Letras. 2019.